Eternit S.A.

CNPJ nº 61.092.037/0001-81 - Companhia Aberta

Demonstrações Financeiras de 2016

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2016

Senhores Acionistas,

A Administração da Eternit S.A. ("Eternit" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. - empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

1. BREVE HISTÓRICO

A Eternit, fundada em 1940 e com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA. A Companhia atua nos segmentos de telhas de fibrocimento e concreto, mineração do crisotila, louças e metais sanitários, soluções construtivas, entre outros produtos.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em busca constante pela transparência e equidade no relacionamento com todas as partes relacionadas (*stakeholders*), o modelo de governança corporativa adotado pela Eternit está baseado nas melhores práticas do mercado. O principal objetivo deste modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas, mercado de capitais e todos os demais públicos, com respeito integral à Legislação Societária Brasileira, com o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

A estrutura de governança corporativa da Eternit é composta pelo Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus Comitês, Diretoria e as áreas de Controles Internos e Auditoria Interna. A Companhia conta também com auditoria externa, realizada por empresa independente, substituída no máximo a cada cinco anos, conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. CONJUNTURA E MERCADO 2016

Sobre o âmbito nacional no ano de 2016, o Copom[1] contempla um cenário aquém do esperado para a atividade econômica no curto prazo, indicando que a retomada pode ser mais demorada e gradual do que previsto anteriormente. Nesse contexto, a economia permanece operando com elevado nível de ociosidade dos fatores de produção, demonstrado pela elevação do nível de desemprego e baixos índices de utilização da capacidade da indústria.

O índice de inflação medido pelo IPCA[2] para o ano de 2016 encerrou em 6,3% quando comparado ao ano de 2015, abaixo do teto estipulado pelo regime de metas de inflação. As expectativas de inflação apuradas pelo Relatório FOCUS de 10/03/2017 para o encerramento do ano corrente estão em torno de 4,2%.

De acordo com este cenário, as projeções sobre o desempenho da economia foram periodicamente revisadas ao longo de 2016. O PIB em 2016 foi de -3,6%[3] e o PIB da construção civil deve fechar em -4,5%[4], frente a 2015. A projeção para o PIB de 2017 é 0,5%[5] e para o PIB da construção civil é -0,5%[4], em comparação com o ano de 2016.

O faturamento deflacionado das vendas de materiais de construção durante o ano de 2016, divulgado pela ABRAMAT[6], apresentou redução de 11,5% em relação a 2015, devido ao alto índice de desemprego, ao medo da perda do emprego, dificuldade na obtenção de crédito e redução dos investimentos públicos e privados, desencorajando o consumo de materiais para reformas e novas construções. Para 2017, devido aos resultados apresentados no final de 2016 e início de 2017, a ABRAMAT aponta para uma estabilidade, projetando um crescimento nulo.

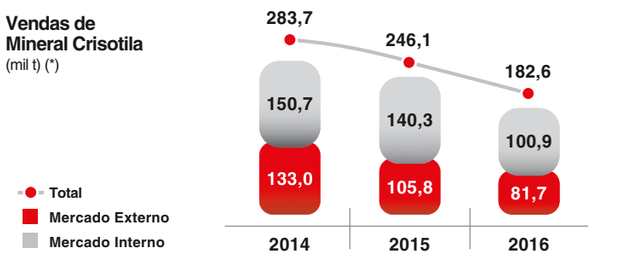
Comparativamente, o desempenho da receita bruta consolidada da Eternit[7] foi de -10,9% em 2016, sendo superior ao do seu setor (-11,5%). Importante ressaltar que durante o ano de 2016, a Companhia tem conciliado sua operação com a redução dos níveis de estoque para atender a demanda de mercado, tanto na mineração do crisotila quanto na linha de produtos acabados, que contempla a produção de fibrocimento e telhas de concreto.

(1) Copom: Comitê de Política Monetária do Banco Central.
(2) IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
(3) IBGE: Indicador econômico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgado em 07/03/2017.
(4) BACEN: Relatório de Inflação de dezembro de 2016 do Banco Central do Brasil.
(5) BACEN: Relatório FOCUS de 10/03/2017 do Banco Central do Brasil.
(6) ABRAMAT: Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção.
(7) O crescimento da receita bruta consolidada da Eternit é comparando o período acumulado de janeiro a dezembro de 2016 vs. o mesmo período acumulado de 2015, já deflacionado pelo IGP-M.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Mineral Crisotila

As vendas totalizaram 182,6 mil toneladas em 2016, inferiores em 25,8% frente a 2015. No mesmo período comparativo, as vendas internas apresentaram redução de 28,0%, em função da menor participação da fibra crisotila no processo industrial e da retração do setor de materiais de construção, conforme comentado na seção "Conjuntura e Mercado". Já o mercado externo apresentou queda de 22,8%, devido a uma agressiva política de preços praticada pelas mineradoras da Rússia e Cazaquistão e da maior competividade das telhas metálicas em importantes mercados do continente asiático.

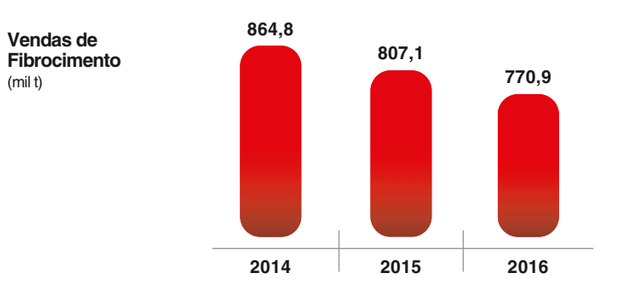


(*) O volume apresentado do mineral crisotila contempla as vendas *intercompany*, que representaram 49,4% do volume vendido para o mercado interno em 2016.

A SAMA manteve sua participação entre as três maiores mineradoras no mercado mundial de produção do crisotila, no ano de 2016.

Fibrocimento

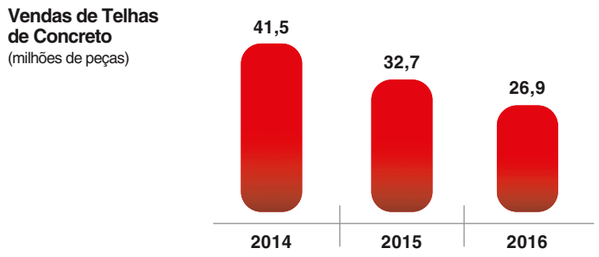
No acumulado do ano de 2016, as vendas de fibrocimento atingiram 770,9 mil toneladas, 4,5% menor em relação a 2015, decorrente da retração do mercado de materiais de construção devido a fatores como desemprego, menor distribuição de renda, altos juros e maior rigidez na concessão de crédito, inibindo o consumo de materiais tanto para reformas quanto para novas construções.



A Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de fibrocimento em 2016 com participação de aproximadamente 30%.

Telhas de Concreto

Em 2016 o volume vendido foi de 26,9 milhões de peças, inferior em 17,4% quando comparado ao ano de 2015, decorrentes, principalmente, do adiamento das obras pelos consumidores de média e alta renda, consequência da falta de confiança dos consumidores e das incertezas com a economia.



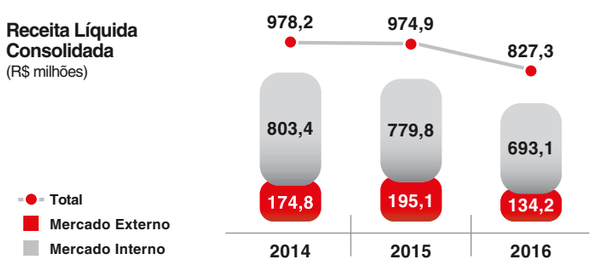
A Tégula manteve a liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto com participação de aproximadamente 22% em 2016. Em 15/02/2017 foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a reestruturação das unidades produtivas da controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda., a qual atua neste segmento. Vide mais informações no item "8. Reestruturação da Tégula Soluções para Telhados Ltda.".

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida Consolidada

Em 2016, a receita líquida consolidada atingiu R$ 827,3 milhões, 15,1% inferior ao mesmo período de 2015. As exportações somaram R$ 134,2 milhões, redução de 31,2% em relação a 2015, decorrente do menor volume de vendas e da redução do preço em dólar para fazer frente à forte concorrência, compensado parcialmente pela valorização de 4,7% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período). Já as vendas no mercado interno totalizaram R$ 693,1 milhões, redução de 11,1%, devido, principalmente, a menores volumes de vendas em seus segmentos de atuação e maior comercialização de um *mix* popular, neutralizadas pelo aumento de preço do mineral crisotila.

Neste período, a receita líquida consolidada era composta por 64% de fibrocimento, 27% de mineral crisotila, 6% de telhas de concreto e acessórios e 3% de outros (como metais sanitários, caixas d'água de polietileno, soluções construtivas, dentre outros).



Custo dos Produtos Vendidos

No ano de 2016, o custo dos produtos vendidos consolidado totalizou R$ 564,1 milhões, 5,7% inferior ao valor registrado em 2015, devido, principalmente, aos menores volumes de vendas de seus segmentos de atuação, que foram parcialmente neutralizados por pressões de custos decorrentes de inflação (principalmente mão de obra) e menor utilização da capacidade instalada. Como consequência, a margem bruta retraiu 7 p.p., em relação ao ano anterior, encerrando o ano em 32%.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais totais de 2016 totalizaram R$ 223,0 milhões, redução de 13,2% frente à 2015, sendo as principais variações:

Despesas com vendas: redução de 7,1% devido à retração das vendas em seus segmentos de atuação e adequação da estrutura comercial.

Despesas gerais e administrativas: inferior em 15,0%, pelas ações do programa de redução estruturada de despesas, bem como menores gastos com provisão para participação nos resultados da Companhia face aos resultados do exercício social de 2016.

Outras (despesas) receitas operacionais: referem-se a gastos não recorrentes no decorrer do ano referente ao pagamento das custas processuais para o ingresso de recurso ordinário nos autos das Ações Civis Públicas ajuizadas em São Paulo; gastos com paradas excepcionais (ociosidade fabril) e contribuição adicional para o encerramento do plano de previdência privada da mineradora; compensados, parcialmente, por créditos extemporâneos de PIS/COFINS de exercícios anteriores.

Em R$ mil	2014	2015	2016
Despesas com vendas	(116.528)	(114.704)	(106.593)
Despesas gerais e administrativas	(122.465)	(118.405)	(100.661)
Outras (despesas) receitas operacionais	(3.810)	(23.844)	(15.736)
Total das despesas operacionais	**(242.803)**	**(256.953)**	**(222.990)**

Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação

Face a reestruturação da controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda., aprovada em 15 de fevereiro de 2017, a Companhia registrou perda estimada de seus ativos, sem efeito caixa, no valor de R$ 11,7 milhões referente ao encerramento das atividades produtivas das fábricas de Frederico Westphalen/RS, Içara/SC, Anápolis/GO, São José do Rio Preto/SP e Camaçari/BA. Adicionalmente, foram registradas (i) perda estimada pela recuperabildiade de ativos deste segmento, sem efeito caixa, no valor de R$ 3,8 milhões referente ao teste de recuperabilidade do ágio e outros ativos não circulantes; e (ii) provisão para reestruturação e desmobilização destes ativos no valor de R$ 2,6 milhões.

Resultado da Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC). No ano de 2016, o resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R$ 29,3 milhões contra um resultado negativo de R$ 27,7 milhões no mesmo período no ano anterior, devido à preferência de comercialização de produtos de menor valor agregado face a atual situação econômica do País, como elevado nível de desemprego e queda na renda das famílias, conforme comentado na seção "Conjuntura e Mercado".

Apesar do progresso industrial do site com melhoria continua nos indicadores de produtividade e com a disponibilidade de um portfólio mais diversificado com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio, seu resultado ainda reflete o momento econômico enfrentado pelos clientes, que consomem, principalmente, itens de baixo valor agregado.

Resultado Financeiro Líquido

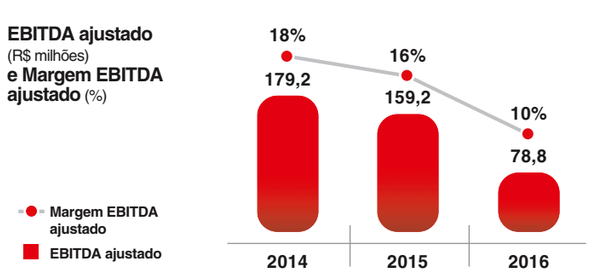
No ano de 2016, o resultado financeiro líquido foi menor em 12,9% frente a 2015, devido a menores efeitos de variação cambial decorrente da política da não exposição, tanto a receber quanto a pagar, em moeda estrangeira da Companhia, e à redução dos rendimentos das aplicações financeiras, em função da menor disponibilidade de caixa, neutralizado, parcialmente, por maiores juros sobre endividamento.

Em R$ mil	2014	2015	2016
Despesas financeiras	(52.674)	(108.735)	(71.235)
Receitas financeiras	54.962	85.209	50.742
Resultado financeiro líquido	**2.288**	**(23.526)**	**(20.493)**

A estratégia de proteção para o risco de câmbio consiste na obtenção do *hedge* natural, ou seja, a busca do equilíbrio mensal dos ativos e passivos em moeda estrangeira entre as empresas do Grupo.

EBITDA Ajustado

No ano de 2016, o EBITDA ajustado totalizou R$ 78,8 milhões, redução de 50,5% com margem de 10%, declínio de 6 pontos percentuais em relação ao ano de 2015, devido ao menor volume de vendas, baixa utilização da capacidade industrial e redução das margens operacionais decorrente da comercialização de um *mix* com menor valor agregado. Visando minimizar os efeitos negativos no EBITDA ajustado, a Companhia tem concentrado esforços em reduzir as despesas operacionais recorrentes, conforme comentado mais acima.

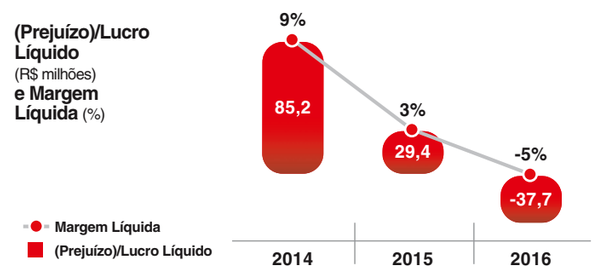


Reconciliação do EBITDA Consolidado (R$ mil)	2014	2015	2016
(Prejuízo) lucro líquido	**85.160**	**29.421**	**(37.682)**
Imposto de renda e contribuição social	44.924	39.196	9.955
Resultado financeiro líquido	(2.288)	23.526	20.493
Depreciação e amortização	37.704	39.401	38.572
EBITDA[1]	**165.500**	**131.544**	**31.338**
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação[2]	-	-	18.109
Resultado da equivalência patrimonial	13.676	27.661	29.337
EBITDA ajustado[3]	**179.176**	**159.205**	**78.784**

(1) Com o início das operações da *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC), o EBITDA consolidado contempla o seu resultado de acordo com o método da equivalência patrimonial e eventos não recorrentes, em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012.
(2) Referente à reestruturação da controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda.
(3) O EBITDA ajustado é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia, excluindo o resultado da equivalência patrimonial devido a CSC ser uma empresa de controle compartilhado (*joint venture*) e seus dados não serem consolidados, além dos eventos não recorrentes, sem efeito caixa.

(Prejuízo)/Lucro Líquido

Em 2016, a Eternit registrou prejuízo de R$ 37,7 milhões e margem líquida de -5% contra um lucro líquido de R$ 29,4 milhões e margem líquida de 3% no ano de 2015, em função dos aspectos comentados no EBITDA ajustado, neutralizado, parcialmente, por um menor resultado financeiro líquido.



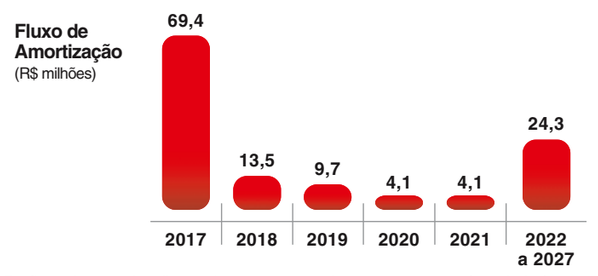
Endividamento

Em linha com a política de redução do endividamento, a Companhia encerrou o ano de 2016 com uma dívida líquida de R$ 117,2 milhões, redução de 19,1% frente a dívida líquida de 31 de dezembro de 2015, ocasionada, por amortizações de empréstimos FINIMP[8] e FINAME[9] e da liquidação de contratos para capital de giro nas modalidades NCE[10] e ACE[11]. No período, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somava R$ 125,1 milhões, principalmente, em função (i) dos títulos de CCB[12], NCE e ACE; e (ii) de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R$ 7,9 milhões, sendo as aplicações financeiras remuneradas com uma taxa média ponderada de 106,2% da variação do CDI[13].

Endividamento - R$ mil	31/12/14	31/12/15	31/12/16
Dívida bruta - curto prazo	88.946	90.307	69.428
Dívida bruta - longo prazo	38.978	76.954	55.626
Total da dívida bruta	**127.924**	**167.261**	**125.054**
Caixa e equivalentes de caixa	(13.367)	(5.578)	(5.143)
Aplicações financeiras de curto prazo	(35.023)	(16.734)	(2.708)
Dívida líquida	**79.534**	**144.949**	**117.203**
EBITDA ajustado	179.176	159.205	78.784
Dívida líquida/EBITDA ajustado x	**0,44**	**0,91**	**1,49**
Dívida líquida/PL	**15,4%**	**29,0%**	**25,5%**

A dívida em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2016, estava 100% protegida naturalmente com as contas a receber das exportações do crisotila. Neste mesmo período, a origem da dívida era composta por: 63% moeda nacional e 37% moeda estrangeira.

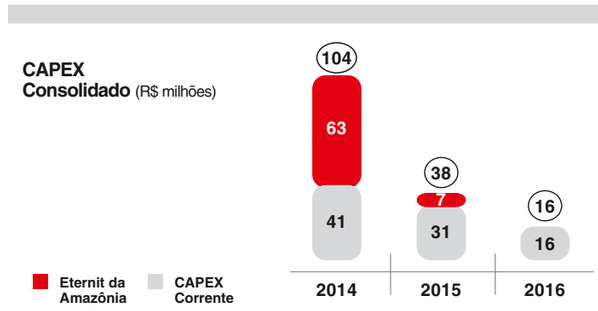


Do fluxo de amortização previsto para o ano de 2017, 66,4% está atrelado às contas a receber da exportação.

(8) FINIMP: Financiamento à Importação.
(9) FINAME: Agência Especial de Financiamento Industrial.
(10) NCE: Nota de Crédito à Exportação.
(11) ACE: Adiantamento de Contrato de Exportação.
(12) CCB: Cédula de Crédito Bancário.
(13) CDI: Certificado de Depósito Interbancário.

CAPEX

No ano de 2016, os investimentos somaram R$ 15,7 milhões, redução de 58,6% quando comparado com o ano anterior, sendo destinados à manutenção e atualização do parque industrial do Grupo.



A previsão de CAPEX para o ano de 2017 é cerca de R$ 18,3 milhões, para manutenção e atualização do parque industrial, contudo, este montante não contempla eventuais aportes em empresas controladas.

Valor Adicionado

O valor adicionado do ano totalizou R$ 319,9 milhões, 35,8% menor em relação a 2015. Deste montante, foram destinados R$ 147,3 milhões aos colaboradores e R$ 128,8 milhões aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

R$ mil	2014	2015	2016
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**546.448**	**497.860**	**319.860**
Pessoal	191.345	188.694	147.280
Impostos, taxas e contribuições	193.814	150.266	128.789
Remuneração de Capitais de Terceiros	76.130	129.479	81.473
Remuneração de Capitais Próprios	85.159	29.421	(37.682)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**546.448**	**497.860**	**319.860**

Perspectivas

Com o cenário econômico de incertezas e baixos índices de utilização da capacidade da indústria, em linha com os dados de crédito, emprego e renda, as projeções sobre o desempenho da economia no que se refere ao PIB 2017, em comparação com o ano de 2016, são de 0,5%, segundo relatório FOCUS de 10/03/2017, e o PIB da construção civil de -0,5%, conforme relatório de Inflação de dezembro de 2016 do Banco Central (BACEN).

Para o setor de materiais de construção, a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT) aponta para um cenário de estabilidade para o ano de 2017 frente a 2016, uma vez que o mercado permanece retraído diante do alto nível de desemprego e condições desfavoráveis ao crédito. Embora os índices de confiança do empresário tenham melhorado devido, especialmente, às expectativas futuras, segundo a ABRAMAT, somente um conjunto de medidas de incentivo à demanda, redução de juros e diminuição do desemprego poderá modificar a tendência no setor de materiais de construção.

continua...

...continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2016

O Governo Federal vem adotando medidas para estimular o crescimento do setor de construção civil e materiais de construção por meio de algumas propostas, dentre elas a redução da taxa de juros para financiamento da casa própria pela Caixa Econômica Federal; implementação do programa Cartão Reforma com o objetivo de combater o déficit habitacional qualitativo de famílias com baixa renda ao subsidiar cerca de R$ 5 mil para reforma e ampliação de moradias; relançamento do Cartão Construcard voltado para reformas com injeção de recursos de R$ 7 bilhões; além da ampliação do Programa Minha Casa Minha Vida permitindo a entrada de famílias com renda mensal de até R$ 9 mil. A Companhia considera fundamental a criação de medidas como essas que estimulam a economia do País, para que possa retomar o crescimento do setor de materiais de construção, a qual contribuirá positivamente os negócios da Companhia.

A Companhia está inserida no segmento de materiais de construção, cujo desenvolvimento está atrelado ao setor da construção civil, sendo este um importante setor para a atividade econômica brasileira. É importante ressaltar os seguintes desafios para o País e o setor de atuação da Companhia, os quais impactam nossos negócios e a demanda por produtos do nosso portfólio, destinados, principalmente, à construção autogerida: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura, aspectos tributários e valorização do câmbio, geração de emprego e melhora na distribuição de renda, políticas econômicas sustentáveis, além do aumento do nível de confiança dos empresários e consumidores.

Para o fibrocimento, a Eternit manterá a operação de suas fábricas e na mineradora de forma otimizada, em linha com a demanda do mercado, além de fazer uso da força de sua marca e da rede de cerca de 15 mil pontos de revendas, bem como, ampliar os pontos de revendas para minimizar os efeitos da crise econômica.

Na linha de telhas de concreto, a Companhia reestruturou este segmento a fim de operar em mercados com maior rentabilidade operacional. Assim, a partir de fevereiro de 2017, a produção de telhas de concreto passou a operar de forma concentrada na unidade de Atibaia/SP, cuja capacidade de produção poderá atender eventual demanda de regiões das unidades desativadas. Os imóveis próprios das unidades desativadas serão disponibilizados à venda.

Os esforços continuarão centrados na recuperação da margem operacional, na busca contínua de redução de custos e despesas operacionais visando à competitividade necessária para enfrentamento de concorrência, principalmente, em momentos de baixa ocupação das capacidades instaladas, além da comercialização de um *mix* com maior rentabilidade em linha com a expectativa de melhoria da atividade econômica, como um todo.

De acordo com a estratégia de crescimento orgânico diversificado, a planta de Manaus (AM) realizou a produção e a comercialização de fios de polipropileno para aplicação em escala industrial no fibrocimento ao longo de 2016. Já a unidade de louças (CE), apresentou melhora contínua nos indicadores de produtividade e tem disponibilizado um portfólio mais diversificado (produtos dos segmentos de médio e médio luxo) com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio.

Com relação ao aspecto jurídico do mineral crisotila, a Companhia espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento das ações em curso, e se necessário, tomará as medidas legais cabíveis perante os Tribunais.

A Companhia, independente dos desafios citados, acredita na retomada do crescimento da economia brasileira e, principalmente, do setor em que atua. A Administração permanece atenta aos desdobramentos e impactos que poderão ocorrer em função da atual situação macroeconômica, realizando suas operações com rigor financeiro, redução do capital de giro e atuando na política de redução da dívida com foco na sustentabilidade dos negócios, com o objetivo de consolidar a Eternit como uma provedora de matérias-primas, produtos e soluções para a construção civil.

6. MERCADO DE CAPITAIS

A Eternit possui registro em bolsa desde 1948 e, desde 2006, tem suas ações negociadas no Novo Mercado, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA, sob o código ETER3, e faz parte de quatro índices de ações da BM&FBOVESPA, sendo: IGCX (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), IGNM (Índice Governança Corporativa - Novo Mercado), INDX (Índice do Setor Industrial) e ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado).

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia manteve alta concentração de acionistas pessoas físicas, sendo composta em 31 de dezembro de 2016 por 77,5% de pessoas físicas, 7,3% de investidores estrangeiros e 15,2% de pessoas jurídicas, clubes, fundos de investimentos e fundações. Em dezembro de 2016, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação, totalizando 33,4% do total de ações, e a Diretoria da Companhia detinha 0,7% das ações.

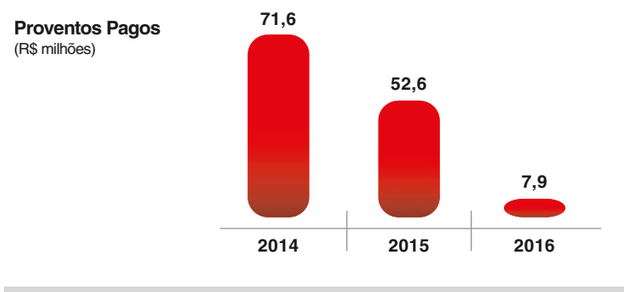
A base acionária finalizou o ano de 2016 com 10.721 acionistas, ou seja, uma redução de 2,8% em relação ao número de acionistas registrados em 2015. O *free float* da Companhia encerrou o ano de 2016 em 85,2%, excluindo as ações em tesouraria e detidas pela Administração, conforme metodologia do Regulamento do Novo Mercado.

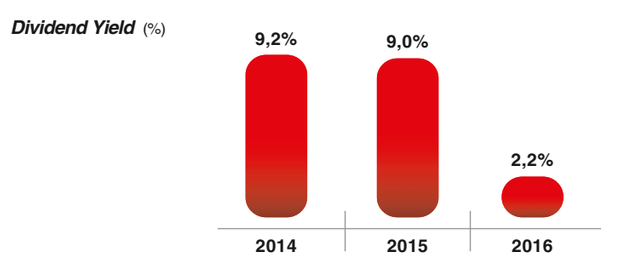
Em 31 de dezembro de 2016, a ação da Eternit encerrou cotada a R$ 1,32/ação, sendo o valor de mercado da Companhia de R$ 236,3 milhões.

Remuneração aos Acionistas

Em 2016, os proventos pagos a título de juros sobre o capital próprio foram de R$ 7,9 milhões, referente aos resultados do quarto trimestre de 2015. Face aos resultados obtidos no ano de 2016, não houve distribuição de proventos.

O Estatuto Social da Eternit prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após as deduções legal e estatutária. Importante ressaltar que a política de dividendos da Companhia, conforme o Estatuto Social, permanece inalterada, entretanto, novas distribuições ocorrerão a partir da obtenção de resultados positivos.





7. CAPITAL HUMANO

O capital humano é fundamental para a implementação das estratégias de negócio e essa relevância é reconhecida pela Eternit e suas controladas em diversas iniciativas de gestão de pessoas. Por essa razão, busca investir em seus colaboradores e valorizá-los. O esforço nesse âmbito é reconhecido pelo mercado: a Eternit e a SAMA foram listadas nos principais rankings de gestão de pessoas nos últimos anos, vide mais em Reconhecimentos.

Ao final do exercício, a Companhia contava com 2.028 colaboradores diretos e 2.416 em 2015, incluindo estagiários e aprendizes[14].

[14] Dados não contemplam a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica.

8. REESTRUTURAÇÃO DA TÉGULA SOLUÇÕES PARA TELHADOS LTDA.

Em 16 de fevereiro de 2017, a Companhia divulgou Fato Relevante informando seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2017, a reestruturação das unidades produtivas da Controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda.

A reestruturação tem por objetivo adequar a controlada Tégula para operar em mercados com maior rentabilidade operacional. Desta forma, as atividades de produção de telhas de concreto das unidades de Frederico Westphalen/RS, Içara/SC, Anápolis/GO e Camaçari/BA foram encerradas a partir deste mês. A baixa destes ativos (*impairment*) na ordem de R$ 15 milhões foi reconhecida ainda no exercício de 2016 e os imóveis próprios destas unidades estão disponibilizados à venda.

Esta decisão foi tomada após extensa análise de alternativas para maximizar o resultado das unidades, pois já operavam com capacidades reduzidas, em face da demanda de mercado. Atualmente, as unidades ora desativadas empregavam 90 postos de trabalho.

Assim a operação de produção de telhas de concreto passa a operar de forma concentrada na unidade de Atibaia/SP, cuja capacidade de produção poderá atender eventual demanda de regiões das unidades desativadas.

9. QUESTÃO JURÍDICA DO MINERAL CRISOTILA

Ações Civis Públicas ajuizadas de São Paulo

A Eternit foi oficialmente notificada, em 10 de fevereiro de 2017, do inteiro teor do acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a qual reformou a sentença proferida pela 9ª Vara do Trabalho de São Paulo que julgou parcialmente procedente as ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA, referente à fábrica de Osasco (SP), cujas atividades foram encerradas em 1993.

Em decorrência do entendimento do Tribunal a sentença de primeira instância foi reformada. Os termos mais significativos são:

Foram excluídas as seguintes condenações:

- Indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 100 milhões;
- Indenização por danos morais no valor de R$ 50 mil em favor de cada ex-trabalhador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto;
- Toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-empregados.

Foram reduzidas as seguintes condenações:

- Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-trabalhador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R$ 100 mil e R$ 50 mil, respectivamente;
- Danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-trabalhador falecido após o ajuizamento das ações para R$ 100 mil;

Foi mantida a seguinte condenação:

- Assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto.

A Eternit informa ainda que tomará todas as medidas legais que estiverem a seu alcance em instância superior.

Ação Civil Pública ajuizada do Paraná - Evento Subsequente

A Eternit foi notificada na tarde de 10/03/2017 de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia, que se encontra em curso perante a 1ª Vara do Trabalho de Colombo, Estado do Paraná. Nesta ação existem distintos pedidos, entre os quais a condenação da empresa ao pagamento de R$ 85 milhões a título de danos morais coletivos e a substituição da matéria prima dentro do prazo de noventa dias.

Informa ainda que foram pleiteados diversos pedidos em caráter liminar, dentre eles a substituição da matéria prima dentro do prazo de 90 dias, tendo sido indeferidos pelo Juízo de 1ª instância.

A Companhia reforça que cumpre as normas e procedimentos de segurança estabelecidos pela Lei Federal nº 9.055/95 e no Decreto que a regulamentou. Oportunamente a empresa apresentará sua defesa e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento desta ação.

10. RECONHECIMENTOS

As diversas premiações demonstram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus *stakeholders*. Durante 2016, as empresas do Grupo Eternit conquistaram diversos prêmios importantes nas áreas de Recursos Humanos e Marketing e Produtos, como uma das Melhores Empresas para se Trabalhar pelo Guia 2016 da Revista Você S/A e Prêmio ANAMACO 2016, respectivamente. Para conhecer os demais prêmios, acesse www.eternit.com.br/ri.

11. CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

12. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Ao longo do exercício de 2016, a Eternit utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. e da Sama S.A. Minerações Associadas para o exercício de 2016, e para as informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres (ITR) de 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016 da Eternit S.A.

A Companhia contratou serviços de consultoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para o exercício de 2016 conforme descrito abaixo:

(i) Natureza do serviço: revisão de créditos extemporâneos para PIS e COFINS. Início da contratação em 2014 e finalização em 2018.

O valor total dos serviços de consultoria foi de R$ 333.836,20 (trezentos e trinta e três mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte centavos) e equivale a 38,37% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Administração, assim como seus auditores independentes, entendem que os serviços mencionados não geram conflito de interesse, e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

13. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os Membros da Diretoria da Eternit S.A., declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016; e

ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 17 de março de 2017.

A Diretoria

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse o site de Relações com Investidores www.eternit.com.br/ri e/ou contate a equipe de RI ri@eternit.com.br.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2016, pelo apoio e confiança no futuro; confiando no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

São Paulo, 17 de março de 2017.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**3.365**	2.850	**5.143**	5.578
Aplicações financeiras	5	**32**	3.114	**2.708**	16.734
Contas a receber	6	**84.835**	73.337	**158.663**	172.342
Estoques	7	**93.582**	108.428	**160.867**	184.383
Impostos a recuperar	8	**9.289**	7.638	**17.861**	15.083
Partes relacionadas	10.a	**14.819**	30.447	**718**	2.818
Outros ativos circulantes		**2.193**	7.501	**5.724**	15.382
		208.115	233.315	**351.684**	412.320
Ativo mantido para venda		**796**	-	**5.291**	-
Total do ativo circulante		**208.911**	233.315	**356.975**	412.320
Não circulante					
Depósitos judiciais		**14.384**	11.576	**22.264**	19.003
Impostos a recuperar	8	**24.335**	24.081	**24.746**	24.765
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	**42.315**	34.264	**72.655**	63.823
Partes relacionadas	10	**27.982**	9.711	**15.985**	-
Outros ativos não circulantes		**1.078**	339	**2.545**	2.807
Investimentos	9	**203.707**	251.659	**3.546**	24.782
Imobilizado	11	**150.412**	154.920	**317.716**	354.047
Intangível		**6.069**	6.950	**26.016**	31.647
Total do ativo não circulante		**470.282**	493.500	**485.473**	520.874
Total do ativo		**679.193**	726.815	**842.448**	933.194

Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Circulante					
Fornecedores	12	**20.602**	23.922	**33.566**	41.420
Empréstimos e financiamentos	13	**10.337**	6.258	**68.750**	90.238
Instrumentos financeiros derivativos	27.2	**374**	69	**678**	69
Partes relacionadas	10	**25.393**	12.256	**-**	-
Obrigações com pessoal	14	**12.413**	14.858	**23.388**	27.722
Dividendos e juros sobre o capital próprio	17.d	**426**	7.534	**426**	7.534
Provisão para benefício pós-emprego	16.b	**3.184**	2.749	**5.115**	4.890
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	**14.030**	10.697	**22.260**	19.867
Outros passivos circulantes		**6.578**	5.940	**14.306**	14.080
Total do passivo circulante		**93.337**	84.283	**168.489**	205.820
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**4.362**	16.294	**55.626**	76.954
Partes relacionadas	10	**36.012**	40.728	**-**	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	**1.746**	6.477	**4.699**	8.969
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	**46.975**	47.096	**90.003**	84.281
Provisão para benefício pós-emprego	16.b	**37.128**	31.839	**50.104**	44.437
Provisão para desmobilização da mina	29	**-**	-	**13.878**	12.617
Total do passivo não circulante		**126.223**	142.434	**214.310**	227.258
Patrimônio líquido					
Capital social	17.a	**334.251**	334.251	**334.251**	334.251
Reserva de capital		**19.460**	19.460	**19.460**	19.460
Ações em tesouraria		**(174)**	(174)	**(174)**	(174)
Reservas de lucros		**118.221**	155.738	**118.221**	155.738
Outros resultados abrangentes		**(12.125)**	(9.177)	**(12.125)**	(9.177)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		**459.633**	500.098	**459.633**	500.098
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	**16**	18
Total do patrimônio líquido		**459.633**	500.098	**459.649**	500.116
Total do passivo e patrimônio líquido		**679.193**	726.815	**842.448**	933.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais, exceto o (prejuízo) lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Receita operacional líquida	21	**494.763**	511.090	**827.275**	974.872
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	22	**(394.446)**	(384.403)	**(564.073)**	(598.115)
Lucro bruto		**100.317**	126.687	**263.202**	376.757
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	**(60.616)**	(58.313)	**(106.593)**	(114.704)
Gerais e administrativas	22	**(39.740)**	(48.272)	**(89.134)**	(106.961)
Remuneração da administração	22	**(8.055)**	(7.121)	**(11.527)**	(11.444)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	**(14.826)**	(25.115)	**(15.736)**	(23.844)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação	1, 3.3 e 30	**-**	-	**(18.109)**	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	**(15.335)**	45.116	**(29.337)**	(27.661)
Total das despesas operacionais		**(138.572)**	(93.705)	**(270.436)**	(284.614)
Despesas financeiras	24	**(27.348)**	(19.804)	**(71.235)**	(108.735)
Receitas financeiras	24	**21.169**	7.762	**50.742**	85.209
Resultado financeiro líquido		**(6.179)**	(12.042)	**(20.493)**	(23.526)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(44.434)**	20.940	**(27.727)**	68.617
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	19	**-**	-	**(17.269)**	(48.851)
Diferidos	19	**6.751**	8.480	**7.314**	9.655
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(37.683)**	29.420	**(37.682)**	29.421
Atribuível a:					
Acionistas controladores		**(37.683)**	29.420	**(37.683)**	29.420
Acionistas não controladores		**-**	-	**1**	1
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(37.683)**	29.420	**(37.682)**	29.421
(Prejuízo) lucro líquido por ação, básico e diluído - R$	17	**(0,2106)**	0,1644	**(0,2106)**	0,1644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(37.683)**	29.420	**(37.682)**	29.421
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	**(3.823)**	(3.040)	**(4.466)**	(2.555)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	**1.299**	1.034	**1.518**	869
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	**(424)**	320	**-**	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**(2.948)**	(1.686)	**(2.948)**	(1.686)
Resultado abrangente do exercício	**(40.631)**	27.734	**(40.630)**	27.735
Atribuível a:				
Acionistas controladores	**(40.631)**	27.734	**(40.631)**	27.734
Acionistas não controladores	**-**	-	**1**	1
	(40.631)	27.734	**(40.630)**	27.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	21	**655.962**	679.553	**1.048.748**	1.221.417
Outras receitas		**87**	100	**3.982**	(86)
Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		**(1.980)**	(1.493)	**(3.420)**	(2.512)
		654.069	678.160	**1.049.310**	1.218.819
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		**(325.811)**	(333.319)	**(470.819)**	(555.314)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		**(133.597)**	(153.783)	**(221.602)**	(185.782)
Perda estimada por não rrecuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação	30	**-**	-	**(18.109)**	-
Outros descontos, abatimentos e doações		**(1.605)**	(3.100)	**(4.018)**	(5.518)
		(461.013)	(490.202)	**(714.548)**	(746.614)
Valor adicionado bruto		**193.056**	187.958	**334.762**	472.205
Depreciação, amortização e exaustão		**(14.880)**	(13.470)	**(38.572)**	(39.401)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		**178.176**	174.488	**296.190**	432.804
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	9	**(15.335)**	45.116	**(29.337)**	(27.661)
Receitas financeiras	24	**21.169**	7.762	**50.742**	85.209
Outras		**433**	3.983	**2.265**	7.508
		6.267	56.861	**23.670**	65.056
Valor adicionado total a distribuir		**184.443**	231.349	**319.860**	497.860
Pessoal:					
Remuneração direta		**72.985**	69.177	**101.888**	127.943
Benefícios		**23.281**	26.618	**34.972**	49.173
FGTS		**7.887**	6.181	**10.420**	11.578
		104.153	101.976	**147.280**	188.694
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		**59.103**	57.161	**64.609**	100.616
Estaduais		**22.582**	14.280	**60.317**	45.815
Municipais		**2.200**	1.832	**3.863**	3.835
		83.885	73.273	**128.789**	150.266
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		**27.348**	19.804	**71.235**	108.735
Aluguéis		**6.740**	6.876	**10.238**	20.744
		34.088	26.680	**81.473**	129.479
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	17	**-**	1.611	**-**	1.611
Juros sobre o capital próprio	17	**-**	23.083	**-**	23.083
(Prejuízos acumulados)/lucros retidos	17	**(37.683)**	4.726	**(37.683)**	4.726
Participação dos não controladores nos (prejuízos acumulados)/lucros retidos		**-**	-	**1**	1
		(37.683)	29.420	**(37.682)**	29.421
		184.443	231.349	**319.860**	497.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital: Subvenção para investimentos	Reserva de capital: Ágio na Aquisições de Ações	Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015		334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603	-	(7.491)	514.791	17	514.808
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	160	-	-	160	-	160
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	29.420	-	29.420	1	29.421
Constituição de reservas	17	-	-	-	-	1.471	1.471	1.784	(4.726)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.686)	(1.686)	-	(1.686)
Destinação do lucro líquido:													
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,166 por ação em circulação	17	-	-	-	-	-	-	(6.621)	(23.083)	-	(29.704)	-	(29.704)
Dividendos - R$ 0,072 por ação em circulação	17	-	-	-	-	-	-	(11.272)	(1.611)	-	(12.883)	-	(12.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	86.654	-	(9.177)	500.098	18	500.116
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	166	-	-	166	(3)	163
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(37.683)	-	(37.683)	1	(37.682)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(37.683)	37.683	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.948)	(2.948)	-	(2.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	49.137	-	(12.125)	459.633	16	459.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(44.434)**	20.940	**(27.727)**	68.617
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	**15.335**	(45.116)	**29.337**	27.661
Depreciação e amortização		**14.880**	13.470	**38.572**	39.401
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	23	**(5)**	(100)	**(3.123)**	165
Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	**1.980**	1.493	**3.420**	2.531
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	1, 3.3, 7 e 30	**(527)**	(267)	**1.025**	(267)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	1, 3.3, 7 e 30	**-**	-	**14.460**	-
Perda estimada para desmobilização e provisão de reestruturação	1, 3.3, 7 e 30	**-**	-	**2.586**	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**1.344**	23.605	**7.209**	27.467
Provisão para benefício pós-emprego		**1.901**	1.307	**1.426**	635
Provisão para desmobilização da mina		**-**	-	**1.261**	2.570
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		**(416)**	6.745	**(828)**	13.011
Rendimento de aplicações financeiras		**(74)**	(993)	**(841)**	(3.331)
Variação líquida das despesas antecipadas		**6.020**	2.886	**7.106**	5.067
		(3.996)	23.970	**73.883**	183.527
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		**(14.259)**	(3.503)	**7.100**	(669)
Partes relacionadas a receber		**965**	(5.150)	**2.100**	(391)
Estoques	7	**15.373**	(38.766)	**22.491**	(36.023)
Impostos a recuperar		**1.603**	(1.836)	**3.380**	(4.085)
Depósitos judiciais		**(4.132)**	(4.765)	**(4.586)**	(5.588)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		**44.759**	98.341	**-**	-
Outros ativos		**(1.430)**	(5.389)	**2.842**	(12.209)
Ativo mantido para venda		**(16)**	-	**(16)**	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		**(3.304)**	1.064	**(7.828)**	(731)
Partes relacionadas a pagar	10	**13.137**	4.584	**-**	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		**(3.028)**	(5.893)	**(11.493)**	(6.617)
Provisões e encargos sociais	14	**(2.445)**	2.120	**(4.334)**	(935)
Outros passivos		**638**	2.807	**(2.582)**	2.964
Juros pagos		**(1.021)**	(411)	**(7.530)**	(4.782)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**-**	-	**(12.604)**	(56.829)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**42.844**	67.173	**60.823**	57.632
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresas ligada a receber		**(16.053)**	19.585	**(14.953)**	726
Recebimento pela venda de imobilizado	23	**22**	784	**3.395**	876
Adições ao ativo imobilizado e intangível		**(9.508)**	(23.161)	**(15.700)**	(37.944)
Adição de variação cambial capitalizada	11	**-**	(107)	**-**	(14.524)
Adições ao investimento	9	**(8.101)**	(47.627)	**(8.101)**	(18.105)
Aplicações financeiras de curto prazo		**(41.750)**	(93.136)	**(149.403)**	(277.192)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		**44.905**	106.740	**164.264**	298.812
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(30.485)**	(36.922)	**(20.498)**	(47.351)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		**1.962**	14.915	**64.575**	246.870
Amortização de empréstimos e financiamentos		**(6.929)**	(3.633)	**(98.458)**	(215.838)
Mútuo com empresa ligada		**-**	4.708	**-**	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		**(6.877)**	(49.102)	**(6.877)**	(49.102)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(11.844)**	(33.112)	**(40.760)**	(18.070)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**515**	(2.861)	**(435)**	(7.789)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	**2.850**	5.711	**5.578**	13.367
No fim do exercício	4	**3.365**	2.850	**5.143**	5.578
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**515**	(2.861)	**(435)**	(7.789)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, no segmento Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 17).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 9 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção, fios de polipropileno.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,84%	99,84%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 25.

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/1995 - Decreto nº 2.350/1997 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/2012 o julgamento de mérito das ADI nº 3.357 e nº 3.937, em face das Leis estaduais nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul e nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, respectivamente. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurélio - votou pela inconstitucionalidade das leis, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento. Em 23/11/2016 foi retomado o julgamento, de ação nº 3.357, tendo o Ministro Edson Facchin julgado improcedente o pedido formulado na ação, enquanto que o Ministro Dias Toffoli pediu vista dos autos. Quanto a ADI nº 3.937, também foi dada vista ao Ministro Dias Toffoli.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/2013, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

O governo do Estado de Mato Grosso regulamentou a Lei nº 9.583/2011 através do decreto nº 68/2015, publicado no dia 16 de abril de 2015, que veda o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

O Governo do Estado de Amazonas promulgou em 06/05/2015 a Lei nº 258/2015, que proibe o uso de produtos contendo asbestos no Estado de Amazonas, estando pendente de regulamentação.

O Governo de Santa Catarina promulgou em 13/01/2017 a Lei nº 17.076/2017, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham qualquer tipo de amianto no Estado de Santa Catarina, estando pendente de regulamentação.

Reestruturação operacional

Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2017, a reestruturação das unidades produtivas da Controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda.

O objetivo da reestruturação foi adequar a controlada Tégula para operar em mercados com maior rentabilidade operacional. Desta forma, as atividades de produção de telhas de concreto das unidades de Frederico Westphalen/RS, Içara/SC, Anápolis/GO, São José do Rio Preto/SP e Camaçari/BA foram encerradas.

Em virtude dessa reestruturação foi realizada a recuperabilidade dos ativos das referidas unidades fabris, utilizando a metodologia de valor em uso, no qual originou em uma redução dos mesmos ao valor recuperável bem como a constituição de provisões para reestruturação e desmobilização, reconhecidas no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2016 as quais totalizaram o montante de R$ 14.313.

Aprovação das demonstrações contábeis

A apresentação das demonstrações contábeis anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2017, para divulgação na mesma data.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), introduzidas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Declaração de conformidade e base para preparação

Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e conforme divulgada na nota explicativa nº 1, a Companhia efetuou a reestruturação de algumas unidades da controlada Tégula, com o objetivo de retomar o crescimento de tal controlada.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as demonstrações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.6. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 12).

2.7. Norma, alterações e interpretações de normas

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações contábeis que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações contábeis
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Aprovado em Dez-2016 com vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não tem grandes volumes de transações com derivativos e Hedge Accounting, assim não se espera grandes variações.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes CPC 34 - Receita de Contrato com Cliente	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e Incorporação Imobiliária. Aprovado em Dez-2016 com vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações contábeis, porém está em avaliação do mesmo, estando assim impossibilitados de divulgar tais efeitos.
Adoção do IFRS 16 - Leases (atualmente IAS 17 Leases and Issued) - CPC 06 Arrendamento mercantil	A norma não altera o entendimento sobre o arrendamento mercantil onde podemos efetivar o registro como leasing financeiro ou operacional, entretanto a nova norma prevê a facilidade de um registro único para o caso de arrendamento financeiro. Já previsto no IAS 17. Vigência a partir de 01/01/2019.	O Grupo não tem grandes volumes de transações com arrendamento mercantil, assim não se espera grandes variações.
IFRS 6 (CPC 34 Exploração e avaliação de recursos minerais)	O objetivo deste pronunciamento é regulamentar a melhor forma de classificação e mensuração da atividade de exploração de recursos minerais, em virtude da continuidade nas discussões junto ao IASB e demais órgãos internacionais em relação à norma. O CPC decidiu não emitir pronunciamento devido a revisão dos órgãos competentes internacionais. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.
IAS 29 (CPC 42 Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária)	A norma estabelece critérios de correção às demonstrações contábeis em países de economia com situação de alta inflação. O CPC não aprovou o pronunciamento tendo em vista a experiência anterior com a correção integral das demonstrações contábeis. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

continua...

...continuação

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

	Consolidado	
Controlada:	**31/12/2016**	31/12/2015
Sama	**16.559**	16.559
Tégula (i)	**-**	3.436
Total	**16.559**	19.995

(i) No grupo do Intangível

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Perdas pela não recuperabilidade de ativos

A Companhia realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Adicionalmente as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia e suas controladas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente em dezembro, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

Com base nas premissas mencionadas anteriormente, a Companhia identificou a necessidade de registro de perda pela recuperabilidade de ativos no montante de R$ 3.796 em sua controlada Tégula, sendo R$ 3.436 pelo resultado do teste de recuperabilidade do ágio e R$ 360 pelo resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos não circulantes. A reversão das perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

3.4. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.5. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.6. Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 16. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Caixa e bancos	**52**	2.850	**1.639**	5.463
Aplicações em certificados de depósito bancários	**3.313**	-	**3.504**	115
	3.365	2.850	**5.143**	5.578

Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Fundos de investimentos	**32**	3.114	**2.708**	16.734

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, remunerados pelas taxas médias de 106,2% da variação do CDI (100,9% em 31 de dezembro de 2015).

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Mercado interno	**89.718**	77.222	**121.174**	111.336
Mercado externo	**-**	-	**46.124**	69.316
(-) Ajuste a valor presente	**-**	-	**(317)**	(319)
	89.718	77.222	**166.981**	180.333
Perda em créditos de liquidação duvidosa	**(4.883)**	(3.885)	**(8.318)**	(7.991)
	84.835	73.337	**158.663**	172.342

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
A vencer	**78.623**	68.163	**141.430**	153.946
Valores vencidos:				
Até 30 dias	**4.582**	2.690	**11.894**	14.439
Entre 31 e 60 dias	**714**	536	**1.196**	1.319
Acima de 60 dias	**916**	1.948	**4.143**	2.638
	84.835	73.337	**158.663**	172.342

Movimentação da perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Saldo inicial	**(3.885)**	(3.307)	**(7.991)**	(6.689)
Adição	**(2.847)**	(1.720)	**(4.956)**	(2.786)
Reversão	**867**	227	**1.536**	255
Baixa	**982**	915	**3.093**	1.229
Saldo final	**(4.883)**	(3.885)	**(8.318)**	(7.991)

7. ESTOQUES

Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Produtos acabados	**58.390**	61.591	**107.403**	110.595
Produtos semi-acabados	**-**	-	**1.231**	3.486
Revenda	**7.396**	8.371	**10.253**	11.700
Matérias-primas	**21.771**	32.438	**23.479**	33.936
Materiais auxiliares	**7.096**	7.626	**21.497**	26.637
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido (*)	**(1.071)**	(1.598)	**(2.996)**	(1.971)
	93.582	108.428	**160.867**	184.383

(*) A contrapartida da perda estimada está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da perda estimada para redução ao valor realizável líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Saldo inicial	**(1.598)**	(1.865)	**(1.971)**	(2.238)
Adição	**(1.039)**	(398)	**(2.622)**	(398)
Reversão	**1.566**	665	**1.597**	665
Saldo final	**(1.071)**	(1.598)	**(2.996)**	**(1.971)**

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	**2.943**	2.208	**3.475**	4.365
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	**288**	201	**531**	475

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	**1.669**	1.027	**1.882**	1.570
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	**475**	276	**511**	333
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	**2.145**	1.646	**2.145**	1.646
Fundo - FOMENTAR - ICMS (*)	**1.061**	1.542	**1.061**	1.542
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS e outros	**708**	738	**8.256**	5.152
	9.289	7.638	**17.861**	15.083
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	**709**	1.419	**1.063**	2.045
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	**15.035**	14.421	**15.035**	14.422
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	**8.591**	8.241	**8.591**	8.241
Instituto nacional seguro social - INSS	**-**	-	**57**	57
	24.335	24.081	**24.746**	24.765

(*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

9. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes dos investimentos das controladas e da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. ("CSC"):

Resumo da composição dos investimentos:

	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	CSC	Total
Investimentos	33.593	29.053	7.313	81.789	27.159	4.695	3.546	187.148
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**33.593**	**29.053**	**7.313**	**98.348**	**27.159**	**4.695**	**3.546**	**203.707**
Em 01 de janeiro de 2015	11.685	23.985	7.830	106.944	67.134	4.164	34.338	256.080
Dividendos	-	(8.035)	(822)	(81.682)	-	-	-	(90.539)
Juros sobre o capital próprio	-	(1.408)	-	(5.537)	-	-	-	(6.945)
Resultado da equivalência patrimonial	(11.942)	12.349	813	82.615	(11.028)	(30)	(27.661)	45.116
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	320	-	-	-	320
Aporte de capital	29.522	-	-	-	-	-	18.105	47.627
Em 31 de dezembro de 2015	29.265	26.891	7.821	102.660	56.106	4.134	24.782	251.659
Dividendos	**-**	**(2.773)**	**(998)**	**(26.335)**	**-**	**(1.412)**	**-**	**(31.518)**
Juros sobre o capital próprio	**-**	**(2.096)**	**-**	**(6.680)**	**-**	**-**	**-**	**(8.776)**
Resultado da equivalência patrimonial	**4.328**	**7.031**	**490**	**29.127**	**(28.947)**	**1.973**	**(29.337)**	**(15.335)**
Equivalência dos resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**(424)**	**-**	**-**	**-**	**(424)**
Aporte de capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.101**	**8.101**
Em 31 de dezembro de 2016	**33.593**	**29.053**	**7.313**	**98.348**	**27.159**	**4.695**	**3.546**	**203.707**

O saldo de investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2016 no montante de R$ 3.546 (R$ 24.782 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao investimento na controlada em conjunto CSC. Durante o exercício de 2016 foram realizados aportes de capital no montante de R$ 8.101 (R$ 18.105 em 2015).

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2016:

	Controladas						Controlada em Conjunto
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.
Ativo circulante	12.515	27.000	1.369	127.103	20.124	1.703	71.635
Ativo não circulante	88.743	14.954	6.126	102.882	31.798	4.565	116.678
Passivo circulante	16.116	9.338	182	80.398	7.761	12	67.406
Passivo não circulante	50.786	3.561	-	64.222	16.999	1.554	114.997
Patrimônio líquido	34.356	29.055	7.313	85.365	27.162	4.702	5.910
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%
Lucro não realizado nos estoques	(760)	-	-	(3.574)	-	-	-
Valor contábil do investimento	33.593	29.053	7.313	81.789	27.159	4.695	3.546
Receita operacional líquida	20.098	72.286	-	309.513	47.918	-	48.434
Custo dos produtos vendidos	(38.340)	(54.918)	-	(181.260)	(38.340)	-	(55.621)
Lucro não realizado nos estoques	(75)	-	-	2.126	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	4.328	7.031	490	29.128	(28.950)	1.976	(48.895)
Atribuível a:							
Participação da Companhia	4.328	7.031	490	29.127	(28.947)	1.973	(29.337)

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldos:		
Ativo circulante		
Eternit da Amazônia (ii)	**19**	255
Precon (i)	**145**	1.096
SAMA (ii)	**328**	1.254
Tégula (i) e (ii)	**41**	171
Companhia Sulamericana de Cerâmica (i) e (ii)	**718**	2.818
	1.251	5.594
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:		
SAMA	**5.600**	17.848
Prel	**127**	122
Precon	**2.228**	2.723
Tégula	**706**	706
	8.661	21.399
Adiantamento a fornecedores:		
Eternit da Amazônia (i)	**4.907**	3.454
	4.907	3.454
Total do ativo circulante	**14.819**	30.447
Ativo não circulante		
Mútuo		
Companhia Sulamericana de Cerâmica (iii)	**15.985**	-
Tégula (iii)	**11.997**	9.711
Total do ativo não circulante	**27.982**	9.711
Total do ativo	**42.801**	40.158

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante		
Fornecedores		
Eternit da Amazônia (i)	**1.155**	4.545
Precon (i)	**1.947**	707
SAMA (i)	**19.539**	6.681
	22.641	11.933
Outras contas a pagar		
Precon (i) e (ii)	**1.441**	29
Prel (ii)	**75**	110
Wagner (iii)	**1.191**	13
Tégula (i)	**9**	100
Sama (ii)	**36**	71
	2.752	323
Total do passivo circulante	**25.393**	12.256
Saldos:		
Passivo não circulante		
Mútuo		
SAMA (iii)	**31.276**	35.382
Prel (iii)	**1.736**	2.346
Wagner (iii)	**3.000**	3.000
Total do passivo não circulante	**36.012**	40.728
Total do passivo	**61.405**	52.984

(i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que possui consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Controladora							
	Vendas		Compras		Outras despesas		Outras receitas	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Precon	**10.084**	1.906	**4.666**	707	**-**	-	**-**	-
Tégula	**196**	209	**-**	-	**-**	-	**-**	-
SAMA	**-**	-	**67.734**	81.958	**-**	-	**-**	-
Eternit da Amazônia	**-**	-	**19.837**	14.703	**-**	-	**-**	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica	**1.839**	299	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Despesas administrativas								
Prel	**-**	-	**-**	-	**1.175**	1.101	**-**	-
Precon	**-**	-	**-**	-	**26**	-	**-**	-
Sama	**-**	-	**-**	-	**36**	-	**-**	-
Juros sobre mútuo								
Sama	**-**	-	**-**	-	**5.043**	4.269	**-**	-
Tégula	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**1.395**	1.163
Companhia Sulamericana de Cerâmica	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**1.332**	1.209
Juros sobre capital próprio								
Sama	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**6.681**	5.538
Precon	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**2.096**	1.408
Total	**12.119**	2.414	**92.237**	97.368	**6.280**	5.370	**11.504**	9.318

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Salários, honorários e benefícios	**5.957**	5.100	**7.170**	6.201
Encargos sociais	**1.644**	1.365	**2.013**	1.702
Participação nos lucros - PLRE	**1.080**	1.859	**1.220**	2.066
PLRE complementar	**-**	714	**-**	737
Benefício pós-emprego	**85**	87	**85**	114
	8.766	9.125	**10.488**	10.820

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo oferece PLRE complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse PLRE complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a até 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a posição acionária da Diretoria era de 1.212.660 ações - ETER3 (1.852.748 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

	Movimentação das ações da Diretoria
Em dezembro de 2015	**1.852.748**
Compra	-
Venda	(383.100)
Outros	(256.988)
Em dezembro de 2016	**1.212.660**

11. IMOBILIZADO

Política contábil

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

	Controladora									
Custo	**Terrenos**	**Edifícios e benfeitorias**	**Máquinas e equipamentos**	**Ferramentas e moldes**	**Instalações**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Imobilizações em andamento**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2015	2.021	33.485	110.014	13.082	83.746	1.659	6.044	4.351	28.980	283.382
Adições	-	-	1.408	-	-	-	-	-	19.929	21.337
Baixas	-	-	(19)	-	(6)	(244)	(11)	(71)	-	(351)
Transferências	1.157	1.769	31.590	454	2.758	-	378	455	(38.561)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	107	107
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.178	35.254	142.993	13.536	86.498	1.415	6.411	4.735	10.455	304.475
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.662**	**8.662**
Baixas	**-**	**(1)**	**(167)**	**-**	**(30)**	**(66)**	**(20)**	**(171)**	**-**	**(455)**
Transferências	**-**	**438**	**15.234**	**542**	**2.159**	**-**	**96**	**205**	**(18.674)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**3.178**	**35.691**	**158.060**	**14.078**	**88.627**	**1.349**	**6.487**	**4.769**	**443**	**312.682**
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-

continua...

...continuação

Depreciação acumulada	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
	Controladora									
Saldos em 01 de janeiro de 2015	-	(20.079)	(48.278)	(10.664)	(51.479)	(1.036)	(3.158)	(3.029)	-	(137.723)
Adições	-	(791)	(3.804)	(748)	(5.708)	(71)	(495)	(435)	-	(12.052)
Baixas	-	-	19	-	1	120	9	71	-	220
Transferências	-	-	(3)	-	3	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(20.870)	(52.066)	(11.412)	(57.183)	(987)	(3.644)	(3.393)	-	(149.555)
Adições	**-**	**(836)**	**(5.026)**	**(601)**	**(5.695)**	**(51)**	**(490)**	**(454)**	**-**	**(13.153)**
Baixas	**-**	**1**	**155**	**-**	**30**	**66**	**16**	**170**	**-**	**438**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**-**	**(21.705)**	**(56.937)**	**(12.013)**	**(62.848)**	**(972)**	**(4.118)**	**(3.677)**	**-**	**(162.270)**
Valor residual										
Em 01 de janeiro de 2015	2.021	13.406	61.736	2.418	32.267	623	2.886	1.322	28.980	145.659
Em 31 de dezembro de 2015	3.178	14.384	90.927	2.124	29.315	428	2.767	1.342	10.455	154.920
Em 31 de dezembro de 2016	**3.178**	**13.986**	**101.123**	**2.065**	**25.779**	**377**	**2.369**	**1.092**	**443**	**150.412**

Custo	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Desmobilização da mina	Obras de contenção na mina	Imobilizações em andamento	Total
	Consolidado													
Saldos em 01 de janeiro de 2015	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168	23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
Adições	-	-	1.418	-	13	-	-	-	-	10	-	-	47.526	48.967
Baixas	-	(276)	(3.627)	(2)	-	(18)	(474)	(58)	(655)	(357)	-	-	-	(5.467)
Transferências	1.157	6.368	121.732	657	454	10.460	473	-	728	731	-	-	(142.760)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844	844
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.561	88.111	327.327	30.713	27.322	240.610	23.674	1.718	18.311	9.699	5.778	13.387	12.832	806.043
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.587**	**14.587**
Baixas	**(916)**	**(5.257)**	**(14.807)**	**-**	**(7.004)**	**(4.725)**	**(1.557)**	**-**	**(428)**	**(686)**	**-**	**-**	**(8)**	**(35.388)**
Transferências	**10**	**(2.093)**	**17.336**	**146**	**3.291**	**8.424**	**-**	**-**	**(2.553)**	**314**	**805**	**-**	**(25.680)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**5.655**	**80.761**	**329.856**	**30.859**	**23.609**	**244.309**	**22.117**	**1.718**	**15.330**	**9.327**	**6.583**	**13.387**	**1.731**	**785.242**
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação acumulada														
Saldos em 01 de janeiro de 2015	-	(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)	-	(420.015)
Adições	-	(1.824)	(9.604)	(4.265)	(2.137)	(14.354)	(1.467)	(124)	(1.256)	(886)	(231)	(812)	-	(36.960)
Baixas	-	11	3.617	2	-	16	296	58	622	357	-	-	-	4.979
Transferências	-	-	1	-	-	3	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(50.981)	(116.737)	(27.809)	(24.475)	(184.532)	(21.078)	(1.670)	(10.613)	(7.237)	(1.781)	(5.083)	-	(451.996)
Adições	**-**	**(2.221)**	**(11.899)**	**(2.244)**	**(1.486)**	**(13.926)**	**(839)**	**(46)**	**(1.146)**	**(880)**	**(263)**	**(823)**	**-**	**(35.773)**
Baixas	**-**	**2.101**	**6.226**	**-**	**6.619**	**2.807**	**1.527**	**-**	**304**	**659**	**-**	**-**	**-**	**20.243**
Transferências	**-**	**1.453**	**(1.147)**	**-**	**(1.085)**	**(822)**	**(2)**	**-**	**1.602**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**-**	**(49.648)**	**(123.557)**	**(30.053)**	**(20.427)**	**(196.473)**	**(20.392)**	**(1.716)**	**(9.853)**	**(7.457)**	**(2.044)**	**(5.906)**	**-**	**(467.526)**
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2015	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971	3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684
Em 31 de dezembro de 2015	6.561	37.130	210.590	2.904	2.847	56.078	2.596	48	7.698	2.462	3.997	8.304	12.832	354.047
Em 31 de dezembro de 2016	**5.655**	**31.113**	**206.299**	**806**	**3.182**	**47.836**	**1.725**	**2**	**5.477**	**1.870**	**4.539**	**7.481**	**1.731**	**317.716**

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor de custo de R$ 2.150 (R$ 2.150 em 31 de dezembro de 2015).

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Mercado interno	**18.989**	21.244	**31.694**	36.318
Mercado externo	**1.613**	2.678	**1.872**	5.102
	20.602	23.922	**33.566**	41.420

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

No exercício de 2016 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis, totalizando o montante de R$ 737. O saldo capitalizado em 2015 foi de R$ 13.959 e a taxa média de juros efetivos para determinar o montante dos custos dos empréstimos passíveis de capitalização foi de 2,26% a.a.

	Taxa de juros e comissões - %	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,76% a 9,85% a.a. + TJLP e 10%	**1.487**	1.610	**2.282**	5.105
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,87% a 3,07% a.a.	**2.875**	3.082	**12.115**	14.910
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	De 2,19% a 2,73% a.a.	**4.255**	1.566	**4.255**	1.566
Moeda nacional (*leasing* financeiro) para aquisição de equipamentos de informática	1,14 a 1,23% a.a.	**-**	-	**9**	251
Moeda nacional para capital de giro (NCE - Nota de crédito exportação	117,60% a.a.	**-**	-	**21.091**	68.406
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	De 3,17% a 4,20% a.a.	**-**	-	**11.552**	-
Moeda nacional para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% a 8,24% a.a.	**-**	-	**165**	-
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	2,78% a.a.	**1.720**	-	**1.720**	-
Moeda estrangeira para capital de giro (NCE - Nota de Crédito de Exportação)	De 3,46% a 3,65% a.a.	**-**	-	**15.561**	-
Total circulante		**10.337**	6.258	**68.750**	90.238
Não circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,76% a 9,85% a.a. + TJLP e 10%	**1.365**	2.763	**2.008**	4.207
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,87% a 3,07% a.a.	**1.341**	5.274	**15.470**	36.245
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	De 2,19% a 2,73% a.a.	**1.656**	8.257	**1.656**	8.257
Moeda nacional para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% a 8,24% a.a.	**-**	-	**36.492**	28.245
Total não circulante		**4.362**	16.294	**55.626**	76.954
Total		**14.699**	22.552	**124.376**	167.192

Fluxo de pagamento do não circulante:	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
2017	**-**	10.984	**-**	24.408
2018	**3.637**	5.231	**13.468**	19.967
2019	**725**	79	**9.720**	9.565
2020	**-**	-	**4.131**	3.138
2021	**-**	-	**4.055**	3.138
2022 até 2027	**-**	-	**24.252**	16.738
	4.362	16.294	**55.626**	76.954

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras às quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2016, tais como (i) instalar pedido de falência, recuperação judicial ou extra judicial, (ii) diminuição do patrimônio da companhia e montantes que possam torna-los incapazes de liquidar as obrigações previstas em contrato, (iii) ser condenado por decisão final ou assinar acordo de leniência pela prática de atos ou condutas lesivas a administração públicas. Eventuais garantias estão divulgadas na nota explicativa 28.

14. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Férias	**8.576**	9.297	**14.322**	15.726
Participação nos lucros e resultados (a)	**1.314**	2.821	**4.232**	7.120
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	**576**	622	**1.002**	1.056
Instituto nacional do seguro social - INSS	**1.941**	2.115	**3.388**	3.352
Outros	**6**	3	**444**	468
	12.413	14.858	**23.388**	27.722

(a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados 31/12/2016	Participação nos lucros e resultados 31/12/2015
Controladora	**109**	4.168
Consolidado	**2.955**	7.465

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	**-**	-	**1.940**	1.188
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	**-**	-	**344**	698
Demais tributos				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	**8.108**	5.176	**10.657**	7.989
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	**2.410**	2.227	**2.832**	2.538
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	**1.960**	1.175	**2.639**	2.444
Programa de integração social - PIS	**397**	241	**545**	508
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	**1.021**	1.708	**1.967**	2.504
Imposto sobre operações financeiras - IOF	**31**	12	**74**	28
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais	**-**	-	**885**	1.423
Outros	**103**	158	**377**	547
Total	**14.030**	10.697	**22.260**	19.867
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	**1.746**	6.477	**4.699**	8.969

(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM, PRODUZIR na controlada Tégula e INCENTIVO de 7% e 90,25% respectivamente na Eternit da Amazônia.

16. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Política contábil

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2016.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa anual de juro atuarial real	6,14%	7,27%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	5,15%	6,49%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

b) Passivo de plano de benefício pós-emprego

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Circulante	**3.184**	2.749	**5.115**	4.890
Não circulante	**37.128**	31.839	**50.104**	44.437
	40.312	34.588	**55.219**	49.327

c) Despesa líquida com benefício em 2016 (reconhecida no resultado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Custo dos juros e serviços corrente	**4.653**	3.930	**6.318**	5.892
Benefícios pagos	**(2.752)**	(2.624)	**(4.892)**	(4.453)
Resultado líquido com benefício	**1.901**	1.306	**1.426**	1.439

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora	Consolidado
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2015	22.747	31.285
Custo dos juros e serviços corrente	3.930	5.892
Benefícios pagos	(2.624)	(4.453)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2015	**24.053**	**32.724**
Custo dos juros e serviços corrente	**4.653**	**6.318**
Benefícios pagos	**(2.752)**	**(4.892)**
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2016	**25.954**	**34.150**

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2016:

	Controladora	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2016	34.588	49.327
Custo dos juros e serviços corrente	4.653	6.318
Benefícios pagos	(2.752)	(4.892)
Ajustes de experiência	3.823	4.466
Em 31 de dezembro de 2016	**40.312**	**55.219**

f) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de descontos sobre as obrigações calculadas: Real	Aumento (1%)	Redução (1%)	Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas: Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	40.312	36.905	44.035	40.312	43.914	37.010
Variação		**(8,45%)**	**9,24%**		**8,94%**	**(8,19%)**

Consolidado	Sensibilidade da taxa de descontos sobre as obrigações calculadas: Real	Aumento (1%)	Redução (1%)	Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas: Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	55.219	50.551	60.318	55.219	60.152	50.695
Variação		**(8,45%)**	**9,24%**		**8,94%**	**(8,19%)**

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Dentro dos próximos 12 meses	**3.184**	2.749	**5.115**	4.890
Entre 2 e 5 anos	**11.058**	10.694	**15.688**	14.807
Entre 6 e 10 anos	**10.785**	10.603	**14.606**	14.650
Após 10 anos	**15.285**	10.542	**19.810**	14.980
	40.312	34.588	**55.219**	49.327

II) Plano de suplementação de aposentadoria

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2016.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Contribuições efetuadas o exercício findo:	**1.242**	1.377	**3.280**	3.846

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no montante era de R$ 334.251 e estava representado por 179.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
Composição acionária	**Acionistas**	**Ações**	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	**10.507**	**138.669.276**	10.753	126.183.006
Pessoas jurídicas	**80**	**2.698.925**	92	3.213.774
Pessoas residentes no exterior	**71**	**12.990.161**	91	14.323.451
Clubes, fundos e fundações	**62**	**24.582.906**	88	35.221.037
	10.720	**178.941.268**	11.024	178.941.268
Ações em tesouraria	**1**	**58.732**	1	58.732
	10.721	**179.000.000**	11.025	179.000.000

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R$ 78 (R$ 123 em 31 de dezembro de 2015).

c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo/lucro líquido aos montantes usados para calcular o prejuízo/lucro básico e diluído por ação.

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015
Efeito da diluição		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	**(37.683)**	29.420
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	**178.941**	178.941
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação - R$	**(0,2106)**	0,1644

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) Dividendos

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2016, representam:

	Controladora e consolidado 31/12/2016	Controladora e consolidado 31/12/2015
Juros sobre capital próprio	**-**	7.118
Dividendos	**-**	-
Proventos de períodos anteriores	**426**	416
	426	7.534

e) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e consolidado 31/12/2016	Controladora e consolidado 31/12/2015
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(37.683)**	29.420
Constituição de Reservas		
Legal	**-**	(1.471)
Estatutária	**-**	(1.471)
(Absorção de prejuízo)/Retenção de lucros (i)	**37.683**	(1.784)
Lucro disponível	**-**	24.694
Dividendos propostos e pagos	**-**	1.611
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	**-**	23.083
Total	**-**	24.694
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	**-**	6.620

(i) Prejuízo do exercício transferido para a conta de absorção de prejuízo

f) Orçamento de capital - aplicação de recursos

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital de 2017 serão adquiridos com recursos próprios e/ou terceiros.

Manutenção e atualização do parque industrial	18.303

18. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Política contábil

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas e são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO. A empresa utilizou a totalidade do montante contratado de R$ 6.910 restando saldo a utilizar de R$ 1.424.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor do benefício totalizou R$ 662 (R$ 881 em 31 de dezembro de 2015). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás - Fomentar

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o benefício fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO. A empresa utilizou R$ 54.118 do montante contratado, restando um saldo de R$ 16.038 a utilizar até o término do contrato deste benefício, em 31/12/2020.

No exercício de 2016 o valor do benefício totalizou R$ 2.032 (R$ 2.914 em 31 de dezembro de 2015). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Eternit S.A. possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Goiânia/GO. A empresa utilizou R$ 29.826 do montante contratado, restando um saldo de R$ 33.290 a utilizar até o término do contrato deste benefício, sendo o residual atualizado ao IGPM, de 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor do benefício totalizou R$ 6.083 (R$ 4.008 em 31 de dezembro de 2015). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis com base no lucro da exploração em favor da Eternit S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados foram divulgados pela administração nestas demonstrações contábeis.

continua...

...continuação

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(44.434)**	20.940	**(27.727)**	68.617
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	**15.108**	(7.120)	**9.427**	(23.330)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	**(5.214)**	15.339	**(9.975)**	(9.405)
Juros sobre o capital próprio	**(2.984)**	7.738	**-**	10.099
Doações e brindes	**(56)**	(176)	**(859)**	(969)
Tributos e multas indedutíveis	**(96)**	(80)	**(164)**	(128)
Incentivo Fiscal	**-**	-	**271**	798
Contingências trabalhistas	**(36)**	(7.177)	**(36)**	(7.177)
Provisão Pis e Cofins (receitas financeiras)	**(375)**	-	**(375)**	-
Resultado operação *swap*	**(171)**	-	**(436)**	-
Prejuízo fiscal sem constituição do diferido	**-**	-	**(5.315)**	(2.919)
Outras (adições) exclusões líquidas	**575**	(44)	**(2.493)**	(6.165)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**6.751**	8.480	**(9.955)**	(39.196)
Taxa efetiva	**-16,6%**	40,5%	**41,6%**	-57,1%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois, grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2015	24.750	53.299
Constituição diferenças temporárias	8.121	75.949
Reversão diferenças temporárias	(6.524)	(70.078)
Constituição sobre prejuízo fiscal	7.917	7.917
Reversão sobre prejuízo fiscal	-	(3.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.264	63.823
Constituição diferenças temporárias	**8.862**	**70.756**
Reversão diferenças temporárias	**(6.781)**	**(66.837)**
Constituição sobre prejuízo fiscal	**5.970**	**5.970**
Lucro nos Estoques	**-**	**(1.057)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**42.315**	**72.655**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	**18.995**	13.026	**25.402**	19.432
Benefício pós-emprego	**13.706**	11.760	**18.774**	18.224
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**7.610**	7.702	**19.714**	17.841
Lucros não realizados nos estoques	**-**	-	**2.232**	3.289
Provisão para perdas no recebimento de créditos	**1.660**	1.321	**2.810**	2.699
Provisão para participação nos lucros e resultados	**447**	959	**1.429**	2.398
Provisão para perda do imobilizado	**1.271**	1.271	**1.271**	1.271
Mercadorias não embarcadas	**-**	-	**821**	1.470
Outras provisões	**(1.374)**	(1.775)	**202**	(2.801)
	42.315	34.264	**72.655**	63.823

Expectativa de realização dos créditos tributários

i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	**31/12/2016**
2017	**748**	**1.067**
2018	**1.579**	**1.974**
2019	**2.216**	**2.684**
2020	**2.823**	**3.387**
2021 a 2026	**11.629**	**16.290**
	18.995	**25.402**

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2016, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R$ 47.591 e saldo de base negativa de contribuição social de R$ 42.758, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2016, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii. Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	**31/12/2016**
2017	**6.057**	**11.299**
2018	**1.918**	**9.002**
2019	**1.918**	**2.847**
2020	**1.919**	**4.476**
2021 a 2026	**11.508**	**19.629**
	23.320	**47.253**

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Companhia, com base nas informações disponíveis até a data de autorização destas demonstrações contábeis para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, cujos impactos possam ser confiavelmente mensurados, conforme apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Processos trabalhistas (i)	**39.280**	39.177	**51.282**	48.581
Processos cíveis	**-**	-	**5.578**	4.918
Processos tributários (ii)	**7.695**	7.919	**33.143**	30.782
	46.975	47.096	**90.003**	84.281

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora		
	Provisões Trabalhistas	**Provisões Tributárias**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2015	20.258	5.968	26.226
Adições	23.466	1.956	25.422
Pagamentos	(843)	-	(843)
Baixas	(1.892)	-	(1.892)
Reversões	(1.812)	(5)	(1.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	39.177	7.919	47.096
Adições	**2.167**	**1.078**	**3.245**
Baixas	**(1.325)**	**(140)**	**(1.465)**
Reversões	**(739)**	**(1.162)**	**(1.901)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**39.280**	**7.695**	**46.975**

	Consolidado		
	Provisões trabalhistas	**Provisões cíveis**	**Provisões tributárias**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2015	29.225	4.930	25.394	59.549
Adições	23.904	-	5.394	29.298
Pagamentos	(843)	-	-	(843)
Baixas	(1.892)	-	-	(1.892)
Reversões	(1.813)	(12)	(6)	(1.831)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	48.581	4.918	30.782	84.281
Adições	**5.207**	**660**	**3.663**	**9.530**
Baixas	**(1.545)**	**-**	**(140)**	**(1.685)**
Reversões	**(961)**	**-**	**(1.162)**	**(2.123)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**51.282**	**5.578**	**33.143**	**90.003**

i) Na área trabalhista as principais provisões englobam

a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.

b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação se discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da unidade industrial cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são: Foram excluídas as seguintes condenações, indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 100 milhões; indenização por danos morais no valor de R$ 50 mil em favor de cada ex-trabalhador não diagnosticado com doenças relacionadas ao Amianto; toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-empregados. Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao Amianto para R$ 100 mil e R$ 50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-trabalhador falecido após o ajuizamento das ações para R$ 100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: Assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao Amianto. Desta decisão caberá recursos pelas partes. A provisão foi constituída considerando as incertezas que rodeiam o valor reconhecido por vários meios de acordo com as circunstâncias. Estando em linha com o IAS 37.39 (CPC 25.39), que prevê que na mensuração de provisão que envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam

Variação de valores recolhidos a título de ICMS;
Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e
Diferença de valores reconhecidos relacionados à CEFEM.

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2016, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda possível e que podem ser mensurados confiavelmente, o montante consolidado de R$ 15.146 (R$ 19.526 em 31 de dezembro de 2015), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor da ação monta em R$ 40.000.

b) Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.

c) Ação de improbidade administrativa relacionada à compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CEFEM, cujo valor monta em R$ 38.795, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza, no valor de R$ 13.729.

d) Ação civil pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.

e) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item i "b", desta nota foi considerada como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

f) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra a Companhia perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R$ 1 bilhão. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações ainda não foram julgadas.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Receita bruta de vendas	**655.962**	679.553	**1.048.748**	1.221.417
Descontos e abatimentos incondicionais	**(1.519)**	(2.879)	**(1.867)**	(3.383)
Impostos incidentes sobre as vendas	**(159.680)**	(165.584)	**(219.606)**	(243.162)
Receita operacional líquida	**494.763**	511.090	**827.275**	974.872

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	**(394.446)**	(384.403)	**(564.073)**	(598.115)
Despesas com vendas	**(60.616)**	(58.313)	**(106.593)**	(114.704)
Despesas gerais, administrativas	**(39.740)**	(48.272)	**(89.134)**	(106.961)
Remuneração da administração	**(8.055)**	(7.121)	**(11.527)**	(11.444)
	(502.857)	(498.109)	**(771.327)**	(831.224)
Matéria-prima consumida	**(258.688)**	(249.109)	**(369.725)**	(401.704)
Despesas com pessoal e encargos	**(116.133)**	(119.209)	**(160.853)**	(165.278)
Materiais, energia elétrica e serviços	**(46.416)**	(44.661)	**(57.932)**	(55.413)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Serviços de terceiros	**(19.006)**	(25.127)	**(50.178)**	(58.670)
Depreciação e amortização	**(14.880)**	(13.469)	**(38.572)**	(39.399)
Comissões sobre vendas	**(12.354)**	(12.148)	**(18.162)**	(19.905)
Despesas de vendas variáveis	**(5.919)**	(7.002)	**(26.489)**	(33.445)
Aluguel de bens móveis	**(6.537)**	(6.657)	**(10.540)**	(11.022)
Despesas com viagens	**(3.670)**	(5.508)	**(6.310)**	(8.491)
Despesas com material e serviços de informática	**(4.138)**	(4.097)	**(6.423)**	(6.561)
Propaganda e publicidade	**(9.029)**	(4.707)	**(10.633)**	(9.323)
Contribuição para entidades de classe	**(1.544)**	(2.920)	**(5.760)**	(12.704)
Impostos e taxas	**(1.200)**	(647)	**(4.124)**	(3.551)
Perda em créditos de liquidação duvidosa líquidos de reversões	**(1.980)**	(1.493)	**(3.420)**	(2.531)
Outras	**(1.363)**	(1.355)	**(2.206)**	(3.227)
	(502.857)	(498.109)	**(771.327)**	(831.224)

23. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Outras receitas operacionais:				
Vendas de bens do imobilizado	**22**	784	**3.395**	876
Amostra para teste de produtos (ii)	**-**	1.186	**-**	1.186
Dividendos e juros sobre capital próprios	**67**	70	**67**	70
Reversão de provisão para riscos trabalhistas	**-**	1.753	**222**	1.753
Aluguéis	**-**	-	**820**	1.490
Crédito extemporâneo PIS e COFINS	**-**	-	**9.492**	3.552
Crédito - ICMS (ii)	**-**	-	**2.581**	2.126
Fundo FI - previdência privada (i)	**-**	-	**-**	1.956
Recebimento de depósito recursal	**9**	-	**254**	-
Recebimentos eventuais	**150**	-	**150**	-
Vendas de sucatas	**199**	-	**555**	-
Outras (ii)	**108**	975	**1.211**	1.098
	555	4.768	**18.747**	14.107
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(129)**	(21.197)	**(951)**	(21.634)
Provisão para benefício pós-emprego	**(4.653)**	(3.818)	**(6.318)**	(5.117)
Recuperação ambiental	**-**	-	**(1.262)**	(1.093)
Impostos sobre outras vendas (ii)	**(40)**	(48)	**(496)**	(808)
Garantia de qualidade	**(967)**	(1.025)	**(1.192)**	(1.389)
Substituição de produto avariado (ii)	**(291)**	(367)	**(306)**	(399)
Gastos de paradas excepcionais (ii)	**(3.001)**	(721)	**(7.228)**	(2.334)
Gastos jurídicos com ação civil pública	**(4.000)**	-	**(4.000)**	-
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	**(1.531)**	(1.169)	**(3.084)**	(1.691)
Custo da baixa do imobilizado e intangível	**(17)**	(684)	**(272)**	(1.041)
FibraPrev - previdência privada	**-**	-	**(5.388)**	-
Outras (ii)	**(752)**	(854)	**(3.986)**	(2.445)
	(15.381)	(29.883)	**(34.483)**	(37.951)
Total	**(14.826)**	(25.115)	**(15.736)**	(23.844)

(i) Crédito compensado de previdência privada parte empresa em fundo inominado constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

(ii) Visando à melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, Companhia efetuou as reclassificações no grupo de outras no saldo de 31 de dezembro de 2015. Na linha de outras receitas foram reclassificados R$ 3.312. Na linha de outras despesas foram reclassificados R$ 430.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Receitas financeiras:				
Rendimentos aplicações financeiras - incluindo certificados de depósitos bancários	**255**	993	**1.235**	3.735
Descontos obtidos	**245**	93	**665**	267
Juros ativos	**4.161**	3.620	**5.189**	6.189
Variações monetárias ativas	**1.079**	966	**1.097**	1.008
Variações cambiais ativas	**15.429**	2.090	**42.556**	74.005
Outras receitas financeiras	**-**	-	**-**	5
	21.169	7.762	**50.742**	85.209
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	**(1.028)**	(743)	**(5.175)**	(3.035)
Juros sobre mútuo	**(5.043)**	(4.269)	**-**	-
Juros passivos	**(163)**	(234)	**(8.533)**	(5.472)
Despesas bancárias	**(2.238)**	(1.341)	**(2.658)**	(1.686)
Descontos concedidos	**(2.977)**	(2.346)	**(4.677)**	(4.226)
IOF	**(593)**	(550)	**(885)**	(1.057)
PIS e COFINS - juros sobre capital próprio	**(899)**	(1.441)	**(972)**	(1.593)
Variações cambiais passivas	**(12.315)**	(6.233)	**(41.928)**	(85.133)
Variações monetárias	**(1.693)**	(2.285)	**(5.584)**	(5.869)
Outras despesas financeiras	**(399)**	(362)	**(823)**	(664)
	(27.348)	(19.804)	**(71.235)**	(108.735)
Resultado financeiro líquido	**(6.179)**	(12.042)	**(20.493)**	(23.526)

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisotila e Telhas de Concreto, assim como área geográfica de atuação. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Fibrocimento, Mineral Crisotila e Telhas de Concreto, entre outros.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado
Descrição	**Área geográfica**
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
Mineral crisotila	Mercados local e externo
Telhas de concreto	Mercado local
Outros	Mercado local

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são as seguintes:

		31/12/2016							
		Ativo total	**Passivo**	**Receita líquida**	**Lucro bruto**	**Lucro (prejuízo) antes dos impostos**	**Depreciação e amortização**	**Resultado financeiro**	**IRPJ/CSLL**
Fibrocimento									
	Sudeste	**254.781**	**27.460**	**96.919**	**19.638**	**(3.385)**	**(4.655)**	**(1.051)**	**916**
	Sul	**48.207**	**36.721**	**147.288**	**29.889**	**(5.099)**	**(5.197)**	**(1.597)**	**1.393**
	Centro-Oeste	**85.579**	**48.534**	**191.667**	**44.567**	**(963)**	**(4.810)**	**(2.078)**	**1.812**
	Norte e Nordeste	**32.219**	**25.147**	**90.496**	**18.337**	**(3.161)**	**(2.620)**	**(981)**	**856**
		420.786	**137.862**	**526.370**	**112.431**	**(12.608)**	**(17.282)**	**(5.707)**	**4.977**
Mineral crisotila									
	Mercado local	**229.984**	**144.620**	**92.877**	**58.714**	**21.893**	**(5.953)**	**(6.514)**	**(5.016)**
	Mercado externo	**-**	**-**	**134.245**	**72.761**	**19.539**	**(8.661)**	**(9.415)**	**(7.250)**
		229.984	**144.620**	**227.122**	**131.475**	**41.432**	**(14.614)**	**(15.929)**	**(12.266)**
Telhas de concreto	Mercado local	**48.609**	**21.601**	**41.804**	**9.284**	**(24.669)**	**(3.107)**	**(1.522)**	**(672)**
Outros (*)	Mercado local	**143.069**	**78.716**	**31.979**	**10.012**	**(31.882)**	**(3.569)**	**2.665**	**(1.994)**
Total		**842.448**	**382.799**	**827.275**	**263.202**	**(27.727)**	**(38.572)**	**(20.493)**	**(9.955)**

(*) Contemplado (R$ 29.337) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

		31/12/2015							
		Ativo total	**Passivo**	**Receita líquida**	**Lucro bruto**	**Lucro (prejuízo) antes dos impostos**	**Depreciação e amortização**	**Resultado financeiro**	**IRPJ/CSLL**
Fibrocimento									
	Sudeste	226.850	48.611	95.639	23.709	(3.868)	(3.420)	(1.851)	707
	Sul	52.191	64.034	148.870	36.947	(5.979)	(4.927)	(2.892)	1.104
	Centro-Oeste	83.936	79.226	216.798	59.005	(3.510)	(3.751)	(4.212)	1.608
	Norte e Nordeste	26.908	42.140	96.110	23.819	(3.894)	(2.260)	(1.867)	714
		389.885	234.011	557.417	143.480	(17.251)	(14.358)	(10.822)	4.133
Mineral crisotila									
	Mercado local	271.088	87.166	134.095	77.164	41.471	(7.068)	398	(15.973)
	Mercado externo	-	-	195.079	131.596	79.671	(10.282)	578	(23.237)
		271.088	87.166	329.174	208.760	121.142	(17.350)	976	(39.210)
Telhas de concreto	Mercado local	71.814	24.133	54.869	13.827	(6.209)	(4.990)	(2.192)	(4.064)
Outros (*)	Mercado local	200.407	87.768	33.412	10.690	(29.065)	(2.701)	(11.488)	(55)
Total		933.194	433.078	974.872	376.757	68.617	(39.399)	(23.526)	(39.196)

(*) Contemplado (R$ 27.660) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

26. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2016, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em julho de 2017.

Modalidade	**Bens cobertos**	**Valor da cobertura**
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R$ 322.700

continua...

...continuação

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Ativos financeiros	**Nível 1**	Nível 1	**Nível 1**	Nível 1
Mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	**3.365**	2.850	**5.143**	5.578
Aplicações financeiras	**32**	3.114	**2.708**	16.734
Contas a receber mercado externo	**-**	-	**46.124**	69.316
Total ativos financeiros	**3.397**	5.964	**53.975**	91.628
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Passivos financeiros				
Fornecedores	**20.602**	23.922	**33.566**	41.420
Empréstimos e financiamentos	**14.699**	22.552	**124.376**	167.192
	35.301	46.474	**157.942**	208.612
Mensurados ao valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos	**374**	69	**678**	69
	374	69	**678**	69
Total passivos financeiros	**35.675**	46.543	**158.620**	208.681

b) Hierarquia do valor justo

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo.

		Taxa (*)	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
Saldos (moeda estrangeira) - Consolidado	**Risco**	**Posição em 31/12/2016**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
USD		***3,2585***	***1,6293***	***2,4439***	***4,0731***	***4,8878***
Clientes mercado externo	USD	**46.124**	23.062	34.593	57.655	69.186
USD		***3,2591***	***1,6296***	***2,4443***	***4,0739***	***4,8887***
Fornecedores mercado externo	USD	**(1.872)**	(936)	(1.404)	(2.340)	(2.808)
ACE	USD	**(11.552)**	(5.776)	(8.664)	(14.440)	(17.328)
Financiamentos (*)	USD	**(33.495)**	(16.748)	(25.121)	(41.869)	(50.243)
Financiamentos *SWAP*	USD	**(678)**	(339)	(509)	(848)	(1.017)
Total das exposições		**(1.473)**	**(737)**	**(1.105)**	**(1.842)**	**(2.210)**

(*) Não contemplado os financiamentos com SWAP, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

a2) Operações com Derivativos:

I - Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Contratos de *Swap* USD e CDI

II - A Companhia possui três contratos desta modalidade, cujo valor agregado é de USD 5.272 mil com vencimentos até 17/10/2017, com posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

III - O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor de mercado, tanto para a ponta ativa quanto para a ponta passiva, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do Swap.

Abertura dos contratos do Grupo em 31 de Dezembro de 2016

	Quadro Demonstrativo					
	Valor referência nocional		Valor justo		Efeito acumulado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
					Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de *swaps*						
Posição ativa						
Moeda estrangeira (USD)	**5.272**	524	**5.305**	530	**55**	-
Posição passiva						
CDI (R$)	**(17.545)**	(2.045)	**(17.976)**	(2.110)	**179**	(726)

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	**3.313**	-	**3.504**	115
Aplicações financeiras de curto prazo	**32**	3.114	**2.708**	16.734
Total da exposição à taxa de juros	**3.345**	3.114	**6.212**	16.849

A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos meses. Dessa forma, a Companhia avalia a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

			Projeção receitas financeiras - um ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
Aplicações financeiras - Consolidado	**Indexador**	**Posição em 31/12/2016**	**Cenário Provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
CDI			**13,63%**	**6,82%**	**10,22%**	**17,04%**	**20,45%**
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	3.504	3.982	3.265	3.146	4.101	4.220
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)	CDI	2.708	3.077	2.523	2.431	3.169	3.262
		6.212	**7.059**	**5.788**	**5.577**	**7.270**	**7.482**

			Projeção despesas financeiras - um ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
Empréstimos e Financiamentos - Consolidado	**Indexador**	**Posição em 31/12/2016**	**Cenário Provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
CDI			**13,63%**	**6,82%**	**10,22%**	**17,04%**	**20,45%**
Empréstimos e financiamentos	CDI	21.091	23.966	19.652	18.934	24.684	25.406
TJLP			**7,50%**	**3,75%**	**5,63%**	**9,38%**	**11,25%**
Empréstimos e financiamentos	TJLP	1.413	1.519	1.360	1.333	1.545	1.572
SELIC			**13,65%**	**6,83%**	**10,24%**	**17,06%**	**20,48%**
Empréstimos e financiamentos	SELIC	465	529	434	418	545	561

c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o painel wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros.

A Companhia não tem controle sob algumas matérias-primas, como o cimento, calcário, areia, celulose reciclada, dessa forma um aumento significativo nos preços decorrentes de escassez, impostos, restrições, flutuações de taxas de câmbio ou redução nos prazos para pagamento podem impactar consideravelmente no custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

d) Risco associado ao crescimento

Para os fornecedores em que a Eternit compra metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

II. Risco de crédito

27.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

I. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em 31/12/2016 (US$/€ 1,00 = R$ 1,00)
	31/12/2016	31/12/2015	
Clientes no mercado externo	**46.124**	69.316	3,2585 US$
Fornecedores no mercado externo	**(1.872)**	(5.102)	3,2591 US$
ACE	**(11.552)**	-	3,2591 US$
Financiamentos (USD) (*)	**(33.495)**	(58.778)	3,2591 US$
Financiamentos (USD) *SWAP*	**(678)**	(69)	3,2591 US$
Financiamentos (EUR)	**-**	(2.200)	3,4384 €
Total da exposição cambial	**(1.473)**	3.167	

(*) Não contemplado os financiamentos com SWAP, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes, e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Companhia avalia periodicamente a sua cartela de clientes e para 31 de dezembro de 2016, nenhum cliente individualmente possuía representatividade significativa em comparação ao total das contas a receber e faturamento individual e consolidado.

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

III. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

IV. Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2015. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora Alavancagem		Consolidado Alavancagem	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	**14.699**	22.552	**124.376**	167.192
Instrumentos financeiros derivativos	**374**	69	**678**	69
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(3.365)**	(2.850)	**(5.143)**	(5.578)
Dívida líquida	**11.708**	19.771	**119.911**	161.683
Patrimônio líquido	**459.633**	500.098	**459.649**	500.116
Dívida líquida e patrimônio líquido	**447.925**	480.327	**339.738**	338.433

28. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo possuía as seguintes garantias:

(i) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011974 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-08.258-CVE-CL e seus Termos Aditivos nº 01 à 05, tomadora Sama S.A. - Minerações Associadas, no montante de R$ 4.680 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.;

(ii) Fiança Bancária nº 2.052.898 Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) firmado com Sama S.A. - Minerações Associadas no montante de R$ 1.440 junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;

(iii) Fiança Bancária nº 2.043.852-5 referente garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com Eternit S.A., no montante de R$ 6.034 junto ao banco Bradesco, com vencimento em 25/02/2017;

(iv) Fiança Bancária nº 2.062.549-P no valor de R$ 40.909, que corresponde a (60%) participação da controlada CSC - Companhia Sulamericana de Cerâmica para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em 25/01/2018. Fiança corporativa para operações de capital de giro e financiamento de importação (FINIMP), junto as instituições bancárias, no montante de R$ 57.844, com vencimento entre julho de 2017 e fevereiro de 2020;

(v) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R$ 2.150 conforme mencionado na nota explicativa nº 11;

(vi) Em dezembro de 2016, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R$ 62.500;

(vii) Seguro Garantia apólice nº 54-0775-23-4000138 para garantia de débitos consubstanciados nas CDAs 80.6.15.066685-39 e 80.6.15.068746-00 referente a CSLL e COFINS. No valor de R$ 417, vigência 29/01/2016 a 29/01/2021;

(viii) Seguro Garantia apólice nº 16-0775-23-0132155 para garantia de débitos consubstanciados nas CDAs 80.6.15.068893-81, 80.7.15.015565-27 e 80.3.15.001323-50 trata-se de ação anulatória referente cobrança de débito de COFINS no valor de R$ 6.350. Vigência 26/10/2015 a 26/10/2020;

(ix) Fiança Bancária nº 2.075.216-5 referente garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com a Tégula Soluções para Telhados Ltda., no montante de R$ 1.510 junto ao banco Bradesco, com vencimento em 27/06/2017;

(x) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011056 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-15.1015-CVEI-CL e seu Termo Aditivo 01, tomadora Eternit S.A., no montante de R$ 1.549 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Energia Comercializadora Ltda.;

(xi) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011973 para compra e venda de energia elétrica número EBC-16.1148-CVEI-CL, tomadora Eternit S.A., no montante de R$ 605 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Energia Comercializadora Ltda.;

(xii) Seguro Garantia apólice nº 44-0776-19-0011136 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-15.1015-CVEI-CL, tomadora Companhia Sulamericana de Cerâmica, no montante da sua participação de R$ 344 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.; e

(xiii) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0012078 para compra e venda de energia elétrica número EBC-16.1171-CVEI-CL, tomadora Precon Goiás Industrial Ltda., no montante de R$ 257 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.

29. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

Ambiente

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2016 e 2015
Taxa de desconto	**10% a.a.**
Taxa de inflação de longo prazo	**5% a.a.**

	Consolidado	
Valor presente dos desembolsos esperados	**31/12/2016**	31/12/2015
2032	**5.216**	4.742
2033	**4.477**	4.070
2034	**2.320**	2.109
2035 a 2043	**1.865**	1.696
Total	**13.878**	12.617

Considerando o acordo celebrado com o PAFEM a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2043.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 1.262 (R$ 1.093 em 31 de dezembro de 2015), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

30. PERDAS ESTIMADAS NA RECUPERABILIDADE DE ATIVOS E PROVISÃO DE REESTRUTURAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou a necessidade de registro de perda pela recuperabilidade de ativos na controlada Tégula conforme mencionado na nota explicativa 3.3.

Na mesma data, a Companhia registrou valores de provisão para reestruturação e desmobilização de parte dos ativos em algumas unidades da controlada Tégula, mencionado na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.

Perda estimada na recuperabilidade de ativo	**Valor contábil**	**Valor recuperável**	**Ajuste de recuperabilidade**
Perda estimada na recuperabilidade de ágio e outros ativos	**25.565**	21.769	**3.796**
Reestruturação e desmobilização			
Perda estimada de ativo			**11.727**
Provisão para desmobilização e reestruturação			**2.586**
			14.313
Perda estimada na recuperabilidade de ativo, reestruturação e desmobilização			**18.109**

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de março de 2017, a Companhia foi citada em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que se encontra em curso perante a 1ª Vara do Trabalho de Colombo, Estado do Paraná. Nesta ação existem distintos pedidos, entre os quais a condenação da empresa ao pagamento de R$ 85 milhões a título de danos morais coletivos e a substituição da matéria prima dentro do prazo de 90 dias.

Informa ainda que foram pleiteados diversos pedidos em caráter liminar, dentre eles a substituição da matéria prima dentro do prazo de 90 dias, tendo sido indeferidos pelo Juízo de 1ª instância.

A Companhia reforça que cumpre as normas e procedimentos de segurança estabelecidos pela Lei Federal nº 9.055/1995 e no Decreto que a regulamentou. Oportunamente a empresa apresentará sua defesa e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento desta ação. Tendo em vista que o processo se encontra em estágio inicial, os consultores jurídicos estimam como possíveis as chances de perda dos pedidos da ação.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eternit S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como das demais ADIs que tratam do uso do amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20, itens i b) e iii e), às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de São Paulo; e, pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA de São Paulo contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional da unidade industrial da Companhia, cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990, para as quais houve decisões julgadas parcialmente desfavoráveis à Companhia, em primeira instância. A probabilidade de perda para parte destas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 20, item i b), foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para esta parte, provisão para perda. Não foi reconhecida provisão para perda para a parte considerada como perda possível, conforme divulgado na nota explicativa nº 20, item iii e). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para as nº 20 iii f) e nº 31, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descrevem as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro e pela ABREA do Rio de Janeiro; e; Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná, respectivamente, contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional e que ainda não foram julgadas. As probabilidades de perda para essas ações civis foram consideradas pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foram reconhecidas provisões para perda relacionadas a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20 a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável da mesma, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na nota explicativa nº 1) e na nota explicativa nº 20, itens i b) e iii e) e f), às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão mencionadas em nossos parágrafos de ênfases.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; obtenção de confirmações formais de consultores jurídicos externos da Companhia para as causas mais relevantes, reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas; e revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A determinação, em 31 de dezembro de 2016, dos montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos recuperáveis, divulgados na nota explicativa nº 19, em R$ 42.315 mil e R$ 72.655 mil, na controladora e consolidado, respectivamente, estão diretamente associados à projeção dos lucros tributários futuros. Devido à complexidade do processo de mensuração das projeções de lucros tributários futuros, que se baseiam em estimativas e premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: o envolvimento de especialistas em avaliação para nos ajudar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável dos tributos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas a fatores como, estimativas de vendas futuras, taxas de descontos, projeção de inflação, taxa de crescimento, de co-

continua...

...continuação

tação de moedas estrangeiras e de rentabilidade dos negócios da Companhia e margem de lucro. Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa 19, efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura.

Análise da recuperabilidade dos ativos de vida útil definida e indefinida

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment)* dos saldos de ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados na nota explicativa nº 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Adicionalmente também é efetuada avaliação sobre a existência de indicativos de *impairment* sobre o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*), conforme divulgado na nota explicativa nº 3.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos, principalmente aquelas que podem ter um efeito mais significativo na determinação dos valores recuperáveis evidenciadas nas notas explicativas 3.1 e 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita da Companhia e suas controladas, divulgado na nota explicativa nº 21, envolve um alto grau de controles com o objetivo de assegurar que as receitas de vendas sejam reconhecidas dentro do período contábil adequado, quando os produtos faturados tenham sido entregues aos respectivos compradores.

Considerando o volume e a pulverização das vendas, bem como as características da regionalização dos negócios da Companhia e de suas controladas, o processo de reconhecimento da receita envolve um alto grau de dependência do funcionamento adequado dos controles internos, por esse motivo, consideramos o reconhecimento como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para cobrir o risco de erros materiais no reconhecimento da receita incluíram, dentre outros:

- Entendimento e testes de controles internos relevantes relacionados à identificação, a separação e ao registro de receitas de vendas dentro do prazo contábil adequado;
- Procedimentos de confirmação de contas a receber diretamente com clientes da Companhia e suas controladas selecionados de forma aleatória;
- Exame documental de amostra de notas fiscais emitidas e seus respectivos comprovantes de entrega, em data próxima ao encerramento do exercício (anterior e posterior a 31 de dezembro de 2016), visando testar se essas transações foram reconhecidas no período contábil adequado;
- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar receitas de vendas faturadas e não entregue no período contábil adequado.

Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada sobre este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2017.

EY
Building a better working world

Auditores Independentes S.S. — Rita de C. S. de Freitas
CRC-2SP015199/O-6 — Contadora CRC-1SP214160/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ BARSI FILHO (*)
Presidente do Conselho de Administração

MANOEL ARLINDO ZARONI TORRES (*)
MARCELO AMARAL MORAES (*) — MARCELO MUNHOZ AURICCHIO (*)
MARCELO GASPARINO DA SILVA (*) — RAPHAEL MANHÃES MARTINS (*)

(*) Conselheiro independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

DIRETORIA

NELSON PAZIKAS
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

FLÁVIO GRISI
RODRIGO LOPES DA LUZ
RUBENS RELA FILHO
WELNEY DE SOUZA PAIVA

CONSELHO FISCAL

ANDRÉ EDUARDO DANTAS
Coordenador

DANIEL VINICIUS ALBERINI SCHRICKTE — PEDRO PAULO DE SOUZA

CONTADOR

RICARDO BENATTI - Gerente de Contabilidade e Controladoria
CRC 1SP186493/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, considerando, ainda, a proposta da administração, que engloba o orçamento de capital e a não distribuição de dividendo obrigatório, tendo em vista o prejuízo líquido no exercício de 2016.

Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes EY Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 17 de março de 2017.

A EMPRESA FOI A SUA PRIORIDADE NÚMERO UM EM 2016?

DIVULGUE SEUS RESULTADOS EM UM JORNAL DE PRESTÍGIO. DIVULGUE NO VALOR.

*Fonte: Nicequest – perfil dos assinantes – 2016.

Valor Econômico

91% dos assinantes são investidores

65% dos assinantes possuem cargo de decisão

Só o Valor disponibiliza seus resultados em todas as plataformas.

Deixe que mais de **3,4 milhões** de leitores, muito bem qualificados, vejam os números da sua empresa.

Uma oportunidade de gerar negócios, atrair investidores e fazer sua empresa crescer ainda mais.

11 3767.1323 - São Paulo
61 3717.1331 - Brasília
21 3521.1415 - Rio de Janeiro

valor.com.br/comunicacaocominvestidores

Valor ECONÔMICO
Notícias que geram negócios

Eternit

Eternit S.A.

CNPJ nº 61.092.037/0001-81 - Companhia Aberta

Demonstrações Financeiras de 2016

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA 3
BRADESCO SA -CTVM 20
BRADESPAR SA 14
ETERNIT SA 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 54 **Página 6**
São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2016

Senhores Acionistas,

A Administração da Eternit S.A. ("Eternit" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da ETERNIT S.A., acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em decorrência de a Companhia exercer o controle em conjunto da Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC) com a Companhia Colombiana de Cerâmica S.A. - empresa do Grupo Corona (multinacional colombiana), o resultado da CSC é considerado nas informações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

1. BREVE HISTÓRICO

A Eternit, fundada em 1940 e com registro em Bolsa desde 1948, está listada no Novo Mercado desde 2006, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA. A Companhia atua nos segmentos de telhas de fibrocimento e concreto, mineração do crisotila, louças e metais sanitários, soluções construtivas, entre outros produtos.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em busca constante pela transparência e equidade no relacionamento com todas as partes relacionadas (*stakeholders*), o modelo de governança corporativa adotado pela Eternit está baseado nas melhores práticas do mercado. O principal objetivo deste modelo é viabilizar a atuação da Companhia de maneira responsável e sustentável em todas as comunidades em que está inserida, de forma a gerar valor para acionistas, mercado de capitais e todos os demais públicos, com respeito integral à Legislação Societária Brasileira, com o cumprimento de todos os dispositivos constantes do Regulamento de Listagem no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

A estrutura de governança corporativa da Eternit é composta pelo Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus Comitês, Diretoria e as áreas de Controles Internos e Auditoria Interna. A Companhia conta também com auditoria externa, realizada por empresa independente, substituída no máximo a cada cinco anos, conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. CONJUNTURA E MERCADO 2016

Sobre o âmbito nacional no ano de 2016, o Copom[1] contempla um cenário aquém do esperado para a atividade econômica no curto prazo, indicando que a retomada pode ser mais demorada e gradual do que previsto anteriormente. Nesse contexto, a economia permanece operando com elevado nível de ociosidade dos fatores de produção, demonstrado pela elevação do nível de desemprego e baixos índices de utilização da capacidade da indústria.

O índice de inflação medido pelo IPCA[2] para o ano de 2016 encerrou em 6,3% quando comparado ao ano de 2015, abaixo do teto estipulado pelo regime de metas de inflação. As expectativas de inflação apuradas pelo Relatório FOCUS de 10/03/2017 para o encerramento do ano corrente estão em torno de 4,2%.

De acordo com este cenário, as projeções sobre o desempenho da economia foram periodicamente revisadas ao longo de 2016. O PIB em 2016 foi de -3,6%[3] e o PIB da construção civil deve fechar em -4,5%[4], frente a 2015. A projeção para o PIB de 2017 é 0,5%[5] e para o PIB da construção civil é -0,5%[4], em comparação com o ano de 2016.

O faturamento deflacionado das vendas de materiais de construção durante o ano de 2016, divulgado pela ABRAMAT[6], apresentou redução de 11,5% em relação a 2015, devido ao alto índice de desemprego, ao medo da perda do emprego, dificuldade na obtenção de crédito e redução dos investimentos públicos e privados, desencorajando o consumo de materiais para reformas e novas construções. Para 2017, devido aos resultados apresentados no final de 2016 e início de 2017, a ABRAMAT aponta para uma estabilidade, projetando um crescimento nulo.

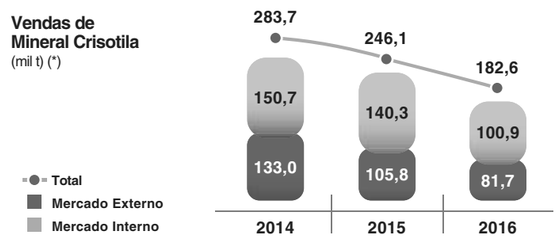
Comparativamente, o desempenho da receita bruta consolidada da Eternit[7] foi de -10,9% em 2016, sendo superior ao do seu setor (-11,5%). Importante ressaltar que durante o ano de 2016, a Companhia tem conciliado sua operação com a redução dos níveis de estoque para atender a demanda de mercado, tanto na mineração do crisotila quanto na linha de produtos acabados, que contempla a produção de fibrocimento e telhas de concreto.

(1) Copom: Comitê de Política Monetária do Banco Central.
(2) IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
(3) IBGE: Indicador econômico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgado em 07/03/2017.
(4) BACEN: Relatório de Inflação de dezembro de 2016 do Banco Central do Brasil.
(5) BACEN: Relatório FOCUS de 10/03/2017 do Banco Central do Brasil.
(6) ABRAMAT: Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção.
(7) O crescimento da receita bruta consolidada da Eternit é comparando o período acumulado de janeiro a dezembro de 2016 vs. o mesmo período acumulado de 2015, já deflacionado pelo IGP-M.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Mineral Crisotila

As vendas totalizaram 182,6 mil toneladas em 2016, inferiores em 25,8% frente a 2015. No mesmo período comparativo, as vendas internas apresentaram redução de 28,0%, em função da menor participação da fibra crisotila no processo industrial e da retração do setor de materiais de construção, conforme comentado na seção "Conjuntura e Mercado". Já o mercado externo apresentou queda de 22,8%, devido a uma agressiva política de preços praticada pelas mineradoras da Rússia e Cazaquistão e da maior competividade das telhas metálicas em importantes mercados do continente asiático.

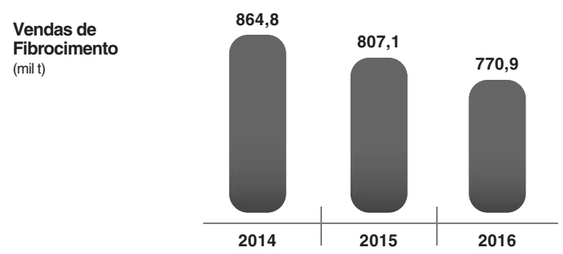


(*) O volume apresentado do mineral crisotila contempla as vendas *intercompany*, que representaram 49,4% do volume vendido para o mercado interno em 2016.

A SAMA manteve sua participação entre as três maiores mineradoras no mercado mundial de produção do crisotila, no ano de 2016.

Fibrocimento

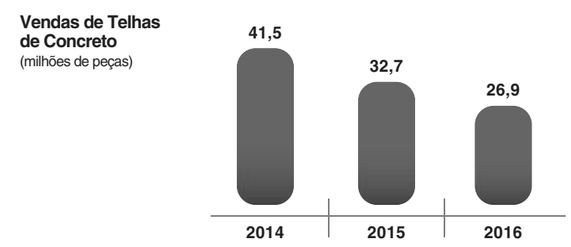
No acumulado do ano de 2016, as vendas de fibrocimento atingiram 770,9 mil toneladas, 4,5% menor em relação a 2015, decorrente da retração do mercado de materiais de construção devido a fatores como desemprego, menor distribuição de renda, altos juros e maior rigidez na concessão de crédito, inibindo o consumo de materiais tanto para reformas quanto para novas construções.



A Eternit manteve a liderança no mercado brasileiro de fibrocimento em 2016 com participação de aproximadamente 30%.

Telhas de Concreto

Em 2016 o volume vendido foi de 26,9 milhões de peças, inferior em 17,4% quando comparado ao ano de 2015, decorrentes, principalmente, do adiamento das obras pelos consumidores de média e alta renda, consequência da falta de confiança dos consumidores e das incertezas com a economia.



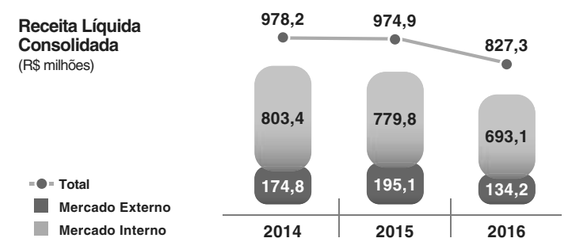
A Tégula manteve a liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto com participação de aproximadamente 22% em 2016. Em 15/02/2017 foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a reestruturação das unidades produtivas da controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda., a qual atua neste segmento. Vide mais informações no item "8. Reestruturação da Tégula Soluções para Telhados Ltda.".

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida Consolidada

Em 2016, a receita líquida consolidada atingiu R$ 827,3 milhões, 15,1% inferior ao mesmo período de 2015. As exportações somaram R$ 134,2 milhões, redução de 31,2% em relação a 2015, decorrente do menor volume de vendas e da redução do preço em dólar para fazer frente à forte concorrência, compensado parcialmente pela valorização de 4,7% do dólar frente ao real (comparação entre PTAX médio do período). Já as vendas no mercado interno totalizaram R$ 693,1 milhões, redução de 11,1%, devido, principalmente, a menores volumes de vendas em seus segmentos de atuação e maior comercialização de um *mix* popular, neutralizadas pelo aumento de preço do mineral crisotila.

Neste período, a receita líquida consolidada era composta por 64% de fibrocimento, 27% de mineral crisotila, 6% de telhas de concreto e acessórios e 3% de outros (como metais sanitários, caixas d'água de polietileno, soluções construtivas, dentre outros).



Custo dos Produtos Vendidos

No ano de 2016, o custo dos produtos vendidos consolidado totalizou R$ 564,1 milhões, 5,7% inferior ao valor registrado em 2015, devido, principalmente, aos menores volumes de vendas de seus segmentos de atuação, que foram parcialmente neutralizados por pressões de custos decorrentes de inflação (principalmente mão de obra) e menor utilização da capacidade instalada. Como consequência, a margem bruta retraiu 7 p.p., em relação ao ano anterior, encerrando o ano em 32%.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais totais de 2016 totalizaram R$ 223,0 milhões, redução de 13,2% frente à 2015, sendo as principais variações:

Despesas com vendas: redução de 7,1% devido à retração das vendas em seus segmentos de atuação e adequação da estrutura comercial.

Despesas gerais e administrativas: inferior em 15,0%, pelas ações do programa de redução estruturada de despesas, bem como menores gastos com provisão para participação nos resultados da Companhia face aos resultados do exercício social de 2016.

Outras (despesas) receitas operacionais: referem-se a gastos não recorrentes no decorrer do ano referente ao pagamento das custas processuais para o ingresso de recurso ordinário nos autos das Ações Civis Públicas ajuizadas em São Paulo; gastos com paradas excepcionais (ociosidade fabril) e contribuição adicional para o encerramento do plano de previdência privada da mineradora; compensados, parcialmente, por créditos extemporâneos de PIS/COFINS de exercícios anteriores.

Em R$ mil	2014	2015	2016
Despesas com vendas	(116.528)	(114.704)	(106.593)
Despesas gerais e administrativas	(122.465)	(118.405)	(100.661)
Outras (despesas) receitas operacionais	(3.810)	(23.844)	(15.736)
Total das despesas operacionais	**(242.803)**	**(256.953)**	**(222.990)**

Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação

Face a reestruturação da controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda., aprovada em 15 de fevereiro de 2017, a Companhia registrou perda estimada de seus ativos, sem efeito caixa, no valor de R$ 11,7 milhões referente ao encerramento das atividades produtivas das fábricas de Frederico Westphalen/RS, Içara/SC, Anápolis/GO, São José do Rio Preto/SP e Camaçari/BA. Adicionalmente, foram registradas (i) perda estimada pela recuperabildiade de ativos deste segmento, sem efeito caixa, no valor de R$ 3,8 milhões referente ao teste de recuperabilidade do ágio e outros ativos não circulantes; e (ii) provisão para reestruturação e desmobilização destes ativos no valor de R$ 2,6 milhões.

Resultado da Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado da fábrica de louças sanitárias no Estado do Ceará, a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC). No ano de 2016, o resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R$ 29,3 milhões contra um resultado negativo de R$ 27,7 milhões no mesmo período no ano anterior, devido à preferência de comercialização de produtos de menor valor agregado face a atual situação econômica do País, como elevado nível de desemprego e queda na renda das famílias, conforme comentado na seção "Conjuntura e Mercado".

Apesar do progresso industrial do site com melhoria continua nos indicadores de produtividade e com a disponibilidade de um portfólio mais diversificado com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio, seu resultado ainda reflete o momento econômico enfrentado pelos clientes, que consomem, principalmente, itens de baixo valor agregado.

Resultado Financeiro Líquido

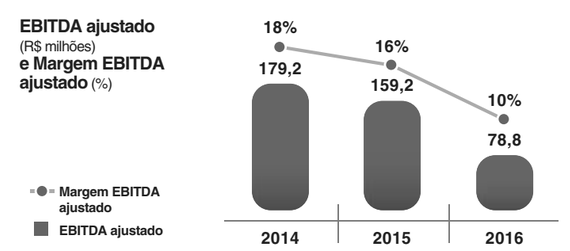
No ano de 2016, o resultado financeiro líquido foi menor em 12,9% frente a 2015, devido a menores efeitos de variação cambial decorrente da política da não exposição, tanto a receber quanto a pagar, em moeda estrangeira da Companhia, e à redução dos rendimentos das aplicações financeiras, em função da menor disponibilidade de caixa, neutralizado, parcialmente, por maiores juros sobre endividamento.

Em R$ mil	2014	2015	2016
Despesas financeiras	(52.674)	(108.735)	(71.235)
Receitas financeiras	54.962	85.209	50.742
Resultado financeiro líquido	**2.288**	**(23.526)**	**(20.493)**

A estratégia de proteção para o risco de câmbio consiste na obtenção do *hedge* natural, ou seja, a busca do equilíbrio mensal dos ativos e passivos em moeda estrangeira entre as empresas do Grupo.

EBITDA Ajustado

No ano de 2016, o EBITDA ajustado totalizou R$ 78,8 milhões, redução de 50,5% com margem de 10%, declínio de 6 pontos percentuais em relação ao ano de 2015, devido ao menor volume de vendas, baixa utilização da capacidade industrial e redução das margens operacionais decorrente da comercialização de um *mix* com menor valor agregado. Visando minimizar os efeitos negativos no EBITDA ajustado, a Companhia tem concentrado esforços em reduzir as despesas operacionais recorrentes, conforme comentado mais acima.

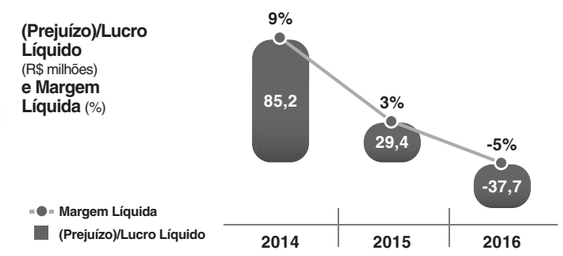


Reconciliação do EBITDA Consolidado (R$ mil)	2014	2015	2016
(Prejuízo) lucro líquido	**85.160**	**29.421**	**(37.682)**
Imposto de renda e contribuição social	44.924	39.196	9.955
Resultado financeiro líquido	(2.288)	23.526	20.493
Depreciação e amortização	37.704	39.401	38.572
EBITDA[1]	**165.500**	**131.544**	**31.338**
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação[2]	-	-	18.109
Resultado da equivalência patrimonial	13.676	27.661	29.337
EBITDA ajustado[3]	**179.176**	**159.205**	**78.784**

(1) Com o início das operações da *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica (CSC), o EBITDA consolidado contempla o seu resultado de acordo com o método da equivalência patrimonial e eventos não recorrentes, em linha com a instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 527 de 04 de outubro de 2012.
(2) Referente à reestruturação da controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda.
(3) O EBITDA ajustado é um indicador utilizado pela Administração para analisar o desempenho econômico operacional nos negócios controlados integralmente pela Companhia, excluindo o resultado da equivalência patrimonial devido a CSC ser uma empresa de controle compartilhado (*joint venture*) e seus dados não serem consolidados, além dos eventos não recorrentes, sem efeito caixa.

(Prejuízo)/Lucro Líquido

Em 2016, a Eternit registrou prejuízo de R$ 37,7 milhões e margem líquida de -5% contra um lucro líquido de R$ 29,4 milhões e margem líquida de 3% no ano de 2015, em função dos aspectos comentados no EBITDA ajustado, neutralizado, parcialmente, por um menor resultado financeiro líquido.



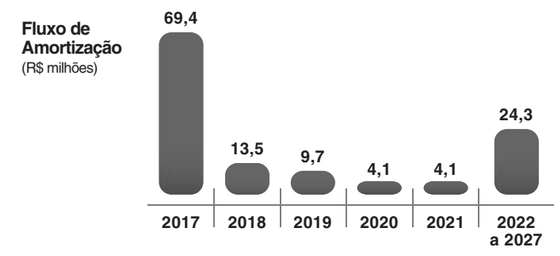
Endividamento

Em linha com a política de redução do endividamento, a Companhia encerrou o ano de 2016 com uma dívida líquida de R$ 117,2 milhões, redução de 19,1% frente a dívida líquida de 31 de dezembro de 2015, ocasionada, por amortizações de empréstimos FINIMP[8] e FINAME[9] e da liquidação de contratos para capital de giro nas modalidades NCE[10] e ACE[11]. No período, a dívida bruta da Eternit e de suas controladas somava R$ 125,1 milhões, principalmente, em função (i) dos títulos de CCB[12], NCE e ACE; e (ii) de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O caixa e equivalentes de caixa mais aplicações financeiras de curto prazo totalizavam R$ 7,9 milhões, sendo as aplicações financeiras remuneradas com uma taxa média ponderada de 106,2% da variação do CDI[13].

Endividamento - R$ mil	31/12/14	31/12/15	31/12/16
Dívida bruta - curto prazo	88.946	90.307	69.428
Dívida bruta - longo prazo	38.978	76.954	55.626
Total da dívida bruta	**127.924**	**167.261**	**125.054**
Caixa e equivalentes de caixa	(13.367)	(5.578)	(5.143)
Aplicações financeiras de curto prazo	(35.023)	(16.734)	(2.708)
Dívida líquida	**79.534**	**144.949**	**117.203**
EBITDA ajustado	179.176	159.205	78.784
Dívida líquida/EBITDA ajustado x	**0,44**	**0,91**	**1,49**
Dívida líquida/PL	**15,4%**	**29,0%**	**25,5%**

A dívida em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2016, estava 100% protegida naturalmente com as contas a receber das exportações do crisotila. Neste mesmo período, a origem da dívida era composta por: 63% moeda nacional e 37% moeda estrangeira.

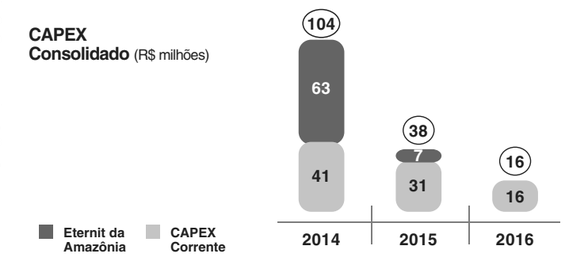


Do fluxo de amortização previsto para o ano de 2017, 66,4% está atrelado às contas a receber da exportação.

(8) FINIMP: Financiamento à Importação.
(9) FINAME: Agência Especial de Financiamento Industrial.
(10) NCE: Nota de Crédito à Exportação.
(11) ACE: Adiantamento de Contrato de Exportação.
(12) CCB: Cédula de Crédito Bancário.
(13) CDI: Certificado de Depósito Interbancário.

CAPEX

No ano de 2016, os investimentos somaram R$ 15,7 milhões, redução de 58,6% quando comparado com o ano anterior, sendo destinados à manutenção e atualização do parque industrial do Grupo.



A previsão de CAPEX para o ano de 2017 é cerca de R$ 18,3 milhões, para manutenção e atualização do parque industrial, contudo, este montante não contempla eventuais aportes em empresas controladas.

Valor Adicionado

O valor adicionado do ano totalizou R$ 319,9 milhões, 35,8% menor em relação a 2015. Deste montante, foram destinados R$ 147,3 milhões aos colaboradores e R$ 128,8 milhões aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

R$ mil	2014	2015	2016
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**546.448**	**497.860**	**319.860**
Pessoal	191.345	188.694	147.280
Impostos, taxas e contribuições	193.814	150.266	128.789
Remuneração de Capitais de Terceiros	76.130	129.479	81.473
Remuneração de Capitais Próprios	85.159	29.421	(37.682)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**546.448**	**497.860**	**319.860**

Perspectivas

Com o cenário econômico de incertezas e baixos índices de utilização da capacidade da indústria, em linha com os dados de crédito, emprego e renda, as projeções sobre o desempenho da economia no que se refere ao PIB 2017, em comparação com o ano de 2016, são de 0,5%, segundo relatório FOCUS de 10/03/2017, e o PIB da construção civil de -0,5%, conforme relatório de Inflação de dezembro de 2016 do Banco Central (BACEN).

Para o setor de materiais de construção, a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT) aponta para um cenário de estabilidade para o ano de 2017 frente a 2016, uma vez que o mercado permanece retraído diante do alto nível de desemprego e condições desfavoráveis ao crédito. Embora os índices de confiança do empresário tenham melhorado devido, especialmente, às expectativas futuras, segundo a ABRAMAT, somente um conjunto de medidas de incentivo à demanda, redução de juros e diminuição do desemprego poderá modificar a tendência no setor de materiais de construção.

www.eternit.com.br

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

O Governo Federal vem adotando medidas para estimular o crescimento do setor de construção civil e materiais de construção por meio de algumas propostas, dentre elas a redução da taxa de juros para financiamento da casa própria pela Caixa Econômica Federal; implementação do programa Cartão Reforma com o objetivo de combater o déficit habitacional qualitativo de famílias com baixa renda ao subsidiar cerca de R$ 5 mil para reforma e ampliação de moradias; relançamento do Cartão Construcard voltado para reformas com injeção de recursos de R$ 7 bilhões; além da ampliação do Programa Minha Casa Minha Vida permitindo a entrada de famílias com renda mensal de até R$ 9 mil. A Companhia considera fundamental a criação de medidas como essas que estimulam a economia do País, para que possa retomar o crescimento do setor de materiais de construção, a qual contribuirá positivamente os negócios da Companhia.

A Companhia está inserida no segmento de materiais de construção, cujo desenvolvimento está atrelado ao setor da construção civil, sendo este um importante setor para a atividade econômica brasileira. É importante ressaltar os seguintes desafios para o País e o setor de atuação da Companhia, os quais impactam nossos negócios e a demanda por produtos do nosso portfólio, destinados, principalmente, à construção autogerida: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura, aspectos tributários e valorização do câmbio, geração de emprego e melhora na distribuição de renda, políticas econômicas sustentáveis, além do aumento do nível de confiança dos empresários e consumidores.

Para o fibrocimento, a Eternit manterá a operação de suas fábricas e na mineradora de forma otimizada, em linha com a demanda do mercado, além de fazer uso da força de sua marca e da rede de cerca de 15 mil pontos de revendas, bem como, ampliar os pontos de revendas para minimizar os efeitos da crise econômica.

Na linha de telhas de concreto, a Companhia reestruturou este segmento a fim de operar em mercados com maior rentabilidade operacional. Assim, a partir de fevereiro de 2017, a produção de telhas de concreto passou a operar de forma concentrada na unidade de Atibaia/SP, cuja capacidade de produção poderá atender eventual demanda de regiões das unidades desativadas. Os imóveis próprios das unidades desativadas serão disponibilizados à venda.

Os esforços continuarão centrados na recuperação da margem operacional, na busca contínua de redução de custos e despesas operacionais visando à competitividade necessária para enfrentamento de concorrência, principalmente, em momentos de baixa ocupação das capacidades instaladas, além da comercialização de um *mix* com maior rentabilidade em linha com a expectativa de melhoria da atividade econômica, como um todo.

De acordo com a estratégia de crescimento orgânico diversificado, a planta de Manaus (AM) realizou a produção e a comercialização de fios de polipropileno para aplicação em escala industrial no fibrocimento ao longo de 2016. Já a unidade de louças (CE), apresentou melhora contínua nos indicadores de produtividade e tem disponibilizado um portfólio mais diversificado (produtos dos segmentos de médio e médio luxo) com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio.

Com relação ao aspecto jurídico do mineral crisotila, a Companhia espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento das ações em curso, e se necessário, tomará as medidas legais cabíveis perante os Tribunais.

A Companhia, independente dos desafios citados, acredita na retomada do crescimento da economia brasileira e, principalmente, do setor em que atua. A Administração permanece atenta aos desdobramentos e impactos que poderão ocorrer em função da atual situação macroeconômica, realizando suas operações com rigor financeiro, redução do capital de giro e atuando na política de redução da dívida com foco na sustentabilidade dos negócios, com o objetivo de consolidar a Eternit como uma provedora de matérias-primas, produtos e soluções para a construção civil.

6. MERCADO DE CAPITAIS

A Eternit possui registro em bolsa desde 1948 e, desde 2006, tem suas ações negociadas no Novo Mercado, nível máximo de governança corporativa da BM&FBOVESPA, sob o código ETER3, e faz parte de quatro índices de ações da BM&FBOVESPA, sendo: IGCX (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada), IGNM (Índice Governança Corporativa - Novo Mercado), INDX (Índice do Setor Industrial) e ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado).

Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia manteve alta concentração de acionistas pessoas físicas, sendo composta em 31 de dezembro de 2016 por 77,5% de pessoas físicas, 7,3% de investidores estrangeiros e 15,2% de pessoas jurídicas, clubes, fundos de investimentos e fundações. Em dezembro de 2016, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação, totalizando 33,4% do total de ações, e a Diretoria da Companhia detinha 0,7% das ações.

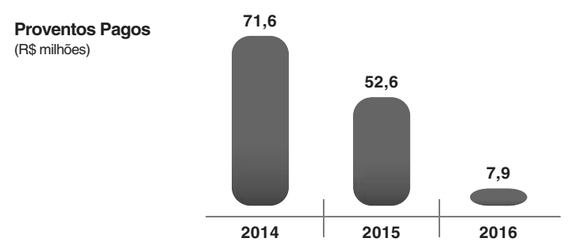
A base acionária finalizou o ano de 2016 com 10.721 acionistas, ou seja, uma redução de 2,8% em relação ao número de acionistas registrados em 2015. O *free float* da Companhia encerrou o ano de 2016 em 85,2%, excluindo as ações em tesouraria e detidas pela Administração, conforme metodologia do Regulamento do Novo Mercado.

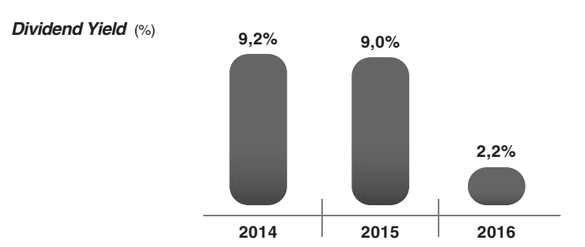
Em 31 de dezembro de 2016, a ação da Eternit encerrou cotada a R$ 1,32/ação, sendo o valor de mercado da Companhia de R$ 236,3 milhões.

Remuneração aos Acionistas

Em 2016, os proventos pagos a título de juros sobre o capital próprio foram de R$ 7,9 milhões, referente aos resultados do quarto trimestre de 2015. Face aos resultados obtidos no ano de 2016, não houve distribuição de proventos.

O Estatuto Social da Eternit prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após as deduções legal e estatutária. Importante ressaltar que a política de dividendos da Companhia, conforme o Estatuto Social, permanece inalterada, entretanto, novas distribuições ocorrerão a partir da obtenção de resultados positivos.





7. CAPITAL HUMANO

O capital humano é fundamental para a implementação das estratégias de negócio e essa relevância é reconhecida pela Eternit e suas controladas em diversas iniciativas de gestão de pessoas. Por essa razão, busca investir em seus colaboradores e valorizá-los. O esforço nesse âmbito é reconhecido pelo mercado: a Eternit e a SAMA foram listadas nos principais rankings de gestão de pessoas nos últimos anos, vide mais em Reconhecimentos.

Ao final do exercício, a Companhia contava com 2.028 colaboradores diretos e 2.416 em 2015, incluindo estagiários e aprendizes[14].

[14] Dados não contemplam a *joint venture* Companhia Sulamericana de Cerâmica.

8. REESTRUTURAÇÃO DA TÉGULA SOLUÇÕES PARA TELHADOS LTDA.

Em 16 de fevereiro de 2017, a Companhia divulgou Fato Relevante informando seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2017, a reestruturação das unidades produtivas da Controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda.

A reestruturação tem por objetivo adequar a controlada Tégula para operar em mercados com maior rentabilidade operacional. Desta forma, as atividades de produção de telhas de concreto das unidades de Frederico Westphalen/RS, Içara/SC, Anápolis/GO e Camaçari/BA foram encerradas a partir deste mês. A baixa destes ativos (*impairment*) na ordem de R$ 15 milhões foi reconhecida ainda no exercício de 2016 e os imóveis próprios destas unidades estão disponibilizados à venda.

Esta decisão foi tomada após extensa análise de alternativas para maximizar o resultado das unidades, pois já operavam com capacidades reduzidas, em face da demanda de mercado. Atualmente, as unidades ora desativadas empregavam 90 postos de trabalho.

Assim a operação de produção de telhas de concreto passa a operar de forma concentrada na unidade de Atibaia/SP, cuja capacidade de produção poderá atender eventual demanda de regiões das unidades desativadas.

9. QUESTÃO JURÍDICA DO MINERAL CRISOTILA

Ações Civis Públicas ajuizadas de São Paulo

A Eternit foi oficialmente notificada, em 10 de fevereiro de 2017, do inteiro teor do acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a qual reformou a sentença proferida pela 9ª Vara do Trabalho de São Paulo que julgou parcialmente procedente as ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA, referente à fábrica de Osasco (SP), cujas atividades foram encerradas em 1993.

Em decorrência do entendimento do Tribunal a sentença de primeira instância foi reformada. Os termos mais significativos são:

Foram excluídas as seguintes condenações:

- Indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 100 milhões;
- Indenização por danos morais no valor de R$ 50 mil em favor de cada ex-trabalhador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto;
- Toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-empregados.

Foram reduzidas as seguintes condenações:

- Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-trabalhador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R$ 100 mil e R$ 50 mil, respectivamente;
- Danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-trabalhador falecido após o ajuizamento das ações para R$ 100 mil;

Foi mantida a seguinte condenação:

- Assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto.

A Eternit informa ainda que tomará todas as medidas legais que estiverem a seu alcance em instância superior.

Ação Civil Pública ajuizada do Paraná - Evento Subsequente

A Eternit foi notificada na tarde de 10/03/2017 de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia, que se encontra em curso perante a 1ª Vara do Trabalho de Colombo, Estado do Paraná. Nesta ação existem distintos pedidos, entre os quais a condenação da empresa ao pagamento de R$ 85 milhões a título de danos morais coletivos e a substituição da matéria prima dentro do prazo de noventa dias.

Informa ainda que foram pleiteados diversos pedidos em caráter liminar, dentre eles a substituição da matéria prima dentro do prazo de 90 dias, tendo sido indeferidos pelo Juízo de 1ª instância.

A Companhia reforça que cumpre as normas e procedimentos de segurança estabelecidos pela Lei Federal nº 9.055/95 e no Decreto que a regulamentou. Oportunamente a empresa apresentará sua defesa e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento desta ação.

10. RECONHECIMENTOS

As diversas premiações demonstram que a Companhia leva a sério o que faz por todos os seus *stakeholders*. Durante 2016, as empresas do Grupo Eternit conquistaram diversos prêmios importantes nas áreas de Recursos Humanos e Marketing e Produtos, como uma das Melhores Empresas para se Trabalhar pelo Guia 2016 da Revista Você S/A e Prêmio ANAMACO 2016, respectivamente. Para conhecer os demais prêmios, acesse www.eternit.com.br/ri.

11. CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

12. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Ao longo do exercício de 2016, a Eternit utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. e da Sama S.A. Minerações Associadas para o exercício de 2016, e para as informações financeiras intermediárias referentes aos trimestres (ITR) de 31 de março de 2016, 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016 da Eternit S.A.

A Companhia contratou serviços de consultoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para o exercício de 2016 conforme descrito abaixo:

(i) Natureza do serviço: revisão de créditos extemporâneos para PIS e COFINS. Início da contratação em 2014 e finalização em 2018.

O valor total dos serviços de consultoria foi de R$ 333.836,20 (trezentos e trinta e três mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte centavos) e equivale a 38,37% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

A Administração da Companhia informa que tem como política não contratar os auditores independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A Administração, assim como seus auditores independentes, entendem que os serviços mencionados não geram conflito de interesse, e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

13. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os Membros da Diretoria da Eternit S.A., declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que:

i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016; e
ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 17 de março de 2017.

A Diretoria

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Para informações adicionais sobre a Companhia e seu mercado de atuação, acesse o site de Relações com Investidores www.eternit.com.br/ri e/ou contate a equipe de RI ri@eternit.com.br.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, órgãos reguladores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2016, pelo apoio e confiança no futuro; confiando no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

São Paulo, 17 de março de 2017.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**3.365**	2.850	**5.143**	5.578
Aplicações financeiras	5	**32**	3.114	**2.708**	16.734
Contas a receber	6	**84.835**	73.337	**158.663**	172.342
Estoques	7	**93.582**	108.428	**160.867**	184.383
Impostos a recuperar	8	**9.289**	7.638	**17.861**	15.083
Partes relacionadas	10.a	**14.819**	30.447	**718**	2.818
Outros ativos circulantes		**2.193**	7.501	**5.724**	15.382
		208.115	233.315	**351.684**	412.320
Ativo mantido para venda		**796**	-	**5.291**	-
Total do ativo circulante		**208.911**	233.315	**356.975**	412.320
Não circulante					
Depósitos judiciais		**14.384**	11.576	**22.264**	19.003
Impostos a recuperar	8	**24.335**	24.081	**24.746**	24.765
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	**42.315**	34.264	**72.655**	63.823
Partes relacionadas	10	**27.982**	9.711	**15.985**	-
Outros ativos não circulantes		**1.078**	339	**2.545**	2.807
Investimentos	9	**203.707**	251.659	**3.546**	24.782
Imobilizado	11	**150.412**	154.920	**317.716**	354.047
Intangível		**6.069**	6.950	**26.016**	31.647
Total do ativo não circulante		**470.282**	493.500	**485.473**	520.874
Total do ativo		**679.193**	726.815	**842.448**	933.194

Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Circulante					
Fornecedores	12	**20.602**	23.922	**33.566**	41.420
Empréstimos e financiamentos	13	**10.337**	6.258	**68.750**	90.238
Instrumentos financeiros derivativos	27.2	**374**	69	**678**	69
Partes relacionadas	10	**25.393**	12.256	**-**	-
Obrigações com pessoal	14	**12.413**	14.858	**23.388**	27.722
Dividendos e juros sobre o capital próprio	17.d	**426**	7.534	**426**	7.534
Provisão para benefício pós-emprego	16.b	**3.184**	2.749	**5.115**	4.890
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	**14.030**	10.697	**22.260**	19.867
Outros passivos circulantes		**6.578**	5.940	**14.306**	14.080
Total do passivo circulante		**93.337**	84.283	**168.489**	205.820
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	**4.362**	16.294	**55.626**	76.954
Partes relacionadas	10	**36.012**	40.728	**-**	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	**1.746**	6.477	**4.699**	8.969
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	**46.975**	47.096	**90.003**	84.281
Provisão para benefício pós-emprego	16.b	**37.128**	31.839	**50.104**	44.437
Provisão para desmobilização da mina	29	**-**	-	**13.878**	12.617
Total do passivo não circulante		**126.223**	142.434	**214.310**	227.258
Patrimônio líquido					
Capital social	17.a	**334.251**	334.251	**334.251**	334.251
Reserva de capital		**19.460**	19.460	**19.460**	19.460
Ações em tesouraria		**(174)**	(174)	**(174)**	(174)
Reservas de lucros		**118.221**	155.738	**118.221**	155.738
Outros resultados abrangentes		**(12.125)**	(9.177)	**(12.125)**	(9.177)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		**459.633**	500.098	**459.633**	500.098
Participação dos acionistas não controladores		**-**	-	**16**	18
Total do patrimônio líquido		**459.633**	500.098	**459.649**	500.116
Total do passivo e patrimônio líquido		**679.193**	726.815	**842.448**	933.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto o (prejuízo) lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Receita operacional líquida	21	**494.763**	511.090	**827.275**	974.872
Custos dos produtos e mercadorias vendidas	22	**(394.446)**	(384.403)	**(564.073)**	(598.115)
Lucro bruto		**100.317**	126.687	**263.202**	376.757
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	**(60.616)**	(58.313)	**(106.593)**	(114.704)
Gerais e administrativas	22	**(39.740)**	(48.272)	**(89.134)**	(106.961)
Remuneração da administração	22	**(8.055)**	(7.121)	**(11.527)**	(11.444)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	**(14.826)**	(25.115)	**(15.736)**	(23.844)
Perda estimada por não recuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação	1, 3.3 e 30	-	-	**(18.109)**	-
Resultado da equivalência patrimonial	9	**(15.335)**	45.116	**(29.337)**	(27.661)
Total das despesas operacionais		**(138.572)**	(93.705)	**(270.436)**	(284.614)
Despesas financeiras	24	**(27.348)**	(19.804)	**(71.235)**	(108.735)
Receitas financeiras	24	**21.169**	7.762	**50.742**	85.209
Resultado financeiro líquido		**(6.179)**	(12.042)	**(20.493)**	(23.526)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(44.434)**	20.940	**(27.727)**	68.617
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	19	**-**	-	**(17.269)**	(48.851)
Diferidos	19	**6.751**	8.480	**7.314**	9.655
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(37.683)**	29.420	**(37.682)**	29.421
Atribuível a:					
Acionistas controladores		**(37.683)**	29.420	**(37.683)**	29.420
Acionistas não controladores		**-**	-	**1**	1
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(37.683)**	29.420	**(37.682)**	29.421
(Prejuízo) lucro líquido por ação, básico e diluído - R$	17	**(0,2106)**	0,1644	**(0,2106)**	0,1644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(37.683)**	29.420	**(37.682)**	29.421
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	**(3.823)**	(3.040)	**(4.466)**	(2.555)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	**1.299**	1.034	**1.518**	869
Equivalência patrimonial dos resultados abrangentes	**(424)**	320	**-**	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	**(2.948)**	(1.686)	**(2.948)**	(1.686)
Resultado abrangente do exercício	**(40.631)**	27.734	**(40.630)**	27.735
Atribuível a:				
Acionistas controladores	**(40.631)**	27.734	**(40.631)**	27.734
Acionistas não controladores	**-**	-	**1**	1
	(40.631)	27.734	**(40.630)**	27.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	21	**655.962**	679.553	**1.048.748**	1.221.417
Outras receitas		**87**	100	**3.982**	(86)
Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		**(1.980)**	(1.493)	**(3.420)**	(2.512)
		654.069	678.160	**1.049.310**	1.218.819
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		**(325.811)**	(333.319)	**(470.819)**	(555.314)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		**(133.597)**	(153.783)	**(221.602)**	(185.782)
Perda estimada por não rrecuperabilidade de ativos e provisão para reestruturação	30	**-**	-	**(18.109)**	-
Outros descontos, abatimentos e doações		**(1.605)**	(3.100)	**(4.018)**	(5.518)
		(461.013)	(490.202)	**(714.548)**	(746.614)
Valor adicionado bruto		**193.056**	187.958	**334.762**	472.205
Depreciação, amortização e exaustão		**(14.880)**	(13.470)	**(38.572)**	(39.401)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		**178.176**	174.488	**296.190**	432.804
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	9	**(15.335)**	45.116	**(29.337)**	(27.661)
Receitas financeiras	24	**21.169**	7.762	**50.742**	85.209
Outras		**433**	3.983	**2.265**	7.508
		6.267	56.861	**23.670**	65.056
Valor adicionado total a distribuir		**184.443**	231.349	**319.860**	497.860
Pessoal:					
Remuneração direta		**72.985**	69.177	**101.888**	127.943
Benefícios		**23.281**	26.618	**34.972**	49.173
FGTS		**7.887**	6.181	**10.420**	11.578
		104.153	101.976	**147.280**	188.694
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		**59.103**	57.161	**64.609**	100.616
Estaduais		**22.582**	14.280	**60.317**	45.815
Municipais		**2.200**	1.832	**3.863**	3.835
		83.885	73.273	**128.789**	150.266
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		**27.348**	19.804	**71.235**	108.735
Aluguéis		**6.740**	6.876	**10.238**	20.744
		34.088	26.680	**81.473**	129.479
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	17	**-**	1.611	**-**	1.611
Juros sobre o capital próprio	17	**-**	23.083	**-**	23.083
(Prejuízos acumulados)/lucros retidos	17	**(37.683)**	4.726	**(37.683)**	4.726
Participação dos não controladores nos (prejuízos acumulados)/lucros retidos		**-**	-	**1**	1
		(37.683)	29.420	**(37.682)**	29.421
		184.443	231.349	**319.860**	497.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA 3
BRADESCO SA -CTVM 20
BRADESPAR SA 14
ETERNIT SA 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 127 • Número 54 **Página 7**
São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2017
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital: Subvenção para investimentos	Reserva de capital: Ágio na Aquisições de Ações	Ações em tesouraria	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2015		334.251	19.437	23	(174)	31.251	34.891	102.603	-	(7.491)	514.791	17	514.808
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	160	-	-	160	-	160
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	29.420	-	29.420	1	29.421
Constituição de reservas	17	-	-	-	-	1.471	1.471	1.784	(4.726)	-	-	-	-
Ganho/perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(1.686)	(1.686)	-	(1.686)
Destinação do lucro líquido:													
Juros sobre o capital próprio - R$ 0,166 por ação em circulação	17	-	-	-	-	-	-	(6.621)	(23.083)	-	(29.704)	-	(29.704)
Dividendos - R$ 0,072 por ação em circulação	17	-	-	-	-	-	-	(11.272)	(1.611)	-	(12.883)	-	(12.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	86.654	-	(9.177)	500.098	18	500.116
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	166	-	-	166	(3)	163
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(37.683)	-	(37.683)	1	(37.682)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(37.683)	37.683	-	-	-	-
Perda na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.948)	(2.948)	-	(2.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		334.251	19.437	23	(174)	32.722	36.362	49.137	-	(12.125)	459.633	16	459.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(44.434)**	20.940	**(27.727)**	68.617
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	**15.335**	(45.116)	**29.337**	27.661
Depreciação e amortização		**14.880**	13.470	**38.572**	39.401
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	23	**(5)**	(100)	**(3.123)**	165
Perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	**1.980**	1.493	**3.420**	2.531
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	1, 3.3, 7 e 30	**(527)**	(267)	**1.025**	(267)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	1, 3.3, 7 e 30	**-**	-	**14.460**	-
Perda estimada para desmobilização e provisão de reestruturação	1, 3.3, 7 e 30	**-**	-	**2.586**	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		**1.344**	23.605	**7.209**	27.467
Provisão para benefício pós-emprego		**1.901**	1.307	**1.426**	635
Provisão para desmobilização da mina		**-**	**-**	**1.261**	2.570
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		**(416)**	6.745	**(828)**	13.011
Rendimento de aplicações financeiras		**(74)**	(993)	**(841)**	(3.331)
Variação líquida das despesas antecipadas		**6.020**	2.886	**7.106**	5.067
		(3.996)	23.970	**73.883**	183.527
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		**(14.259)**	(3.503)	**7.100**	(669)
Partes relacionadas a receber		**965**	(5.150)	**2.100**	(391)
Estoques	7	**15.373**	(38.766)	**22.491**	(36.023)
Impostos a recuperar		**1.603**	(1.836)	**3.380**	(4.085)
Depósitos judiciais		**(4.132)**	(4.765)	**(4.586)**	(5.588)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		**44.759**	98.341	**-**	-
Outros ativos		**(1.430)**	(5.389)	**2.842**	(12.209)
Ativo mantido para venda		**(16)**	-	**(16)**	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		**(3.304)**	1.064	**(7.828)**	(731)
Partes relacionadas a pagar	10	**13.137**	4.584	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		**(3.028)**	(5.893)	**(11.493)**	(6.617)
Provisões e encargos sociais	14	**(2.445)**	2.120	**(4.334)**	(935)
Outros passivos		**638**	2.807	**(2.582)**	2.964
Juros pagos		**(1.021)**	(411)	**(7.530)**	(4.782)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**-**	-	**(12.604)**	(56.829)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**42.844**	67.173	**60.823**	57.632
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresas ligada a receber		**(16.053)**	19.585	**(14.953)**	726
Recebimento pela venda de imobilizado	23	**22**	784	**3.395**	876
Adições ao ativo imobilizado e intangível		**(9.508)**	(23.161)	**(15.700)**	(37.944)
Adição de variação cambial capitalizada	11	**-**	(107)	**-**	(14.524)
Adições ao investimento	9	**(8.101)**	(47.627)	**(8.101)**	(18.105)
Aplicações financeiras de curto prazo		**(41.750)**	(93.136)	**(149.403)**	(277.192)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		**44.905**	106.740	**164.264**	298.812
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(30.485)**	(36.922)	**(20.498)**	(47.351)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		**1.962**	14.915	**64.575**	246.870
Amortização de empréstimos e financiamentos		**(6.929)**	(3.633)	**(98.458)**	(215.838)
Mútuo com empresa ligada		**-**	4.708	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		**(6.877)**	(49.102)	**(6.877)**	(49.102)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(11.844)**	(33.112)	**(40.760)**	(18.070)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**515**	(2.861)	**(435)**	(7.789)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	**2.850**	5.711	**5.578**	13.367
No fim do exercício	4	**3.365**	2.850	**5.143**	5.578
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**515**	(2.861)	**(435)**	(7.789)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, no segmento Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 17).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Conta atualmente com 9 unidades industriais no Brasil, com filiais nas principais cidades brasileiras.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da sede	Atividade principal
SAMA S.A.	99,99%	99,99%	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	99,99%	99,99%	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda.	99,99%	99,99%	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Wagner da Amazônia Ltda.	99,99%	99,99%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	99,99%	99,99%	Manaus/AM	Pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção, fios de polipropileno.
Engedis Distribuição Ltda.	99,94%	99,94%	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Wagner Ltda.	99,84%	99,84%	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	60,00%	60,00%	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 25.

Eventos operacionais relevantes

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/1995 - Decreto nº 2.350/1997 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contenham.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibiam a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, respectivamente, por invadirem a esfera de competência da União.

As atuais leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propuseram a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/2012 o julgamento de mérito das ADI nº 3.357 e nº 3.937, em face das Leis estaduais nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul e nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, respectivamente. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto - votou pela constitucionalidade das leis - e ministro Marco Aurélio - votou pela inconstitucionalidade das leis, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento. Em 23/11/2016 foi retomado o julgamento, de ação nº 3.357, tendo o Ministro Edson Facchin julgado improcedente o pedido formulado na ação, enquanto que o Ministro Dias Toffoli pediu vista dos autos. Quanto a ADI nº 3.937, também foi dada vista ao Ministro Dias Toffoli.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/2013, e em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente.

O governo do Estado de Mato Grosso regulamentou a Lei nº 9.583/2011 através do decreto nº 68/2015, publicado no dia 16 de abril de 2015, que veda o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto.

O Governo do Estado de Amazonas promulgou em 06/05/2015 a Lei nº 258/2015, que proíbe o uso de produtos contendo asbestos no Estado de Amazonas, estando pendente de regulamentação.

O Governo de Santa Catarina promulgou em 13/01/2017 a Lei nº 17.076/2017, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham qualquer tipo de amianto no Estado de Santa Catarina, estando pendente de regulamentação.

Reestruturação operacional

Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 15 de fevereiro de 2017, a reestruturação das unidades produtivas da Controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda.

O objetivo da reestruturação foi adequar a controlada Tégula para operar em mercados com maior rentabilidade operacional. Desta forma, as atividades de produção de telhas de concreto das unidades de Frederico Westphalen/RS, Içara/SC, Anápolis/GO, São José do Rio Preto/SP e Camaçari/BA foram encerradas.

Em virtude dessa reestruturação foi realizada a recuperabilidade dos ativos das referidas unidades fabris, utilizando a metodologia de valor em uso, no qual originou em uma redução dos mesmos ao valor recuperável bem como a constituição de provisões para reestruturação e desmobilização, reconhecidas no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2016 as quais totalizaram o montante de R$ 14.313.

Aprovação das demonstrações contábeis

A apresentação das demonstrações contábeis anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2017, para divulgação na mesma data.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), introduzidas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Declaração de conformidade e base para preparação

Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e conforme divulgada na nota explicativa nº 1, a Companhia efetuou a reestruturação de algumas unidades da controlada Tégula, com o objetivo de retomar o crescimento de tal controlada.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da Diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações contábeis consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto (IFRS 11).

A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as demonstrações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.6. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores mercado externo e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) Outros passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 12).

2.7. Norma, alterações e interpretações de normas

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações contábeis que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações contábeis
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova norma, além das perdas incorridas será necessário registrar as perdas estimadas. Aprovado em Dez-2016 com vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não tem grandes volumes de transações com derivativos e Hedge Accounting, assim não se espera grandes variações.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes CPC 34 - Receita de Contrato com Cliente	A norma substituirá o IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações; os principais objetivos são: (i) eliminar inconsistências nos padrões de reconhecimento de receita, fornecendo princípios claros para o registro dos saldos contábeis; (ii) fornecer um modelo de reconhecimento de receita único, aprimorando a comparabilidade da informação contábil-financeira; e (iii) simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. Aplicar-se-á a todos os contratos com clientes, exceto locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro, tendo maior efetividade de alteração nos ramos de telecomunicações e Incorporação Imobiliária. Aprovado em Dez-2016 com vigência alterada para a partir de 01/01/2018.	O Grupo não espera que o IFRS 15 provoque impacto relevante em suas demonstrações contábeis, porém está em avaliação do mesmo, estando assim impossibilitados de divulgar tais efeitos.
Adoção do IFRS 16 - Leases (atualmente IAS 17 Leases and Issued) - CPC 06 Arrendamento mercantil	A norma não altera o entendimento sobre o arrendamento mercantil onde podemos efetivar o registro como leasing financeiro ou operacional, de entretanto a nova norma prevê a facilidade de um registro único para o caso de arrendamento financeiro. Já previsto no IAS 17. Vigência a partir de 01/01/2019.	O Grupo não tem grandes volumes de transações com arrendamento mercantil, assim não se espera grandes variações.
IFRS 6 (CPC 34 Exploração e avaliação de recursos minerais)	O objetivo deste pronunciamento é regulamentar a melhor forma de classificação e mensuração da atividade de exploração de recursos minerais, em virtude da continuidade nas discussões junto ao IASB e demais órgãos internacionais em relação à norma. O CPC decidiu não emitir pronunciamento devido a revisão dos órgãos competentes internacionais. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.
IAS 29 (CPC 42 Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária)	A norma estabelece critérios de correção às demonstrações contábeis em países de economia com situação de alta inflação. O CPC não aprovou o pronunciamento tendo em vista a experiência anterior com a correção integral das demonstrações contábeis. Aprovação e vigência não determinada.	O Grupo está em constante atualização para avaliação dos impactos a esta norma.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA 3
BRADESCO SA -CTVM 20
BRADESPAR SA 14
ETERNIT SA 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 54 **Página 8**
São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

	Consolidado	
Controlada:	**31/12/2016**	31/12/2015
Sama	**16.559**	16.559
Tégula (i)	**-**	3.436
Total	**16.559**	19.995

(i) No grupo do Intangível

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Perdas pela não recuperabilidade de ativos

A Companhia realiza testes de recuperação de seus ativos, notadamente de ágio e de outros ativos não circulantes, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxas de crescimento, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico-financeiras de longo prazo. Adicionalmente as projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia e suas controladas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa). Os testes de recuperação destes ativos são realizados anualmente em dezembro, sendo antecipados se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade. O valor presente do fluxo de caixa descontado, ou valor em uso é comparado com o valor contábil desse ativo.

Com base nas premissas mencionadas anteriormente, a Companhia identificou a necessidade de registro de perda pela recuperabilidade de ativos no montante de R$ 3.796 em sua controlada Tégula, sendo R$ 3.436 pelo resultado do teste de recuperabilidade do ágio e R$ 360 pelo resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos não circulantes. A reversão das perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

3.4. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

3.5. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pelo Grupo. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

3.6. Provisão para benefício pós-emprego

O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 16. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Caixa e bancos	**52**	2.850	**1.639**	5.463
Aplicações em certificados de depósito bancários	**3.313**	-	**3.504**	115
	3.365	2.850	**5.143**	5.578

Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Fundos de investimentos	**32**	3.114	**2.708**	16.734

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, remunerados pelas taxas médias de 106,2% da variação do CDI (100,9% em 31 de dezembro de 2015).

São aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade do Grupo.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Mercado interno	**89.718**	77.222	**121.174**	111.336
Mercado externo	**-**	-	**46.124**	69.316
(-) Ajuste a valor presente	**-**	-	**(317)**	(319)
	89.718	77.222	**166.981**	180.333
Perda em créditos de liquidação duvidosa	**(4.883)**	(3.885)	**(8.318)**	(7.991)
	84.835	73.337	**158.663**	172.342

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
A vencer	**78.623**	68.163	**141.430**	153.946
Valores vencidos:				
Até 30 dias	**4.582**	2.690	**11.894**	14.439
Entre 31 e 60 dias	**714**	536	**1.196**	1.319
Acima de 60 dias	**916**	1.948	**4.143**	2.638
	84.835	73.337	**158.663**	172.342

Movimentação da perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Saldo inicial	**(3.885)**	(3.307)	**(7.991)**	(6.689)
Adição	**(2.847)**	(1.720)	**(4.956)**	(2.786)
Reversão	**867**	227	**1.536**	255
Baixa	**982**	915	**3.093**	1.229
Saldo final	**(4.883)**	(3.885)	**(8.318)**	(7.991)

7. ESTOQUES

Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Produtos acabados	**58.390**	61.591	**107.403**	110.595
Produtos semi-acabados	**-**	-	**1.231**	3.486
Revenda	**7.396**	8.371	**10.253**	11.700
Matérias-primas	**21.771**	32.438	**23.479**	33.936
Materiais auxiliares	**7.096**	7.626	**21.497**	26.637
(-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido (*)	**(1.071)**	(1.598)	**(2.996)**	(1.971)
	93.582	108.428	**160.867**	184.383

(*) A contrapartida da perda estimada está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da perda estimada para redução ao valor realizável líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Saldo inicial	**(1.598)**	(1.865)	**(1.971)**	(2.238)
Adição	**(1.039)**	(398)	**(2.622)**	(398)
Reversão	**1.566**	665	**1.597**	665
Saldo final	**(1.071)**	(1.598)	**(2.996)**	**(1.971)**

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	**2.943**	2.208	**3.475**	4.365
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	**288**	201	**531**	475

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	**1.669**	1.027	**1.882**	1.570
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	**475**	276	**511**	333
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	**2.145**	1.646	**2.145**	1.646
Fundo - FOMENTAR - ICMS (*)	**1.061**	1.542	**1.061**	1.542
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS e outros	**708**	738	**8.256**	5.152
	9.289	7.638	**17.861**	15.083
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	**709**	1.419	**1.063**	2.045
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	**15.035**	14.421	**15.035**	14.422
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	**8.591**	8.241	**8.591**	8.241
Instituto nacional seguro social - INSS	**-**	-	**57**	57
	24.335	24.081	**24.746**	24.765

(*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

9. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes dos investimentos das controladas e da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. ("CSC"):

Resumo da composição dos investimentos:

	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	CSC	Total
Investimentos	33.593	29.053	7.313	81.789	27.159	4.695	3.546	187.148
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**33.593**	**29.053**	**7.313**	**98.348**	**27.159**	**4.695**	**3.546**	**203.707**
Em 01 de janeiro de 2015	11.685	23.985	7.830	106.944	67.134	4.164	34.338	256.080
Dividendos	-	(8.035)	(822)	(81.682)	-	-	-	(90.539)
Juros sobre o capital próprio	-	(1.408)	-	(5.537)	-	-	-	(6.945)
Resultado da equivalência patrimonial	(11.942)	12.349	813	82.615	(11.028)	(30)	(27.661)	45.116
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	320	-	-	-	320
Aporte de capital	29.522	-	-	-	-	-	18.105	47.627
Em 31 de dezembro de 2015	29.265	26.891	7.821	102.660	56.106	4.134	24.782	251.659
Dividendos	**-**	**(2.773)**	**(998)**	**(26.335)**	**-**	**(1.412)**	**-**	**(31.518)**
Juros sobre o capital próprio	**-**	**(2.096)**	**-**	**(6.680)**	**-**	**-**	**-**	**(8.776)**
Resultado da equivalência patrimonial	**4.328**	**7.031**	**490**	**29.127**	**(28.947)**	**1.973**	**(29.337)**	**(15.335)**
Equivalência dos resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**(424)**	**-**	**-**	**-**	**(424)**
Aporte de capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.101**	**8.101**
Em 31 de dezembro de 2016	**33.593**	**29.053**	**7.313**	**98.348**	**27.159**	**4.695**	**3.546**	**203.707**

O saldo de investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2016 no montante de R$ 3.546 (R$ 24.782 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao investimento na controlada em conjunto CSC. Durante o exercício de 2016 foram realizados aportes de capital no montante de R$ 8.101 (R$ 18.105 em 2015).

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas e participação em controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2016:

	Controladas						Controlada em Conjunto
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner	Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.
Ativo circulante	12.515	27.000	1.369	127.103	20.124	1.703	71.635
Ativo não circulante	88.743	14.954	6.126	102.882	31.798	4.565	116.678
Passivo circulante	16.116	9.338	182	80.398	7.761	12	67.406
Passivo não circulante	50.786	3.561	-	64.222	16.999	1.554	114.997
Patrimônio líquido	34.356	29.055	7.313	85.365	27.162	4.702	5.910
Participação proporcional	99,9900%	99,9946%	99,9977%	99,9977%	99,9900%	99,8400%	60%
Lucro não realizado nos estoques	(760)	-	-	(3.574)	-	-	-
Valor contábil do investimento	33.593	29.053	7.313	81.789	27.159	4.695	3.546
Receita operacional líquida	20.098	72.286	-	309.513	47.918	-	48.434
Custo dos produtos vendidos	(38.340)	(54.918)	-	(181.260)	(38.340)	-	(55.621)
Lucro não realizado nos estoques	(75)	-	-	2.126	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	4.328	7.031	490	29.128	(28.950)	1.976	(48.895)
Atribuível a:							
Participação da Companhia	4.328	7.031	490	29.127	(28.947)	1.973	(29.337)

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldos:		
Ativo circulante		
Eternit da Amazônia (ii)	**19**	255
Precon (i)	**145**	1.096
SAMA (ii)	**328**	1.254
Tégula (i) e (ii)	**41**	171
Companhia Sulamericana de Cerâmica (i) e (ii)	**718**	2.818
	1.251	5.594
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:		
SAMA	**5.600**	17.848
Prel	**127**	122
Precon	**2.228**	2.723
Tégula	**706**	706
	8.661	21.399
Adiantamento a fornecedores:		
Eternit da Amazônia (i)	**4.907**	3.454
	4.907	3.454
Total do ativo circulante	**14.819**	30.447
Ativo não circulante		
Mútuo		
Companhia Sulamericana de Cerâmica (iii)	**15.985**	-
Tégula (iii)	**11.997**	9.711
Total do ativo não circulante	**27.982**	9.711
Total do ativo	**42.801**	40.158

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante		
Fornecedores		
Eternit da Amazônia (i)	**1.155**	4.545
Precon (i)	**1.947**	707
SAMA (i)	**19.539**	6.681
	22.641	11.933
Outras contas a pagar		
Precon (i) e (ii)	**1.441**	29
Prel (ii)	**75**	110
Wagner (iii)	**1.191**	13
Tégula (i)	**9**	100
Sama (ii)	**36**	71
	2.752	323
Total do passivo circulante	**25.393**	12.256
Saldos:		
Passivo não circulante		
Mútuo		
SAMA (iii)	**31.276**	35.382
Prel (iii)	**1.736**	2.346
Wagner (iii)	**3.000**	3.000
Total do passivo não circulante	**36.012**	40.728
Total do passivo	**61.405**	52.984

(i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, prestação de serviços e/ou contratos de locação, eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. O empreendimento controlado em conjunto, que possui consolidação por equivalência patrimonial, não é eliminado no consolidado.

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Controladora							
	Vendas		Compras		Outras despesas		Outras receitas	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Precon	**10.084**	1.906	**4.666**	707	**-**	-	**-**	-
Tégula	**196**	209	**-**	-	**-**	-	**-**	-
SAMA	**-**	-	**67.734**	81.958	**-**	-	**-**	-
Eternit da Amazônia	**-**	-	**19.837**	14.703	**-**	-	**-**	-
Companhia Sulamericana de Cerâmica	**1.839**	299	**-**	-	**-**	-	**-**	-
Despesas administrativas								
Prel	**-**	-	**-**	-	**1.175**	1.101	**-**	-
Precon	**-**	-	**-**	-	**26**	-	**-**	-
Sama	**-**	-	**-**	-	**36**	-	**-**	-
Juros sobre mútuo								
Sama	**-**	-	**-**	-	**5.043**	4.269	**-**	-
Tégula	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**1.395**	1.163
Companhia Sulamericana de Cerâmica	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**1.332**	1.209
Juros sobre capital próprio								
Sama	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**6.681**	5.538
Precon	**-**	-	**-**	-	**-**	-	**2.096**	1.408
Total	**12.119**	2.414	**92.237**	97.368	**6.280**	5.370	**11.504**	9.318

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Salários, honorários e benefícios	**5.957**	5.100	**7.170**	6.201
Encargos sociais	**1.644**	1.365	**2.013**	1.702
Participação nos lucros - PLRE	**1.080**	1.859	**1.220**	2.066
PLRE complementar	**-**	714	**-**	737
Benefício pós-emprego	**85**	87	**85**	114
	8.766	9.125	**10.488**	10.820

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo oferece PLRE complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse PLRE complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a até 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a posição acionária da Diretoria era de 1.212.660 ações - ETER3 (1.852.748 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

	Movimentação das ações da Diretoria
Em dezembro de 2015	**1.852.748**
Compra	-
Venda	(383.100)
Outros	(256.988)
Em dezembro de 2016	**1.212.660**

11. IMOBILIZADO

Política contábil

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

	Controladora									
Custo	**Terrenos**	**Edifícios e benfeitorias**	**Máquinas e equipamentos**	**Ferramentas e moldes**	**Instalações**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Imobilizações em andamento**	**Total**
Saldos em 01 de janeiro de 2015	2.021	33.485	110.014	13.082	83.746	1.659	6.044	4.351	28.980	283.382
Adições	-	-	1.408	-	-	-	-	-	19.929	21.337
Baixas	-	-	(19)	-	(6)	(244)	(11)	(71)	-	(351)
Transferências	1.157	1.769	31.590	454	2.758	-	378	455	(38.561)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	107	107
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.178	35.254	142.993	13.536	86.498	1.415	6.411	4.735	10.455	304.475
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.662**	**8.662**
Baixas	**-**	**(1)**	**(167)**	**-**	**(30)**	**(66)**	**(20)**	**(171)**	**-**	**(455)**
Transferências	**-**	**438**	**15.234**	**542**	**2.159**	**-**	**96**	**205**	**(18.674)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**3.178**	**35.691**	**158.060**	**14.078**	**88.627**	**1.349**	**6.487**	**4.769**	**443**	**312.682**
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA 3
BRADESCO SA -CTVM 20
BRADESPAR SA 14
ETERNIT SA 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 127 • Número 54
São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

...continuação

Depreciação acumulada	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
	Controladora									
Saldos em 01 de janeiro de 2015	-	(20.079)	(48.278)	(10.664)	(51.479)	(1.036)	(3.158)	(3.029)	-	(137.723)
Adições	-	(791)	(3.804)	(748)	(5.708)	(71)	(495)	(435)	-	(12.052)
Baixas	-	-	19	-	1	120	9	71	-	220
Transferências	-	-	(3)	-	3	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(20.870)	(52.066)	(11.412)	(57.183)	(987)	(3.644)	(3.393)	-	(149.555)
Adições	**-**	**(836)**	**(5.026)**	**(601)**	**(5.695)**	**(51)**	**(490)**	**(454)**	**-**	**(13.153)**
Baixas	**-**	**1**	**155**	**-**	**30**	**66**	**16**	**170**	**-**	**438**
Transferências	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**-**	**(21.705)**	**(56.937)**	**(12.013)**	**(62.848)**	**(972)**	**(4.118)**	**(3.677)**	**-**	**(162.270)**
Valor residual										
Em 01 de janeiro de 2015	2.021	13.406	61.736	2.418	32.267	623	2.886	1.322	28.980	145.659
Em 31 de dezembro de 2015	3.178	14.384	90.927	2.124	29.315	428	2.767	1.342	10.455	154.920
Em 31 de dezembro de 2016	**3.178**	**13.986**	**101.123**	**2.065**	**25.779**	**377**	**2.369**	**1.092**	**443**	**150.412**

Custo	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Desmobilização da mina	Obras de contenção na mina	Imobilizações em andamento	Total
	Consolidado													
Saldos em 01 de janeiro de 2015	5.404	82.019	207.804	30.058	26.855	230.168	23.675	1.776	18.238	9.315	5.778	13.387	107.222	761.699
Adições	-	-	1.418	-	13	-	-	-	-	10	-	-	47.526	48.967
Baixas	-	(276)	(3.627)	(2)	-	(18)	(474)	(58)	(655)	(357)	-	-	-	(5.467)
Transferências	1.157	6.368	121.732	657	454	10.460	473	-	728	731	-	-	(142.760)	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844	844
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.561	88.111	327.327	30.713	27.322	240.610	23.674	1.718	18.311	9.699	5.778	13.387	12.832	806.043
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14.587**	**14.587**
Baixas	**(916)**	**(5.257)**	**(14.807)**	**-**	**(7.004)**	**(4.725)**	**(1.557)**	**-**	**(428)**	**(686)**	**-**	**-**	**(8)**	**(35.388)**
Transferências	**10**	**(2.093)**	**17.336**	**146**	**3.291**	**8.424**	**-**	**-**	**(2.553)**	**314**	**805**	**-**	**(25.680)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**5.655**	**80.761**	**329.856**	**30.859**	**23.609**	**244.309**	**22.117**	**1.718**	**15.330**	**9.327**	**6.583**	**13.387**	**1.731**	**785.242**
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação acumulada														
Saldos em 01 de janeiro de 2015	-	(49.168)	(110.751)	(23.546)	(22.338)	(170.197)	(19.907)	(1.604)	(9.975)	(6.708)	(1.550)	(4.271)	-	(420.015)
Adições	-	(1.824)	(9.604)	(4.265)	(2.137)	(14.354)	(1.467)	(124)	(1.256)	(886)	(231)	(812)	-	(36.960)
Baixas	-	11	3.617	2	-	16	296	58	622	357	-	-	-	4.979
Transferências	-	-	1	-	-	3	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(50.981)	(116.737)	(27.809)	(24.475)	(184.532)	(21.078)	(1.670)	(10.613)	(7.237)	(1.781)	(5.083)	-	(451.996)
Adições	**-**	**(2.221)**	**(11.899)**	**(2.244)**	**(1.486)**	**(13.926)**	**(839)**	**(46)**	**(1.146)**	**(880)**	**(263)**	**(823)**	**-**	**(35.773)**
Baixas	**-**	**2.101**	**6.226**	**-**	**6.619**	**2.807**	**1.527**	**-**	**304**	**659**	**-**	**-**	**-**	**20.243**
Transferências	**-**	**1.453**	**(1.147)**	**-**	**(1.085)**	**(822)**	**(2)**	**-**	**1.602**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**-**	**(49.648)**	**(123.557)**	**(30.053)**	**(20.427)**	**(196.473)**	**(20.392)**	**(1.716)**	**(9.853)**	**(7.457)**	**(2.044)**	**(5.906)**	**-**	**(467.526)**
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2015	5.404	32.851	97.053	6.512	4.517	59.971	3.768	172	8.263	2.607	4.228	9.116	107.222	341.684
Em 31 de dezembro de 2015	6.561	37.130	210.590	2.904	2.847	56.078	2.596	48	7.698	2.462	3.997	8.304	12.832	354.047
Em 31 de dezembro de 2016	**5.655**	**31.113**	**206.299**	**806**	**3.182**	**47.836**	**1.725**	**2**	**5.477**	**1.870**	**4.539**	**7.481**	**1.731**	**317.716**

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor de custo de R$ 2.150 (R$ 2.150 em 31 de dezembro de 2015).

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Mercado interno	**18.989**	21.244	**31.694**	36.318
Mercado externo	**1.613**	2.678	**1.872**	5.102
	20.602	23.922	**33.566**	41.420

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política contábil

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("*pro rata temporis*"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

No exercício de 2016 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos que foram diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos qualificáveis, totalizando o montante de R$ 737. O saldo capitalizado em 2015 foi de R$ 13.959 e a taxa média de juros efetivos para determinar o montante dos custos dos empréstimos passíveis de capitalização foi de 2,26% a.a.

	Taxa de juros e comissões - %	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,76% a 9,85% a.a. + TJLP e 10%	**1.487**	1.610	**2.282**	5.105
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,87% a 3,07% a.a.	**2.875**	3.082	**12.115**	14.910
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	De 2,19% a 2,73% a.a.	**4.255**	1.566	**4.255**	1.566
Moeda nacional (*leasing* financeiro) para aquisição de equipamentos de informática	1,14 a 1,23% a.a.	**-**	-	**9**	251
Moeda nacional para capital de giro (NCE - Nota de crédito exportação	117,60% a.a.	**-**	-	**21.091**	68.406
Moeda estrangeira para capital de giro (ACE - Adiantamento de Contrato de Exportação)	De 3,17% a 4,20% a.a.	**-**	-	**11.552**	-
Moeda nacional para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% a 8,24% a.a.	**-**	-	**165**	-
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	2,78% a.a.	**1.720**	-	**1.720**	-
Moeda estrangeira para capital de giro (NCE - Nota de Crédito de Exportação)	De 3,46% a 3,65% a.a.	**-**	-	**15.561**	-
Total circulante		**10.337**	6.258	**68.750**	90.238
Não circulante:					
Moeda nacional para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,76% a 9,85% a.a. + TJLP e 10%	**1.365**	2.763	**2.008**	4.207
Moeda estrangeira para aquisição de máquinas e equipamentos	De 2,87% a 3,07% a.a.	**1.341**	5.274	**15.470**	36.245
Moeda estrangeira para aquisição de matéria-prima	De 2,19% a 2,73% a.a.	**1.656**	8.257	**1.656**	8.257
Moeda nacional para aquisição de máquinas, equipamentos e serviços	De 7,06% a 8,24% a.a.	**-**	-	**36.492**	28.245
Total não circulante		**4.362**	16.294	**55.626**	76.954
Total		**14.699**	22.552	**124.376**	167.192

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Fluxo de pagamento do não circulante:				
2017	**-**	10.984	**-**	24.408
2018	**3.637**	5.231	**13.468**	19.967
2019	**725**	79	**9.720**	9.565
2020	**-**	-	**4.131**	3.138
2021	**-**	-	**4.055**	3.138
2022 até 2027	**-**	-	**24.252**	16.738
	4.362	16.294	**55.626**	76.954

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras às quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2016, tais como (i) instalar pedido de falência, recuperação judicial ou extra judicial, (ii) diminuição do patrimônio da companhia e montantes que possam torna-los incapazes de liquidar as obrigações previstas em contrato, (iii) ser condenado por decisão final ou assinar acordo de leniência pela prática de atos ou condutas lesivas a administração públicas. Eventuais garantias estão divulgadas na nota explicativa 28.

14. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Férias	**8.576**	9.297	**14.322**	15.726
Participação nos lucros e resultados (a)	**1.314**	2.821	**4.232**	7.120
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	**576**	622	**1.002**	1.056
Instituto nacional do seguro social - INSS	**1.941**	2.115	**3.388**	3.352
Outros	**6**	3	**444**	468
	12.413	14.858	**23.388**	27.722

(a) O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados 31/12/2016	Participação nos lucros e resultados 31/12/2015
Controladora	**109**	4.168
Consolidado	**2.955**	7.465

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	**-**	-	**1.940**	1.188
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	**-**	-	**344**	698
Demais tributos				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	**8.108**	5.176	**10.657**	7.989
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	**2.410**	2.227	**2.832**	2.538
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	**1.960**	1.175	**2.639**	2.444
Programa de integração social - PIS	**397**	241	**545**	508
Impostos de renda retido na fonte - IRRF	**1.021**	1.708	**1.967**	2.504
Imposto sobre operações financeiras - IOF	**31**	12	**74**	28
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais	**-**	-	**885**	1.423
Outros	**103**	158	**377**	547
Total	**14.030**	10.697	**22.260**	19.867
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (*)	**1.746**	6.477	**4.699**	8.969

(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM, PRODUZIR na controlada Tégula e INCENTIVO de 7% e 90,25% respectivamente na Eternit da Amazônia.

16. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Política contábil

Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

I) Benefícios futuros de saúde

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos foram revisados e atualizados para o exercício de 2016.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa anual de juro atuarial real	6,14%	7,27%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	3,80%
Taxa anual de inflação projetada	5,15%	6,49%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

b) Passivo de plano de benefício pós-emprego

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Circulante	**3.184**	2.749	**5.115**	4.890
Não circulante	**37.128**	31.839	**50.104**	44.437
	40.312	34.588	**55.219**	49.327

c) Despesa líquida com benefício em 2016 (reconhecida no resultado)

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Custo dos juros e serviços corrente	**4.653**	3.930	**6.318**	5.892
Benefícios pagos	**(2.752)**	(2.624)	**(4.892)**	(4.453)
Resultado líquido com benefício	**1.901**	1.306	**1.426**	1.439

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora	Consolidado
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2015	22.747	31.285
Custo dos juros e serviços corrente	3.930	5.892
Benefícios pagos	(2.624)	(4.453)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2015	**24.053**	**32.724**
Custo dos juros e serviços corrente	**4.653**	**6.318**
Benefícios pagos	**(2.752)**	**(4.892)**
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2016	**25.954**	**34.150**

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2016:

	Controladora	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2016	34.588	49.327
Custo dos juros e serviços corrente	4.653	6.318
Benefícios pagos	(2.752)	(4.892)
Ajustes de experiência	3.823	4.466
Em 31 de dezembro de 2016	**40.312**	**55.219**

f) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de descontos sobre as obrigações calculadas: Real	Aumento (1%)	Redução (1%)	Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas: Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	40.312	36.905	44.035	40.312	43.914	37.010
Variação		**(8,45%)**	**9,24%**		**8,94%**	**(8,19%)**

Consolidado	Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas: Real	Aumento (1%)	Redução (1%)	Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas: Real	Aumento (1%)	Redução (1%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	55.219	50.551	60.318	55.219	60.152	50.695
Variação		**(8,45%)**	**9,24%**		**8,94%**	**(8,19%)**

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Dentro dos próximos 12 meses	**3.184**	2.749	**5.115**	4.890
Entre 2 e 5 anos	**11.058**	10.694	**15.688**	14.807
Entre 6 e 10 anos	**10.785**	10.603	**14.606**	14.650
Após 10 anos	**15.285**	10.542	**19.810**	14.980
	40.312	34.588	**55.219**	49.327

II) Plano de suplementação de aposentadoria

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. Não existe necessidade de complemento à provisão registrada em 31 de dezembro de 2016.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Contribuições efetuadas o exercício findo:	**1.242**	1.377	**3.280**	3.846

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no montante era de R$ 334.251 e estava representado por 179.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
Composição acionária	**Acionistas**	**Ações**	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	**10.507**	**138.669.276**	10.753	126.183.006
Pessoas jurídicas	**80**	**2.698.925**	92	3.213.774
Pessoas residentes no exterior	**71**	**12.990.161**	91	14.323.451
Clubes, fundos e fundações	**62**	**24.582.906**	88	35.221.037
	10.720	**178.941.268**	11.024	178.941.268
Ações em tesouraria	**1**	**58.732**	1	58.732
	10.721	**179.000.000**	11.025	179.000.000

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R$ 78 (R$ 123 em 31 de dezembro de 2015).

c) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo/lucro líquido aos montantes usados para calcular o prejuízo/lucro básico e diluído por ação.

	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015
Efeito da diluição		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício atribuível aos controladores	**(37.683)**	29.420
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	**178.941**	178.941
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação - R$	**(0,2106)**	0,1644

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) Dividendos

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2016, representam:

	Controladora e consolidado 31/12/2016	Controladora e consolidado 31/12/2015
Juros sobre capital próprio	**-**	7.118
Dividendos	**-**	-
Proventos de períodos anteriores	**426**	416
	426	7.534

e) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e consolidado 31/12/2016	Controladora e consolidado 31/12/2015
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(37.683)**	29.420
Constituição de Reservas		
Legal	**-**	(1.471)
Estatutária	**-**	(1.471)
(Absorção de prejuízo)/Retenção de lucros (i)	**37.683**	(1.784)
Lucro disponível	**-**	24.694
Dividendos propostos e pagos	**-**	1.611
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	**-**	23.083
Total	**-**	24.694
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	**-**	6.620

(i) Prejuízo do exercício transferido para a conta de absorção de prejuízo

f) Orçamento de capital - aplicação de recursos

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital de 2017 serão adquiridos com recursos próprios e/ou terceiros.

Manutenção e atualização do parque industrial	18.303

18. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

Política contábil

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas e são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Tégula - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Tégula Soluções para Telhados possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO. A empresa utilizou a totalidade do montante contratado de R$ 6.910 restando saldo a utilizar de R$ 1.424.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor do benefício totalizou R$ 662 (R$ 881 em 31 de dezembro de 2015). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Precon - Subvenção para investimento - Agência de Fomento Goiás S.A. empresa do Estado de Goiás - Fomentar

A Precon Goiás Industrial Ltda. possui o benefício fiscal de redução de 70% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Anápolis/GO. A empresa utilizou R$ 54.118 do montante contratado, restando um saldo de R$ 16.038 a utilizar até o término do contrato deste benefício, em 31/12/2020.

No exercício de 2016 o valor do benefício totalizou R$ 2.032 (R$ 2.914 em 31 de dezembro de 2015). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Programa de desenvolvimento industrial de Goiás - Produzir

A empresa Eternit S.A. possui benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no munícipio de Goiânia/GO. A empresa utilizou R$ 29.826 do montante contratado, restando um saldo de R$ 33.290 a utilizar até o término do contrato deste benefício, sendo o residual atualizado ao IGPM, de 31/12/2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o valor do benefício totalizou R$ 6.083 (R$ 4.008 em 31 de dezembro de 2015). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Eternit - Subvenção para investimento - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

A Companhia possui o benefício de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis com base no lucro da exploração em favor da Eternit S.A. O prazo do benefício expira no ano calendário 2020.

O histórico das leis e concessão do benefício fiscal relacionados a cada um dos programas mencionados foram divulgados pela administração nestas demonstrações contábeis.

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA 3
BRADESCO SA -CTVM 20
BRADESPAR SA 14
ETERNIT SA 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 127 • Número 54 Página 10
São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2017
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente nas empresas do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(44.434)**	20.940	**(27.727)**	68.617
Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	**15.108**	(7.120)	**9.427**	(23.330)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	**(5.214)**	15.339	**(9.975)**	(9.405)
Juros sobre o capital próprio	**(2.984)**	7.738	**-**	10.099
Doações e brindes	**(56)**	(176)	**(859)**	(969)
Tributos e multas indedutíveis	**(96)**	(80)	**(164)**	(128)
Incentivo Fiscal	**-**	-	**271**	798
Contingências trabalhistas	**(36)**	(7.177)	**(36)**	(7.177)
Provisão Pis e Cofins (receitas financeiras)	**(375)**	-	**(375)**	-
Resultado operação *swap*	**(171)**	-	**(436)**	-
Prejuízo fiscal sem constituição do diferido	**-**	-	**(5.315)**	(2.919)
Outras (adições) exclusões líquidas	**575**	(44)	**(2.493)**	(6.165)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**6.751**	8.480	**(9.955)**	(39.196)
Taxa efetiva	**-16,6%**	40,5%	**41,6%**	-57,1%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos pode apresentar alterações, pois, grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2015	24.750	53.299
Constituição diferenças temporárias	8.121	75.949
Reversão diferenças temporárias	(6.524)	(70.078)
Constituição sobre prejuízo fiscal	7.917	7.917
Reversão sobre prejuízo fiscal	-	(3.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	34.264	63.823
Constituição diferenças temporárias	**8.862**	**70.756**
Reversão diferenças temporárias	**(6.781)**	**(66.837)**
Constituição sobre prejuízo fiscal	**5.970**	**5.970**
Lucro nos Estoques	**-**	**(1.057)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**42.315**	**72.655**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	**18.995**	13.026	**25.402**	19.432
Benefício pós-emprego	**13.706**	11.760	**18.774**	18.224
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**7.610**	7.702	**19.714**	17.841
Lucros não realizados nos estoques	**-**	-	**2.232**	3.289
Provisão para perdas no recebimento de créditos	**1.660**	1.321	**2.810**	2.699
Provisão para participação nos lucros e resultados	**447**	959	**1.429**	2.398
Provisão para perda do imobilizado	**1.271**	1.271	**1.271**	1.271
Mercadorias não embarcadas	**-**	-	**821**	1.470
Outras provisões	**(1.374)**	(1.775)	**202**	(2.801)
	42.315	34.264	**72.655**	63.823

Expectativa de realização dos créditos tributários

i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	**31/12/2016**
2017	**748**	**1.067**
2018	**1.579**	**1.974**
2019	**2.216**	**2.684**
2020	**2.823**	**3.387**
2021 a 2026	**11.629**	**16.290**
	18.995	**25.402**

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2016, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R$ 47.591 e saldo de base negativa de contribuição social de R$ 42.758, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2016, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii. Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2016	**31/12/2016**
2017	**6.057**	**11.299**
2018	**1.918**	**9.002**
2019	**1.918**	**2.847**
2020	**1.919**	**4.476**
2021 a 2026	**11.508**	**19.629**
	23.320	**47.253**

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro da Companhia, com base nas informações disponíveis até a data de autorização destas demonstrações contábeis para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, cujos impactos possam ser confiavelmente mensurados, conforme apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Processos trabalhistas (i)	**39.280**	39.177	**51.282**	48.581
Processos cíveis	**-**	-	**5.578**	4.918
Processos tributários (ii)	**7.695**	7.919	**33.143**	30.782
	46.975	47.096	**90.003**	84.281

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora		
	Provisões Trabalhistas	**Provisões Tributárias**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2015	20.258	5.968	26.226
Adições	23.466	1.956	25.422
Pagamentos	(843)	-	(843)
Baixas	(1.892)	-	(1.892)
Reversões	(1.812)	(5)	(1.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	39.177	7.919	47.096
Adições	**2.167**	**1.078**	**3.245**
Baixas	**(1.325)**	**(140)**	**(1.465)**
Reversões	**(739)**	**(1.162)**	**(1.901)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**39.280**	**7.695**	**46.975**

	Consolidado		
	Provisões trabalhistas	**Provisões cíveis**	**Provisões tributárias**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2015	29.225	4.930	25.394	59.549
Adições	23.904	-	5.394	29.298
Pagamentos	(843)	-	-	(843)
Baixas	(1.892)	-	-	(1.892)
Reversões	(1.813)	(12)	(6)	(1.831)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	48.581	4.918	30.782	84.281
Adições	**5.207**	**660**	**3.663**	**9.530**
Baixas	**(1.545)**	**-**	**(140)**	**(1.685)**
Reversões	**(961)**	**-**	**(1.162)**	**(2.123)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**51.282**	**5.578**	**33.143**	**90.003**

i) Na área trabalhista as principais provisões englobam

a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras.

b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia. Nesta ação se discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da unidade industrial cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA também Vara do Trabalho, razão pela qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01 de março de 2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A Companhia apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são: Foram excluídas as seguintes condenações, indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 100 milhões; indenização por danos morais no valor de R$ 50 mil em favor de cada ex-trabalhador não diagnosticado com doenças relacionadas ao Amianto; toda e qualquer discussão acerca de familiares de ex-empregados. Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em favor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao Amianto para R$ 100 mil e R$ 50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-trabalhador falecido após o ajuizamento das ações para R$ 100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: Assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao Amianto. Desta decisão caberá recursos pelas partes. A provisão foi constituída considerando as incertezas que rodeiam o valor reconhecido por vários meios de acordo com as circunstâncias. Estando em linha com o IAS 37.39 (CPC 25.39), que prevê que na mensuração de provisão que envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.

ii) Na área tributária as principais provisões englobam

Variação de valores recolhidos a título de ICMS;
Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS; e
Diferença de valores reconhecidos relacionados à CEFEM.

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível

Em 31 de dezembro de 2016, existiam reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda possível e que podem ser mensurados confiavelmente, o montante consolidado de R$ 15.146 (R$ 19.526 em 31 de dezembro de 2015), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Adicionalmente, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis e onde alguns valores não são mensuráveis até a presente data:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, bem como ação popular com o mesmo objeto das ações civis públicas, cujo valor da ação monta em R$ 40.000.

b) Ações civis públicas consumeristas nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados.

c) Ação de improbidade administrativa relacionada à compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CEFEM, cujo valor monta em R$ 38.795, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza, no valor de R$ 13.729.

d) Ação civil pública e uma ação popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.

e) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item i "b", desta nota foi considerada como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

f) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra a Companhia perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação discutem assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivo no valor de R$ 1 bilhão. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações ainda não foram julgadas.

Os depósitos judiciais para garantias de execução e depósitos recursais vinculados às provisões para riscos, estão classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Receita bruta de vendas	**655.962**	679.553	**1.048.748**	1.221.417
Descontos e abatimentos incondicionais	**(1.519)**	(2.879)	**(1.867)**	(3.383)
Impostos incidentes sobre as vendas	**(159.680)**	(165.584)	**(219.606)**	(243.162)
Receita operacional líquida	**494.763**	511.090	**827.275**	974.872

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	**(394.446)**	(384.403)	**(564.073)**	(598.115)
Despesas com vendas	**(60.616)**	(58.313)	**(106.593)**	(114.704)
Despesas gerais, administrativas	**(39.740)**	(48.272)	**(89.134)**	(106.961)
Remuneração da administração	**(8.055)**	(7.121)	**(11.527)**	(11.444)
	(502.857)	(498.109)	**(771.327)**	(831.224)
Matéria-prima consumida	**(258.688)**	(249.109)	**(369.725)**	(401.704)
Despesas com pessoal e encargos	**(116.133)**	(119.209)	**(160.853)**	(165.278)
Materiais, energia elétrica e serviços	**(46.416)**	(44.661)	**(57.932)**	(55.413)
Serviços de terceiros	**(19.006)**	(25.127)	**(50.178)**	(58.670)
Depreciação e amortização	**(14.880)**	(13.469)	**(38.572)**	(39.399)
Comissões sobre vendas	**(12.354)**	(12.148)	**(18.162)**	(19.905)
Despesas de vendas variáveis	**(5.919)**	(7.002)	**(26.489)**	(33.445)
Aluguel de bens móveis	**(6.537)**	(6.657)	**(10.540)**	(11.022)
Despesas com viagens	**(3.670)**	(5.508)	**(6.310)**	(8.491)
Despesas com material e serviços de informática	**(4.138)**	(4.097)	**(6.423)**	(6.561)
Propaganda e publicidade	**(9.029)**	(4.707)	**(10.633)**	(9.323)
Contribuição para entidades de classe	**(1.544)**	(2.920)	**(5.760)**	(12.704)
Impostos e taxas	**(1.200)**	(647)	**(4.124)**	(3.551)
Perda em créditos de liquidação duvidosa líquidos de reversões	**(1.980)**	(1.493)	**(3.420)**	(2.531)
Outras	**(1.363)**	(1.355)	**(2.206)**	(3.227)
	(502.857)	(498.109)	**(771.327)**	(831.224)

23. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Outras receitas operacionais:				
Vendas de bens do imobilizado	**22**	784	**3.395**	876
Amostra para teste de produtos (ii)	**-**	1.186	**-**	1.186
Dividendos e juros sobre capital próprios	**67**	70	**67**	70
Reversão de provisão para riscos trabalhistas	**-**	1.753	**222**	1.753
Aluguéis	**-**	-	**820**	1.490
Crédito extemporâneo PIS e COFINS	**-**	-	**9.492**	3.552
Crédito - ICMS (ii)	**-**	-	**2.581**	2.126
Fundo FI - previdência privada (i)	**-**	-	**-**	1.956
Recebimento de depósito recursal	**9**	-	**254**	-
Recebimentos eventuais	**150**	-	**150**	-
Vendas de sucatas	**199**	-	**555**	-
Outras (ii)	**108**	975	**1.211**	1.098
	555	4.768	**18.747**	14.107
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(129)**	(21.197)	**(951)**	(21.634)
Provisão para benefício pós-emprego	**(4.653)**	(3.818)	**(6.318)**	(5.117)
Recuperação ambiental	**-**	-	**(1.262)**	(1.093)
Impostos sobre outras vendas (ii)	**(40)**	(48)	**(496)**	(808)
Garantia de qualidade	**(967)**	(1.025)	**(1.192)**	(1.389)
Substituição de produto avariado (ii)	**(291)**	(367)	**(306)**	(399)
Gastos de paradas excepcionais (ii)	**(3.001)**	(721)	**(7.228)**	(2.334)
Gastos jurídicos com ação civil pública	**(4.000)**	-	**(4.000)**	-
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	**(1.531)**	(1.169)	**(3.084)**	(1.691)
Custo da baixa do imobilizado e intangível	**(17)**	(684)	**(272)**	(1.041)
FibraPrev - previdência privada	**-**	-	**(5.388)**	-
Outras (ii)	**(752)**	(854)	**(3.986)**	(2.445)
	(15.381)	(29.883)	**(34.483)**	(37.951)
Total	**(14.826)**	(25.115)	**(15.736)**	(23.844)

(i) Crédito compensado de previdência privada parte empresa em fundo inominado constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

(ii) Visando à melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, Companhia efetuou as reclassificações no grupo de outras no saldo de 31 de dezembro de 2015. Na linha de outras receitas foram reclassificados R$ 3.312. Na linha de outras despesas foram reclassificados R$ 430.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Política

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Receitas financeiras:				
Rendimentos aplicações financeiras - incluindo certificados de depósitos bancários	**255**	993	**1.235**	3.735
Descontos obtidos	**245**	93	**665**	267
Juros ativos	**4.161**	3.620	**5.189**	6.189
Variações monetárias ativas	**1.079**	966	**1.097**	1.008
Variações cambiais ativas	**15.429**	2.090	**42.556**	74.005
Outras receitas financeiras	**-**	-	**-**	5
	21.169	7.762	**50.742**	85.209
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	**(1.028)**	(743)	**(5.175)**	(3.035)
Juros sobre mútuo	**(5.043)**	(4.269)	**-**	-
Juros passivos	**(163)**	(234)	**(8.533)**	(5.472)
Despesas bancárias	**(2.238)**	(1.341)	**(2.658)**	(1.686)
Descontos concedidos	**(2.977)**	(2.346)	**(4.677)**	(4.226)
IOF	**(593)**	(550)	**(885)**	(1.057)
PIS e COFINS - juros sobre capital próprio	**(899)**	(1.441)	**(972)**	(1.593)
Variações cambiais passivas	**(12.315)**	(6.233)	**(41.928)**	(85.133)
Variações monetárias	**(1.693)**	(2.285)	**(5.584)**	(5.869)
Outras despesas financeiras	**(399)**	(362)	**(823)**	(664)
	(27.348)	(19.804)	**(71.235)**	(108.735)
Resultado financeiro líquido	**(6.179)**	(12.042)	**(20.493)**	(23.526)

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração definiu como segmentos operacionais Fibrocimento, Mineral Crisotila e Telhas de Concreto, assim como área geográfica de atuação. As informações apresentadas nas colunas outros referem-se a gastos não diretamente atribuíveis aos segmentos de Fibrocimento, Mineral Crisotila e Telhas de Concreto, entre outros.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

Descrição	**Controladora e Consolidado**
	Área geográfica
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
Mineral crisotila	Mercados local e externo
Telhas de concreto	Mercado local
Outros	Mercado local

As principais informações consolidadas por segmento de negócio, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são as seguintes:

		31/12/2016							
		Ativo total	**Passivo**	**Receita líquida**	**Lucro bruto**	**Lucro (prejuízo) antes dos impostos**	**Depreciação e amortização**	**Resultado financeiro**	**IRPJ/CSLL**
Fibrocimento									
	Sudeste	**254.781**	**27.460**	**96.919**	**19.638**	**(3.385)**	**(4.655)**	**(1.051)**	**916**
	Sul	**48.207**	**36.721**	**147.288**	**29.889**	**(5.099)**	**(5.197)**	**(1.597)**	**1.393**
	Centro-Oeste	**85.579**	**48.534**	**191.667**	**44.567**	**(963)**	**(4.810)**	**(2.078)**	**1.812**
	Norte e Nordeste	**32.219**	**25.147**	**90.496**	**18.337**	**(3.161)**	**(2.620)**	**(981)**	**856**
		420.786	**137.862**	**526.370**	**112.431**	**(12.608)**	**(17.282)**	**(5.707)**	**4.977**
Mineral crisotila									
	Mercado local	**229.984**	**144.620**	**92.877**	**58.714**	**21.893**	**(5.953)**	**(6.514)**	**(5.016)**
	Mercado externo	**-**	**-**	**134.245**	**72.761**	**19.539**	**(8.661)**	**(9.415)**	**(7.250)**
		229.984	**144.620**	**227.122**	**131.475**	**41.432**	**(14.614)**	**(15.929)**	**(12.266)**
Telhas de concreto	Mercado local	**48.609**	**21.601**	**41.804**	**9.284**	**(24.669)**	**(3.107)**	**(1.522)**	**(672)**
Outros (*)	Mercado local	**143.069**	**78.716**	**31.979**	**10.012**	**(31.882)**	**(3.569)**	**2.665**	**(1.994)**
Total		**842.448**	**382.799**	**827.275**	**263.202**	**(27.727)**	**(38.572)**	**(20.493)**	**(9.955)**

(*) Contemplado (R$ 29.337) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

		31/12/2015							
		Ativo total	**Passivo**	**Receita líquida**	**Lucro bruto**	**Lucro (prejuízo) antes dos impostos**	**Depreciação e amortização**	**Resultado financeiro**	**IRPJ/CSLL**
Fibrocimento									
	Sudeste	226.850	48.611	95.639	23.709	(3.868)	(3.420)	(1.851)	707
	Sul	52.191	64.034	148.870	36.947	(5.979)	(4.927)	(2.892)	1.104
	Centro-Oeste	83.936	79.226	216.798	59.005	(3.510)	(3.751)	(4.212)	1.608
	Norte e Nordeste	26.908	42.140	96.110	23.819	(3.894)	(2.260)	(1.867)	714
		389.885	234.011	557.417	143.480	(17.251)	(14.358)	(10.822)	4.133
Mineral crisotila									
	Mercado local	271.088	87.166	134.095	77.164	41.471	(7.068)	398	(15.973)
	Mercado externo	-	-	195.079	131.596	79.671	(10.282)	578	(23.237)
		271.088	87.166	329.174	208.760	121.142	(17.350)	976	(39.210)
Telhas de concreto	Mercado local	71.814	24.133	54.869	13.827	(6.209)	(4.990)	(2.192)	(4.064)
Outros (*)	Mercado local	200.407	87.768	33.412	10.690	(29.065)	(2.701)	(11.488)	(55)
Total		933.194	433.078	974.872	376.757	68.617	(39.399)	(23.526)	(39.196)

(*) Contemplado (R$ 27.660) de equivalência patrimonial da controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., atuante no segmento de louças. Vide nota explicativa nº 9. Investimentos.

26. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, sob a orientação de seus consultores de seguros, em 31 de dezembro de 2016, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir. Esses seguros possuem vencimento médio em julho de 2017.

Modalidade	**Bens cobertos**	**Valor da cobertura**
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R$ 322.700

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA 3
BRADESCO SA -CTVM 20
BRADESPAR SA 14
ETERNIT SA 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 127 • Número 54
São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, o Grupo mantém coberturas securitárias para os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado do Grupo, considerando os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Ativos financeiros	**Nível 1**	Nível 1	**Nível 1**	Nível 1
Mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	**3.365**	2.850	**5.143**	5.578
Aplicações financeiras	**32**	3.114	**2.708**	16.734
Contas a receber mercado externo	**-**	-	**46.124**	69.316
Total ativos financeiros	**3.397**	5.964	**53.975**	91.628
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Passivos financeiros				
Fornecedores	**20.602**	23.922	**33.566**	41.420
Empréstimos e financiamentos	**14.699**	22.552	**124.376**	167.192
	35.301	46.474	**157.942**	208.612
Mensurados ao valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos	**374**	69	**678**	69
	374	69	**678**	69
Total passivos financeiros	**35.675**	46.543	**158.620**	208.681

b) Hierarquia do valor justo

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

27.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos à vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito.

O Grupo dispõe de procedimentos para administrar e utilizar instrumentos de proteção.

I. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba quatro tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio, b) Risco de taxa de juros, c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos e d) Riscos associados ao crescimento.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Consolidado		Cotação em 31/12/2016 (US$/€ 1,00 = R$ 1,00)
	31/12/2016	31/12/2015	
Clientes no mercado externo	**46.124**	69.316	3,2585 US$
Fornecedores no mercado externo	**(1.872)**	(5.102)	3,2591 US$
ACE	**(11.552)**	-	3,2591 US$
Financiamentos (USD) (*)	**(33.495)**	(58.778)	3,2591 US$
Financiamentos (USD) *SWAP*	**(678)**	(69)	3,2591 US$
Financiamentos (EUR)	**-**	(2.200)	3,4384 €
Total da exposição cambial	**(1.473)**	3.167	

(*) Não contemplado os financiamentos com SWAP, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo.

		Taxa (*)	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
Saldos (moeda estrangeira) - Consolidado	**Risco**	**Posição em 31/12/2016**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
USD		***3,2585***	***1,6293***	***2,4439***	***4,0731***	***4,8878***
Clientes mercado externo	USD	**46.124**	23.062	34.593	57.655	69.186
USD		***3,2591***	***1,6296***	***2,4443***	***4,0739***	***4,8887***
Fornecedores mercado externo	USD	**(1.872)**	(936)	(1.404)	(2.340)	(2.808)
ACE	USD	**(11.552)**	(5.776)	(8.664)	(14.440)	(17.328)
Financiamentos (*)	USD	**(33.495)**	(16.748)	(25.121)	(41.869)	(50.243)
Financiamentos *SWAP*	USD	**(678)**	(339)	(509)	(848)	(1.017)
Total das exposições		**(1.473)**	**(737)**	**(1.105)**	**(1.842)**	**(2.210)**

(*) Não contemplado os financiamentos com SWAP, cujo o efeito está demonstrado em linha específica.

a2) Operações com Derivativos:

I - Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Contratos de *Swap* USD e CDI

II - A Companhia possui três contratos desta modalidade, cujo valor agregado é de USD 5.272 mil com vencimentos até 17/10/2017, com posição ativa (comprada) em Dólares e posição passiva (vendida) em CDI.

III - O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor de mercado, tanto para a ponta ativa quanto para a ponta passiva, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do Swap.

Abertura dos contratos do Grupo em 31 de Dezembro de 2016

	Quadro Demonstrativo					
	Valor referência nocional		Valor justo		Efeito acumulado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
					Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de *swaps*						
Posição ativa						
Moeda estrangeira (USD)	**5.272**	524	**5.305**	530	**55**	-
Posição passiva						
CDI (R$)	**(17.545)**	(2.045)	**(17.976)**	(2.110)	**179**	(726)

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	**3.313**	-	**3.504**	115
Aplicações financeiras de curto prazo	**32**	3.114	**2.708**	16.734
Total da exposição à taxa de juros	**3.345**	3.114	**6.212**	16.849

A Administração do Grupo avalia periodicamente suas aplicações e equivalentes de caixa para evitar risco de perda, considerando a instabilidade da atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos meses. Dessa forma, a Companhia avalia a possibilidade de contratos com derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros:

			Projeção receitas financeiras - um ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
Aplicações financeiras - Consolidado	**Indexador**	**Posição em 31/12/2016**	**Cenário Provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
CDI			**13,63%**	**6,82%**	**10,22%**	**17,04%**	**20,45%**
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	3.504	3.982	3.265	3.146	4.101	4.220
Aplicações financeiras (investimentos de curto prazo)	CDI	2.708	3.077	2.523	2.431	3.169	3.262
		6.212	**7.059**	**5.788**	**5.577**	**7.270**	**7.482**

			Projeção despesas financeiras - um ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
Empréstimos e Financiamentos - Consolidado	**Indexador**	**Posição em 31/12/2016**	**Cenário Provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
CDI			**13,63%**	**6,82%**	**10,22%**	**17,04%**	**20,45%**
Empréstimos e financiamentos	CDI	21.091	23.966	19.652	18.934	24.684	25.406
TJLP			**7,50%**	**3,75%**	**5,63%**	**9,38%**	**11,25%**
Empréstimos e financiamentos	TJLP	1.413	1.519	1.360	1.333	1.545	1.572
SELIC			**13,65%**	**6,83%**	**10,24%**	**17,06%**	**20,48%**
Empréstimos e financiamentos	SELIC	465	529	434	418	545	561

c) Risco de prejuízo na produção devido à escassez de fornecimento de matéria-prima e insumos

Esta vertente de crescimento é pautada na diversificação do portfólio, por meio do desenvolvimento, lançamento de novos produtos e na entrada em novos segmentos de negócios, usando a estrutura do próprio Grupo ou a capacidade de terceiros. Dentro deste conceito encontram-se as soluções construtivas (placas cimentícias e o painel wall), telhas metálicas, louças, assentos e metais sanitários. Com exceção das soluções construtivas e louças, nos outros segmentos são utilizadas capacidades de terceiros.

A Companhia não tem controle sob algumas matérias-primas, como o cimento, calcário, areia, celulose reciclada, dessa forma um aumento significativo nos preços decorrentes de escassez, impostos, restrições, flutuações de taxas de câmbio ou redução nos prazos para pagamento podem impactar consideravelmente no custo de produção e afetar adversamente os negócios da Companhia.

d) Risco associado ao crescimento

Para os fornecedores em que a Eternit compra metais sanitários e revende no mercado brasileiro, a Companhia pode enfrentar dificuldades de encontrar novos parceiros caso haja uma dissolução no contrato de fornecimento.

II. Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pela Companhia diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes, e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "perda em créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Companhia avalia periodicamente a sua cartela de clientes e para 31 de dezembro de 2016, nenhum cliente individualmente possuía representatividade significativa em comparação ao total das contas a receber e faturamento individual e consolidado.

Depósitos à vista e aplicações financeiras

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

III. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

IV. Gestão do capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital quando comparado com o ano de 2015. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora Alavancagem		Consolidado Alavancagem	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	**14.699**	22.552	**124.376**	167.192
Instrumentos financeiros derivativos	**374**	69	**678**	69
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(3.365)**	(2.850)	**(5.143)**	(5.578)
Dívida líquida	**11.708**	19.771	**119.911**	161.683
Patrimônio líquido	**459.633**	500.098	**459.649**	500.116
Dívida líquida e patrimônio líquido	**447.925**	480.327	**339.738**	338.433

28. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo possuía as seguintes garantias:

(i) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011974 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-08.258-CVE-CL e seus Termos Aditivos nº 01 à 05, tomadora Sama S.A. - Minerações Associadas, no montante de R$ 4.680 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.;

(ii) Fiança Bancária nº 2.052.898 Garantia do pagamento de execução fiscal - DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) firmado com Sama S.A. - Minerações Associadas no montante de R$ 1.440 junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;

(iii) Fiança Bancária nº 2.043.852-5 referente garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com Eternit S.A., no montante de R$ 6.034 junto ao banco Bradesco, com vencimento em 25/02/2017;

(iv) Fiança Bancária nº 2.062.549-P no valor de R$ 40.909, que corresponde a (60%) participação da controlada CSC - Companhia Sulamericana de Cerâmica para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em 25/01/2018. Fiança corporativa para operações de capital de giro e financiamento de importação (FINIMP), junto as instituições bancárias, no montante de R$ 57.844, com vencimento entre julho de 2017 e fevereiro de 2020;

(v) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R$ 2.150 conforme mencionado na nota explicativa nº 11;

(vi) Em dezembro de 2016, a Eternit da Amazônia firmou compromisso na ordem de R$ 37.384, referente a cédula de crédito bancário junto ao Banco da Amazônia para implementar sua fábrica de pesquisa e desenvolvimento em Manaus. Como garantia foi oferecido pelo Grupo um imóvel e respectivas benfeitorias, situado no Rio de Janeiro-RJ, tendo seu valor de mercado no montante de R$ 62.500;

(vii) Seguro Garantia apólice nº 54-0775-23-4000138 para garantia de débitos consubstanciados nas CDAs 80.6.15.066685-39 e 80.6.15.068746-00 referente a CSLL e COFINS. No valor de R$ 417, vigência 29/01/2016 a 29/01/2021;

(viii) Seguro Garantia apólice nº 16-0775-23-0132155 para garantia de débitos consubstanciados nas CDAs 80.6.15.068893-81, 80.7.15.015565-27 e 80.3.15.001323-50 trata-se de ação anulatória referente cobrança de débito de COFINS no valor de R$ 6.350. Vigência 26/10/2015 a 26/10/2020;

(ix) Fiança Bancária nº 2.075.216-5 referente garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás, firmado com a Tégula Soluções para Telhados Ltda., no montante de R$ 1.510 junto ao banco Bradesco, com vencimento em 27/06/2017;

(x) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011056 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-15.1015-CVEI-CL e seu Termo Aditivo 01, tomadora Eternit S.A., no montante de R$ 1.549 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Energia Comercializadora Ltda.;

(xi) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0011973 para compra e venda de energia elétrica número EBC-16.1148-CVEI-CL, tomadora Eternit S.A., no montante de R$ 605 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Energia Comercializadora Ltda.;

(xii) Seguro Garantia apólice nº 44-0776-19-0011136 para compra e venda de energia elétrica número TBLC-15.1015-CVEI-CL, tomadora Companhia Sulamericana de Cerâmica, no montante da sua participação de R$ 344 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.; e

(xiii) Seguro Garantia apólice nº 54-0776-19-0012078 para compra e venda de energia elétrica número EBC-16.1171-CVEI-CL, tomadora Precon Goiás Industrial Ltda., no montante de R$ 257 junto a Pottencial Seguradora S.A. com vencimento em 31/12/2017 e beneficiária Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda.

29. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DA MINA

Ambiente

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Plano Ambiental de Fechamento da Mina - PAFEM, conforme Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

A controlada Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	2016 e 2015
Taxa de desconto	**10% a.a.**
Taxa de inflação de longo prazo	**5% a.a.**

	Consolidado	
Valor presente dos desembolsos esperados	**31/12/2016**	31/12/2015
2032	**5.216**	4.742
2033	**4.477**	4.070
2034	**2.320**	2.109
2035 a 2043	**1.865**	1.696
Total	**13.878**	12.617

Considerando o acordo celebrado com o PAFEM a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2043.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 1.262 (R$ 1.093 em 31 de dezembro de 2015), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

30. PERDAS ESTIMADAS NA RECUPERABILIDADE DE ATIVOS E PROVISÃO DE REESTRUTURAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou a necessidade de registro de perda pela recuperabilidade de ativos na controlada Tégula conforme mencionado na nota explicativa 3.3.

Na mesma data, a Companhia registrou valores de provisão para reestruturação e desmobilização de parte dos ativos em algumas unidades da controlada Tégula, mencionado na nota explicativa nº 1 - contexto operacional.

Perda estimada na recuperabilidade de ativo	**Valor contábil**	**Valor recuperável**	**Ajuste de recuperabilidade**
Perda estimada na recuperabilidade de ágio e outros ativos	**25.565**	21.769	**3.796**
Reestruturação e desmobilização			
Perda estimada de ativo			**11.727**
Provisão para desmobilização e reestruturação			**2.586**
			14.313
Perda estimada na recuperabilidade de ativo, reestruturação e desmobilização			**18.109**

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de março de 2017, a Companhia foi citada em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que se encontra em curso perante a 1ª Vara do Trabalho de Colombo, Estado do Paraná. Nesta ação existem distintos pedidos, entre os quais a condenação da empresa ao pagamento de R$ 85 milhões a título de danos morais coletivos e a substituição da matéria prima dentro do prazo de 90 dias.

Informa ainda que foram pleiteados diversos pedidos em caráter liminar, dentre eles a substituição da matéria prima dentro do prazo de 90 dias, tendo sido indeferidos pelo Juízo de 1ª instância.

A Companhia reforça que cumpre as normas e procedimentos de segurança estabelecidos pela Lei Federal nº 9.055/1995 e no Decreto que a regulamentou. Oportunamente a empresa apresentará sua defesa e espera que sejam consideradas as evidências técnicas e científicas no julgamento desta ação. Tendo em vista que o processo se encontra em estágio inicial, os consultores jurídicos estimam como possíveis as chances de perda dos pedidos da ação.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Eternit S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei Estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele Estado e da ADI nº 3937 em face da Lei Estadual nº 12.684/2007 do Estado de São Paulo, que proíbe o uso no Estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como das demais ADIs que tratam do uso do amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20, itens i b) e iii e), às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descreve as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de São Paulo; e, pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto - ABREA de São Paulo contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional da unidade industrial da Companhia, cujas atividades foram encerradas no início dos anos 1990, para as quais houve decisões julgadas parcialmente desfavoráveis à Companhia, em primeira instância. A probabilidade de perda para parte destas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 20, item i b), foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como provável, tendo sido constituída, para esta parte, provisão para perda. Não foi reconhecida provisão para perda para a parte considerada como perda possível, conforme divulgado na nota explicativa nº 20, item iii e). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para as nº 20 iii f) e nº 31, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas que descrevem as ações civis ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro e pela ABREA do Rio de Janeiro; e; Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná, respectivamente, contra a Companhia, nas quais são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e doença ocupacional e que ainda não foram julgadas. As probabilidades de perda para essas ações civis foram consideradas pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foram reconhecidas provisões para perda relacionadas a essas ações civis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20 a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável da mesma, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na nota explicativa nº 1) e na nota explicativa nº 20, itens i b) e iii e) e f), às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão mencionadas em nossos parágrafos de ênfases.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; obtenção de confirmações formais de consultores jurídicos externos da Companhia para as causas mais relevantes, reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas; e revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A determinação, em 31 de dezembro de 2016, dos montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos recuperáveis, divulgados na nota explicativa nº 19, em R$ 42.315 mil e R$ 72.655 mil, na controladora e consolidado, respectivamente, estão diretamente associados à projeção dos lucros tributários futuros. Devido à complexidade do processo de mensuração das projeções de lucros tributários futuros, que se baseiam em estimativas e premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: o envolvimento de especialistas em avaliação para nos ajudar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável dos tributos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas a fatores como, estimativas de vendas futuras, taxas de descontos, projeção de inflação, taxa de crescimento, de co-

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA 3
BRADESCO SA -CTVM 20
BRADESPAR SA 14
ETERNIT SA 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 54 **Página 12**
São Paulo, quarta-feira, 22 de março de 2017

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

...continuação

tação de moedas estrangeiras e de rentabilidade dos negócios da Companhia e margem de lucro. Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa 19, efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura.

Análise da recuperabilidade dos ativos de vida útil definida e indefinida

Anualmente a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment)* dos saldos de ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas, conforme divulgados na nota explicativa nº 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Adicionalmente também é efetuada avaliação sobre a existência de indicativos de *impairment* sobre o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*), conforme divulgado na nota explicativa nº 3.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Considerando que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos, principalmente aquelas que podem ter um efeito mais significativo na determinação dos valores recuperáveis evidenciadas nas notas explicativas 3.1 e 11 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita da Companhia e suas controladas, divulgado na nota explicativa nº 21, envolve um alto grau de controles com o objetivo de assegurar que as receitas de vendas sejam reconhecidas dentro do período contábil adequado, quando os produtos faturados tenham sido entregues aos respectivos compradores.

Considerando o volume e a pulverização das vendas, bem como as características da regionalização dos negócios da Companhia e de suas controladas, o processo de reconhecimento da receita envolve um alto grau de dependência do funcionamento adequado dos controles internos, por esse motivo, consideramos o reconhecimento como um assunto importante em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para cobrir o risco de erros materiais no reconhecimento da receita incluíram, dentre outros:

- Entendimento e testes de controles internos relevantes relacionados à identificação, a separação e ao registro de receitas de vendas dentro do prazo contábil adequado;
- Procedimentos de confirmação de contas a receber diretamente com clientes da Companhia e suas controladas selecionados de forma aleatória;
- Exame documental de amostra de notas fiscais emitidas e seus respectivos comprovantes de entrega, em data próxima ao encerramento do exercício (anterior e posterior a 31 de dezembro de 2016), visando testar se essas transações foram reconhecidas no período contábil adequado;
- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar receitas de vendas faturadas e não entregue no período contábil adequado.

Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada sobre este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2017.

EY
Building a better working world

Auditores Independentes S.S. — Rita de C. S. de Freitas
CRC-2SP015199/O-6 — Contadora CRC-1SP214160/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ BARSI FILHO (*)
Presidente do Conselho de Administração

MANOEL ARLINDO ZARONI TORRES (*)
MARCELO AMARAL MORAES (*) — MARCELO MUNHOZ AURICCHIO (*)
MARCELO GASPARINO DA SILVA (*) — RAPHAEL MANHÃES MARTINS (*)

(*) Conselheiro independente de acordo com o Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

DIRETORIA

NELSON PAZIKAS
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

FLÁVIO GRISI
RODRIGO LOPES DA LUZ
RUBENS RELA FILHO
WELNEY DE SOUZA PAIVA

CONSELHO FISCAL

ANDRÉ EDUARDO DANTAS
Coordenador

DANIEL VINICIUS ALBERINI SCHRICKTE — PEDRO PAULO DE SOUZA

CONTADOR

RICARDO BENATTI - Gerente de Contabilidade e Controladoria
CRC 1SP186493/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, considerando, ainda, a proposta da administração, que engloba o orçamento de capital e a não distribuição de dividendo obrigatório, tendo em vista o prejuízo líquido no exercício de 2016.

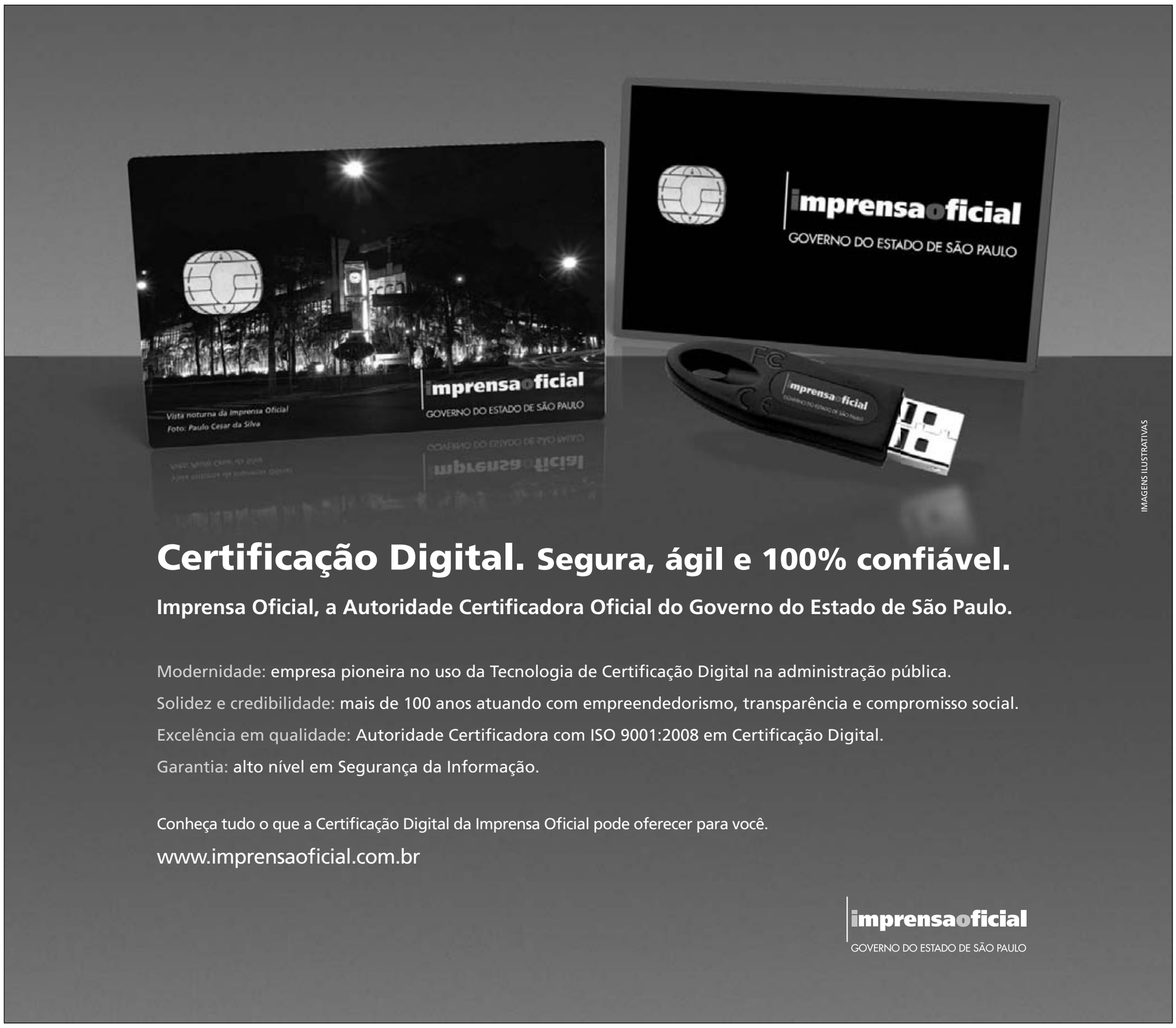
Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes EY Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos, estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 17 de março de 2017.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA 3
BRADESCO SA -CTVM 20
BRADESPAR SA 14
ETERNIT SA 6



IMAGENS ILUSTRATIVAS

Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

Modernidade: empresa pioneira no uso da Tecnologia de Certificação Digital na administração pública.
Solidez e credibilidade: mais de 100 anos atuando com empreendedorismo, transparência e compromisso social.
Excelência em qualidade: Autoridade Certificadora com ISO 9001:2008 em Certificação Digital.
Garantia: alto nível em Segurança da Informação.

Conheça tudo o que a Certificação Digital da Imprensa Oficial pode oferecer para você.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente